Universidade Federal do Piauí
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 31/10/2023 10:56

Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações Eletrônicas (TOE) na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPI a disponibilizar este TEDE sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir do dia 31/08/2023

1. Identificação do material bibliográfico

- Dissertação

2. Identificação da Dissertação

Autor:	GRACIVALDA MATOS ALBANO LIMA			**Matrícula:**	20211002305 *(identificador)*
Telefone:					
Identidade:	871546 - SSP/PI	**CPF:**		**E-mail:**	gracivaldaalbano@gmail.com
Orientador:	JOHNY SANTANA DE ARAUJO	**CPF:**	474.646.073-68	**E-mail:**	johny@ufpi.edu.br
Membro da banca:	FRANCISCO DE ASSIS DE SOUSA NASCIMENTO	**CPF:**	710.431.603-53	**E-mail:**	franciscoufpi@gmail.com
Membro da banca:	FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO	**CPF:**	448.623.853-20	**E-mail:**	gleison.monteiro@ufpi.edu.br
Membro da banca:	GISAFRAN NAZARENO MOTA JUCÁ	**CPF:**	032.686.593-49	**E-mail:**	gisafranjuca@uol.com.br
Membro da banca:	JOHNY SANTANA DE ARAUJO	**CPF:**	474.646.073-68	**E-mail:**	johny@ufpi.edu.br
Data da Defesa:	31/08/2023			**Titulação:**	Mestre

Digitalizado com CamScanner

Título:	□DA NOSSA FIRMEZA DE CARACTER E DA RESIGNAÇÃO COM Q□ SUSTENTAMOS O JURAMENTO DA INDEPENDÊNCIA OU MORTE□: A construção do Exército Libertador no Piauí para a Guerra da Independência □ 1823.		
Instituição de Defesa:	Universidade Federal do Piauí/UFPI	**CNPJ:**	06.517.387/0001-34
Afiliação:		**CNPJ:**	
Palavras-chave:	História; Batalha do Jenipapo; Independência; Piauí.		

3. Agência de Fomento

-
- NÃO INFORMADO

4. Informação de acesso ao documento

- Liberação para publicação: **Total**

Gracivalda Matos Albano Lima
Assinatura do autor

Teresina, 01 de fevereiro de 2024
Data

Havendo concordância com a publicação eletrônica, toma-se imprescindível o envio em formato digital da tese ou dissertação.

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse /sigaa/documentos/ informando o identificador, a data de emissão e o código de verificação 325af56591

Digitalizado com CamScanner

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB

GRACIVALDA MATOS ALBANO LIMA

“DA NOSSA FIRMEZA DE CARACTER E DA RESIGNAÇÃO COM Q’ SUSTENTAMOS O JURAMENTO DA INDEPENDÊNCIA OU MORTE”:

A construção do Exército Libertador no Piauí para a Guerra da Independência – 1823.

.

TERESINA-PI
2023

GRACIVALDA MATOS ALBANO LIMA

“DA NOSSA FIRMEZA DE CARACTER E DA RESIGNAÇÃO COM Q’ SUSTENTAMOS O JURAMENTO DA INDEPENDÊNCIA OU MORTE”: A construção do Exército Libertador no Piauí para a Guerra da Independência – 1823.

Dissertação de mestrado acadêmico apresentado ao Programa de Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História do Brasil. Orientador: Prof. Dr. Johny Santana de Araújo

TERESINA-PI
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e LetrasServiço de Processamento Técnico

L732d Lima, Gracivalda Matos Albano.

"Da nossa firmeza de caracter e da resignação com q´ sustentamos o juramento da independência ou morte" : a construção do Exército Libertador no Piauí para a Guerra da Independência – 1823 / Gracivalda Matos Albano Lima. -- 2023.

102 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centrode Ciências Humanas e Letras, Pós-Graduação em História, Teresina,

CDD 981.22

Bibliotecária: Amanda Maria Coelho Vieira Albuquerque – CRB3/1353

GRACIVALDA MATOS ALBANO LIMA

“DA NOSSA FIRMEZA DE CARACTER E DA RESIGNAÇÃO COM Q’ SUSTENTAMOS O JURAMENTO DA INDEPENDÊNCIA OU MORTE”: A construção do Exército Libertador no Piauí para a Guerra da Independência – 1823.

Dissertação de mestrado acadêmico apresentado ao Programa de Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História do Brasil. Orientador: Prof. Dr. Johny Santana de Araújo

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof. Dr. Johny Santana de Araújo (Presidente)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

_____

Prof. Dr. Francisco Gleison Da Costa Monteiro
(Examinador interno) Universidade Federal do Piauí – UFPI

_____

Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá
(Examinador Externo) Universidade Estadual do Ceará - UECE.

_____

Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento
(Suplente) Universidade Federal do Piauí - UFPI.

TERESINA-PI
2023

DEDICATORIA

Aos filhos Riccardo, Marcello e Vivianne a melhor e mais bela parte de mim. À minha mãe Graça, alicerce de todo o meu ser. Aos meus irmãos Arabela e Ronaldo, apoio balsâmico na minha caminhada. Ao meu neto Arthur, Luz dos meus dias, acalento da minha alma.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa e a escrita são instituídas por um processo lento e ermo, uma trajetória de imersão em leituras e pensamentos dos que nos antecederam nesse caminho. Momento de excepcionalidade que permite alcançar os limites da inspiração, dedicação, aflição e superação.

Nos indizíveis instantes de introspecção, é descerrada a ilusão pretenciosa e individual de construtora da escrita. No liame da letra e formação de cada palavra, revela-se os que nos acompanharam nessa indescritível jornada, mestres condutores dos ensinamentos, pensadores encantadores em seus escritos. A travessia na construção do saber, perpassa o conhecimento assimilado, inteirando uma escrita nascente multifacetada, nos volvendo em um todo.

Agradeço em especial, ao meu orientador Johny Santana de Araújo. Com grande zelo, responsabilidade e entusiasmo conduziu o meu processo de pesquisadora pautado no rigor ao nível científico e brandura na crítica tempestiva, pela dedicação inexcedível e vibração à cada fase construída.

Gratidão aos professores Gleison da Costa Monteiro e Francisco de Assis de Sousa Nascimento pelo importante e enriquecedora orientação e contribuição a esse trabalho.

Ao Museu Ozildo Albano pelo extraordinário e respeitável trabalho de salvaguardar os registros da nossa história. Minha Gratidão, a todos que trabalham nessa importante Instituição, nas pessoas de Maria da Conceição Silva Albano e Albano Silva, pela confiança e cessão da documentação que possibilitou a pesquisa. A Ozildo Albano (*in memorian*) pelo incentivo à leitura desde os meus primeiros anos de vida.

A minha mãe, Graça Albano e irmãos, Arabela Albano e Ronaldo Albano, pelo alicerce de amor incondicional e incentivo diários. Ao meu pai, Edvaldo Macêdo Albano (*in memorian*) pelos ensinamentos basilares dos meus valores.

Aos meus filhos amados Riccardo Albano, Marcello Albano e Vivianne Albano pela compreensão das ausências, pelo companheirismo, pelo apoio incentivador, pelo amor e carinho, vocês são a melhor parte da minha vida.

Ao meu amado neto, Arthur Bandeira Sousa Albano, por iluminar meus dias, pelo sorriso que acalenta aminha alma.

Às minhas noras, Fernanda Sampaio e Lara Aleixes, filhas queridas do coração, pelo incentivo.

Aos demais familiares e amigos nessa jornada terrena que torceram para que essa travessia fosse exitosa, minha gratidão.

EPÍGRAFE

"[...] não estamos no cazo de fazer negociações contra os Direitos do nosso Amável Imperador em menoscabo da Independência [...] p. quem protestamos a face de Deos, e do Mundo derramar a ultima gota do nosso sangue[...] da nossa firmeza de caracter e da resignação com q sustentamos o juramento da Independência ou Morte[...]". Junta da Delegação Expedicionária do Ceará e Piauhi. **[carta]** 29 julho 1823, Quartel do Atoçeiro [para] Câmara

da Villa de Caxias, 1p. Notificação de ação contra a Villa de Caxias. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo entender o contexto histórico em que foi construído o processo de Independência do Brasil, através da historiografia nacional e piauiense com o entrelaçamento de cartas pessoais, com o intuito de perceber o enraizamento das ideias emancipacionistas que estremeceram as bases do império lusitano no Brasil, compreender as práticas de transformações e continuidades que levaram a um esgotamento de forças culminando com a ruptura, identificando as ações para a construção das bases definidoras para a vitória sobre o poder português na Província do Piauí, investigando as formas de constituição das fileiras armadas edificadas no período em destaque. As cartas, utilizadas como fontes, são em número de dez e pertencem ao acervo documental do Museu Ozildo Albano situado na cidade de Picos – PI e dispõem das impressões deixadas pelos que contribuíram na escrita de um capítulo da nossa história.

Palavras-chave: História; Batalha do Jenipapo; Independência; Piauí.

ABSTRACT

The present work aimed to understand the historical context in which the Brazilian Independence process was built, through national and Piauí historiography with the interweaving of personal letters, with the aim of understanding the rooting of emancipationist ideas that shook the foundations of the empire. Portuguese in Brazil, understand the practices of transformations and continuities that led to an exhaustion of forces culminating in the rupture, identifying the actions for the construction of the defining bases for the victory over Portuguese power in the Province of Piauí, investigating the forms of constitution of armed ranks built in the period in question. The letters, used as sources, are ten in number and belong to the documentary collection of the Ozildo Albano Museum located in the city of Picos – PI and contain the impressions left by those who contributed to the writing of a chapter of our history.

Keywords: History; Battle of Jenipapo; Independence; Piaui.

LISTAS DE MAPAS

Fig. 1: Mappa geographico da capitania do Piauhy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará (Biblioteca Nacional do Brasil)

Fig. 2: Mapa com a representação da proposta portuguesa de anexação da porção Norte do seu império colonial no Brasil (Arquivo Histórico Ultramarino Português)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8
1 DA COLÔNIA A CHEGADA DA FAMILIA REAL 20
1.1 Rupturas e permanências 20
1.2 Conflitos e instabilidades da estrutura vigente 32
1.3 Dissensões que definiram o caminho para a ruptura com Portugal 40
2 A PROVÍNCIA DO PIAUÍ NO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA 48
2.1 A província do Piauí nos planos da Corte Portuguesa 49
2.2 Constituição espacial do Piauí antes da guerra 56
2.3 Os ideais de sedição e libertação no Piauí 58
2.3 A insurreição nas vilas do norte da província 63
3 A CONSTRUÇÃO DA VITÓRIA CONTRA O PODER LUSITANO 76
3.1 As ações militares na tentativa de conter o Exército Português 76
3.2 A organização das forças para invadir o Maranhão 79
3.3 Assédio e conquista da vila de Caxias 85
CONSIDERAÇÕES FINAIS 88
REFERÊNCIAS 91

INTRODUÇÃO

A escrita historiográfica no Brasil ganha magnificência no século XX proporcionando ressignificar acervos e incrementar novas fontes na pesquisa da História do Brasil, visto que até o século XIX a base fundante desta historiografia estava assentada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, criado em 21 de outubro de 1838, e nos arquivos físicos oficiais que priorizava os grandes fatos historiográficos da História Nacional. [1]

As abordagens eram fixadas na conquista pelo homem branco de terras inóspitas, reverenciado como libertador e desbravador, reforçando os fundamentos de suas ações colonizadoras a partir da concessão dos que governavam. Outro eixo da produção escrita versava sobre os senhores de engenhos, do indígena e da escravidão negra, temas recorrentes nas narrativas constituídas dessa historiografia nascente do século XIX ramificada do pensamento europeizado. Esses textos têm importância indelével, pois permite o registro sobre a iniciação da ocupação territorial e da percepção das organizações, pensamentos e relações primeiros espelhados na escrita da História do Brasil.

Os trabalhos versavam oficialmente na compilação de documentos nas espalhadas províncias e na constituição de conhecimentos e informações geográficas e históricas, como também a edificação da gerência pública e a elucidação da coletividade apurando as relações sociais, como destaca.[2] A unidade ideológica permitiu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pensar em um projeto que considerasse urdir uma história nacional abarcando a sua totalidade, presidindo o processo de construção de identidade e de nação.

O norteamento na criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro abrange prover as bases da realização desse grandioso projeto, que cooptará as instituições educacionais das províncias, propiciando tecer os alicerces em coesão e centralidade. A conformidade ideológica, não erguida sobre um bloco impenetrável, passível de aparecimentos de fendas, consente averiguar no feitio setorial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a agitação para a elite sem estremecimentos da base imperial,

---

[1] DALL'AGNOL, Rafael. Entre história e biografia e as experiências de tempo no Brasil oitocentista (c. 1847-1898) História, memória e historiografia./ Francisco Régis Lopes Ramos. (Org.). – Sobral, CE: Sertão Cult, 2020.

[2] WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de janeiro, n.338, p.7-16, 1983.

“homogeneidade sem monolitismo, com possibilidade de conflitos intra-elites que não afetavam o conjunto. O Instituto insurge para assessorar na configuração e na amoldada da historiografia do Brasil”.[3] O IHGB tem como centro tecer uma história nacional a partir de múltiplos elementos e fatores que pudessem subsidiar um projeto de nação.

A historiografia brasileira inicialmente percorreu o caminho de uma escrita total e que, com o passar do tempo, esbarrou no “processo de desenvolvimento histórico que proporcionou uma primazia para as abordagens que privilegiam o fragmento”.[4] A fragmentação do pensar e escrever historiográfico evoluiu a partir da denominada “nova história” abancada na análise das características de homogeneidade e racionalidade da “modernidade iluminista”, como explica Viana: “a história nova é próxima do pós-estruturalismo e de Foucault, abandonando a abordagem globalizante e a ‘história-todo’, mas não a ‘história-tudo’”.[5]

Para François Dosse, 2003,[6] é neste contexto que a influência da antropologia se tornará central na nova historiografia. Enquanto Marc Bloch e Lucien Febvre sofriam forte influência da sociologia e Fernand Braudel da economia, a dita “terceira geração” dos Annales se inspiraram na antropologia e enfatizaram o cultural

É assim que surgem as novas temáticas, com ênfase no cultural e no cotidiano, abordando temas como batismo, casamento, morte, o imaginário, o medo, as bruxas.[7]

A fragmentação engendrada na produção historiográfica propiciou maior diversidade abrangente do fazer e escrever história oportunizando, sobretudo, acessibilidade ao que estava sendo produzido nas academias, abrindo novas perspectivas metodológicas e teóricas com a implantação dos cursos de pós-graduação, como salienta Vainfas: “foi com o avanço da pós-graduação, de um lado, e a crise do regime militar, de outro, que a pesquisa histórica no Brasil pouco a pouco se abriu a estes novos campos. [...].”[8] Essa desagregação historiográfica permite uma leitura diferenciada de fatos que contemplam e perpassam o cotidiano, clareia fontes até então consideradas invisíveis à história, realoca sujeitos que estavam à margem

---

[3] Ibid.
[4] VIANA, Nildo. Historiografia, totalidade e fragmentação. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 17, n. 5, p. 865-879, 2007, p. 871
[5] Ibid.
[6] Ver: DOSSE, F. **A história**. Bauru, SP: Edusc, 2003.
[7] VIANA, 2007, p.873.
[8] VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. **História: Questões & Debates**, Curitiba-PR, n. 50, p. 217-235, jan./jun., 2009. p. 229

da vida, do notável, imperceptíveis como protagonistas de um ser histórico. A produção historiográfica se dilata a partir do debate e da inclusão permitida pela fragmentação, as linhas de pesquisa delineiam suscitando outras perspectivas.

> [...] embora a micro-história tenha tardado a se difundir entre nós, e ainda hoje esteja só nos primeiros passos, ela ocupou o centro ou a periferia de vários debates na década de 1980, justamente quando começaram a se difundir no Brasil, primeiro, as traduções de obras francesas, italianas e inglesas no campo da história cultural – ou das mentalidades, no caso francês. E, segundo, porque dela se falava quando apenas começavam a se difundir as próprias pesquisas neste campo, a partir das teses de pós-graduação, sobretudo em história colonial.[9]

As fontes históricas que subsidiam as pesquisas, na construção das narrativas, proporcionam ao historiador o contato com as marcas, as insígnias do passado daqueles que nos precederam. Dentre esses signos, as cartas, oficiais e particulares, têm despertado múltiplos interesses, balizares de estudos a partir de uma averiguação detalhada, pretendendo apreender as entrelinhas da escrita epistolar abastada em especialidades e detentora de significações e reproduções às quais se pode dar a distinguir o outro em expressões envolvidas muitas vezes de emoções variáveis que amparam a escrita. Por serem possuidoras de importância arquivísticas, quando bem acondicionadas, permitem a durabilidade ultrapassar o tempo consentindo a infinitude da pesquisa.[10]

A importância do estudo de cartas ultrapassa a simplicidade da conversação impressa em papel e tinta entre os indivíduos. As cartas pessoais possibilitam compreender a escrita como parte integrante do autor que procura solidificar uma identificação passível de variados questionamentos e interpretações diversas.

No território da História, diversificadas locuções multifacetadas se apresentam na perspectiva da construção da pesquisa, aspectos divergentes e intricados que perpassam as ações humanas, como as cartas que balizam esse estudo, como representações da memória de sujeitos partícipes de um momento desafiador da história do Brasil, percebidas como uma prática social que compartilha da composição de regras de susceptibilidades, na escrita do próprio indivíduo e do outro, como processo de construção. Neste trabalho, as cartas propiciaram identificar informações,

---

[9] Ibid., p. 232

[10] CRUZ, Marcia Terezinha Jeronimo Oliveira. “Era para já ter te escrito...” A correspondência epistolar entre duas irmãs durante a Ditadura Militar de 1960, no Brasil. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 127 –149, set./dez.2015.

apreensões expressas dos indivíduos, informações importantes para a compreensão de processos culturais complexos.

Na historiografia nacional, o estudo que contemple a participação das províncias na constituição da ação que culminou com a Independência do Brasil ainda está assentado na escassez, como também o conhecimento de informações de perturbações preexistentes que corroboraram na construção do processo de autonomização. O confronto, com o discurso oficial consolidado, de uma emancipação política transcorrida de forma tranquila, conduziu-me, no campo da pesquisa que discorre sobre essa temática a partir do contato com documentos que foram escritos durante o referido processo emancipacionista, que comportou observar possíveis espaços na escrita da história nacional.

A historiografia piauiense[11] Toma as datas magnas como constituidoras do processo de conquista da independência do Brasil em episódios como as conclamações de 19 de outubro de 1822 e 24 de janeiro de 1823 culminado com a Batalha do Jenipapo, ocorrida na Província do Piauí em 13 de março de 1823, por muito tempo transcursou dissonante de uma composição publicitada nacionalmente, contrariando as percepções apreendidas desses manuscritos.

> [...] a memória nacional que não é a somatória das diferentes memórias coletivas de uma nação apresenta-se como unificada e integradora, procurando a harmonia e escamoteando ou sublimando o conflito: é da ordem da ideologia. Por isso mesmo, o estado e as camadas dominantes – mas nem sempre – são, como interessados na reprodução da ordem social (a que ela induz e que simbolicamente realiza), os principais responsáveis pela sua constituição e circulação. A memória nacional é o caldo de cultura, por excelência, para a formulação e desenvolvimento da identidade nacional, das ideologias da cultura nacional e, portanto, para o conhecimento histórico desses fenômenos. Daí ser a questão da identidade nacional, em sua

[11] ARAUJO, Johny Santana de. O combate que decidiu o futuro do Brasil. A batalha do Jenipapo e a consolidação da independência do Brasil no Piauí 1823. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 74, n. 1, p. 1-9, mar. 2022. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252022000100004&lng=pt&nrm=iso>. http://dx.doi.org/10.5935/2317-6660.20220004; BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da independência no Piauí.** Teresina: FUNDAPI, 2006; BRITO, Bugyja. O Piauí e a Unidade Nacional (Panfleto, Palácio, Gente). In: **O Piauí e a Unidade Nacional.** Organização R. N. Monteiro de Santana e Cineas Santos. Teresina: FUNDAPI, 2007; CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da Independência do Brasil.** Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005; DIAS, Claudete Maria Miranda. **O outro lado da independência do Brasil**: aspirações e manifestações, natureza e formas de luta da população do Piauí – 1789-1850. Teresina: Nova Aliança, 2023. FONSECA NETO, Antônio. O Piauí e a Independência (Panfleto, Palácio, Gente). In: **O Piauí e a Unidade Nacional**. Organização R. N. Monteiro de Santana e Cineas Santos. –Teresina: FUNDAPI, 2007. NEVES, Abdias. *A Guerra do Fidié.* Abdias Neves. 4 ed. Teresina: FUNDAPI, 2006; NUNES, Odilon. **Pesquisa para a História do Piauí:** Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007.

> natureza problemática, o tema melhor estudado dentre todos os que se referem à memória social.[12]

As cartas proporcionam espaço para o pesquisador apreciar a concepção que as narrativas foram produzidas, que acomodam o lugar de sociabilidade da escrita permitindo abranger ocorrências e as teias de vínculos múltiplos, revelando as nuanças do ambiente criador da composição. Despertando para indagações sobre a escrita da história nacional, as narrativas complexas assentadas em fatos, são ausências de um estudo do processo emancipatório que agregue as disputas regionais pois, "[...]o passado transforma-se em memória coletiva depois de ter sido selecionado e reinterpretado segundo as sensibilidades culturais, as interrogações éticas e as conveniências políticas do presente".[13]

A escolha pelo estudo sobre a Independência do Brasil surgiu pelo contato com cartas oficiais e pessoais que discorrem, dentre vários pontos, sobre a batalha que fora travada em solo piauiense, conhecida como Batalha do Jenipapo. O encontro com as missivas que balizou a pesquisa sobre o Processo de Independência do Brasil no Piauí foi anterior a minha entrada na Academia e se deu por um conhecimento prévio da existência deste acervo, aliada à curiosidade e ao gosto principiante pela pesquisa. Por ter livre acesso a esse conjunto de documentos, buscava-os sempre que possível.

O contato com as mencionadas cartas, aconteceu no Museu Capitão-Mor João Gomes Caminha na cidade de Picos-PI, hoje estabelecido pelo nome do seu fundador, Ozildo Albano, que como educador, constituía um dia no mês, ou sempre que conseguia novos objetos museais, convidava as crianças da família para um momento, por ele batizado, de "espicula". Era o momento do mestre, envolto em contentamento, transmitir aprendizados naquele lugar mágico para todos nós, o Museu. Cresci entre as páginas dos livros da imensa biblioteca que o museu constituiu, deslumbrada pelos artefatos diversos da história, da memória e da cultura nacional e local.

As escritas epistolares estudadas, em sua maioria, são composições particulares e oficiais do Capitão-Mor João Gomes Caminha ou a ele destinadas, um

---

[12] MENESES, Ulpiano T. B. de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 34, 1992, p. 15.

[13] TRAVESO, Enzo. **O passado, modos de usar**: história, memória e política. Lisboa: UNIPOP, 2012. p. 10

antepassado da família de Ozildo Albano, que no período do processo de Independência do Brasil, exercia autoridade militar de Capitão-Mor na Vila de Jerumenha na Província do Piauí. O referido João Gomes Caminha, foi militar e político, Juiz Ordinário e presidente da Câmara de Oeiras (1811), também foi vereador, membro da Junta de Governo em 1813, Capitão-Mor da freguesia de Oeiras, deputado provincal (de 1846-1847 e de 1850-1851)[14] O Capitão-Mor, João Gomes Caminha, era possuidor da fazenda Furta-lhe a Volta, terras antes pertencentes à Oeiras e atualmente pertencente ao município de Ipiranga do Piauí - PI[15].

Essa documentação foi guardada por familiares de geração em geração, chegando às mãos do fundador do museu que homenageou o citado Capitão-Mor com o nome primeiro desta importante instituição, o Museu Ozildo Albano. O Museu é uma instituição particular que foi fundado na década de 60, a partir da entrega de relíquias religiosas familiares a Ozildo Albano, visto o gosto e zelo que o distinguia, e posteriormente, a entrega de manuscritos relacionados principalmente à escravidão e ao processo emancipacionista no Piauí. De quando juiz das comarcas de Pio IX (PI) e Jaicós (PI), recebeu doações de moradores das localidades e da sua cidade natal, Picos, tornando diversificado o acervo do Museu, constituído por peças, documentos, fotografias, adquiridos, desde a sua fundação aos dias atuais, através de doações. Hoje, essa Instituição Museal possui parceria com a Secretaria de Estado da Cultura e Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros situado em Picos (PI).

A partir do livre acesso e convivência a esse importante espaço de memória, já concursada como professora, fui convidada para compor a equipe do Museu Ozildo Albano de 1998 a 2010 e apesar da minha transferência para a sede da Secretaria de Estado da Cultura em Teresina em 2011, continuo até os dias atuais, contribuindo de forma remota. Em 2008, fui aprovada no Curso de Licenciatura Plena em História na cidade de Picos, e cursando as disciplinas, principalmente de Brasil Império, aclarou sobre a importância do estudo dessa documentação. Ao integrar o Grupo de Estudos, orientada pelo Professor Dr. Johny Santana de Araújo, suscitou a possibilidade de desenvolver a pesquisa na área da Independência do Brasil, resultando na Monografia

[14] GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado.** Pág. 94.
[15] CAMINHA, João Borges. Ipiranga do Piauí: **Recordações da cidade e do campo:** terra de Brejo e Buritizais. / João Borges Caminha. Teresina: Gráfica do Povo/EDUFPI, 2009. Pág. 64-65.

de conclusão de curso e pretendendo ampliar a discussão agora no Mestrado em História do Brasil.

As cartas são utilizadas neste trabalho como vestígios, marcas, objetos históricos que possibilitem uma abertura de espaço para investigar o passado através das narrativas numa relação de experiências vivenciadas, interação dos sujeitos e de representações construídas. Sinais integradores à vida social, resquícios da produção dos fatos de processos sociais.

As memórias narradas nas cartas evidenciam o pensar e o agir dos sujeitos no tempo histórico que vivenciavam. Nas entrelinhas dos discursos é visualizado também a forma dos sujeitos que discursam, integradas às tensões que se apresentavam, permitindo considerar táticas visíveis de um período agora publicado a partir dessas fontes particulares. Escritas à tinta, perpetuados em papeis frágeis pela passagem do tempo, solidificados de maneira impressa, desfiam ordens, valores, sentimentos, caricaturas erigindo acepções e produzindo significados que subvertem uma ordem estabelecida. A essas memórias também são importantes a agudeza da fragilidade ocultada, das possíveis ausências nas entrelinhas da escrita do indivíduo que a registrou.

> Porque a memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente. Riqueza da memória, certamente, mas também *fragilidade* da memória e do rastro. [...]. Interessa-me ressaltar que, através do conceito de *rastro*, voltamos às duas questões iniciais, aquelas da memória e da escrita. O que ganhamos nesse percurso? Paradoxalmente, a consciência da fragilidade essencial do rastro, da fragilidade essencial da memória e da fragilidade essencial da escrita. E, ao mesmo tempo, uma definição certamente polêmica, paradoxal, e, ainda, constrangedora da tarefa do historiador: é necessário lutar contra o esquecimento e a denegação, lutar em suma contra a mentira, mas sem cair em uma definição dogmática de verdade.[16]

A ausência, na historiografia nacional, da participação das Províncias como partícipes de um mosaico na luta pela Independência impeliu-me, como aprendiz, no campo da pesquisa. Inquietava-me o fato da historiografia, que até então eu tinha acesso, apresentar a passagem do Brasil à sua autonomização como tranquila. A Batalha do Jenipapo por muitos anos passou à margem da escrita divulgada,

[16] GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. **Revista Projeto História: trabalhos de memória**. SP: PUC, n.17, p. 213- 221, nov.,1998. p. 218/219

contrastando com a leitura que conseguia fazer dos manuscritos que não condizia com esta realidade.

As cartas que delimitam esse trabalho remetem ao processo de Independência do Brasil aqui no Piauí, são em número de trinta e cinco[17] e nelas estão contidas informações sobre posicionamento de Capitães, Comandantes e outros; alertas sobre possíveis ataques; envio de combatentes; recusa de ordens militares; solicitação de entrega de munições; pedido de explicação sobre prisões arbitrárias; notificação de saques de mantimentos e de animais; declarações de apoio à Independência; pedido de notícias de filhos que estão em batalha; envio de mantimentos e bebidas; devolução de animais emprestados para o serviço da Pátria; agradecimentos por favores recebidos; relação de pessoas para carregamento; relação com nomes e valores de soldos atrasados das tropas; informe sobre pagamento atrasado; felicitação por desempenho na batalha; pedido de proteção; relação de inferiores e soldados a serviço da Pátria; relação onde constam dias da semana, senha e contra senha; preciosas informações da história regional do Piauí.

Esses manuscritos auxiliam no estudo do cotidiano dos beligerantes piauienses e nos permite entender vários meandros do processo de independência tomando como ponto de partida o Piauí. São registros desde as inquietações que antecederam a ruptura oficial do Brasil com Portugal ao cotidiano agitado que precedeu a Batalha e a rendição das tropas portuguesas em Caxias na Província do Maranhão.

Os movimentos que aproximam e distanciam as experiências vivenciadas, ao que é lembrado, silenciado e esquecido, permitem solidificar a construção das narrativas e das memórias e o aperfeiçoamento da ação, na produção e circulação, proporcionando a constituição de uma consciência histórica conexa a uma prática social concreta, apreendida na diversidade dos sujeitos a partir do cotidiano e na coletividade, intervindo de forma crítica politicamente, socialmente, economicamente e culturalmente na contemporaneidade.

A produção historiográfica recente incluiu como fontes as correspondências, destacando entre estas, as cartas, às quais descrevem sobre acontecimentos e fatos de uma maneira menos rígida, mostrando uma forma de escrever menos contida como as apresentadas nas correspondências oficiais as quais visam à preservação e divulgação de documentos. As correspondências particulares estudadas nesta

[17]As cartas mencionadas pertencem ao Acervo Documental do Museu Ozildo Albano, localizado na cidade de Picos-PI.

pesquisa trazem uma compreensão mais clara sobre a participação do Piauí no processo de Independência do Brasil. A leitura da correspondência do referido acervo propicia a visualização sobre elementos e atores sociais antes não identificados e não valorizados pela história oficial.

O tema pesquisado é centrado nas sinuosidades da política, objetivando apreender eficientemente, procurou-se submergir no pensamento de René Remond[18] que ressalta, sobre a importância da História Política, a compreensão principalmente do social. Destaca o valor do melhoramento do estudo sobre a história política, mesmo que seja efetuada por temáticas tradicionais. Defende que, com a renovação, agrega novos partícipes como atores, desvencilhando o olhar até então egocêntrico e centrado na elite. O autor agrega a pluralidade, os antagonismos, o heterogênico e a diversidade estão entremeados ao sujeito e a narrativa.

Para uma maior apreensão e aprofundamento das informações contidas nas cartas foi necessário dialogar com referenciais teóricos que tratam do sistema colonial implantado no Brasil. Importante o contato com a escrita de Marcello Basile,[19] que discerne como a chegada da Corte Portuguesa influenciou no processo da autonomia da então Colônia, pontos de colisões na complexidade da reorganização política e administrativo, nas medidas econômicas impetradas, na outorga de benesses nas relações construídas com a elite vigente, na perpetuação de práticas coloniais entre as regiões, nos conflitos de interesses múltiplos que eclodiram no interior do Brasil, na sede da Corte e em Portugal. Esses pontos basilares, trazidos pelo autor, permitem visualizar o sistema vigente instaurado em processo de eclosão.

Necessário e também importante compreender a obra de Ciro Cardoso,[20] que contempla o pensamento de que, as revoluções eclodidas no Brasil, foram sinalizadoras de um anseio emancipacionista do poder lusitano que já pairava, visto que a Colônia era possuidora de bases, principalmente econômicas, superiores à Portugal. A ação separatista é soerguida a partir das práticas políticas centralizadores e inibidoras de ascensão dos colonos, durante as décadas pós assentamento lusitano

---

[18] RÉMOND, Renê. **Por uma História Política I**. Renê Rémond; tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003.

[19] BASILE, Marcello Otávio N. de C. O império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda **História geral do Brasil** / Maria Yedda Linhares. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

[20] CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. A crise do Colonialismo Luso na América Portuguesa (1750-1822). In: LINHARES, Maria Yedda **História geral do Brasil** / Maria Yedda Linhares. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

no Brasil. O domínio dessa escrita, consente considerar aspectos indeléveis de todo o processo libertário em gestação.

A inclusão do pensamento de Maria Odila Dias,[21] solidifica a importância que a transferência da Corte de Portugal para o Brasil proporcionou, concretizando uma expansão já vivenciada na então Colônia, apressada pelas cisões em território lusitano, dissociada da concepção de independência alvitrada por uma consciência nacional. Ainda sobre o evento da vinda da Corte, sua escrita desperta para o entendimento de uma extrusão política interna no reino português no referido momento. Em suas pesquisas, a autora, dilata e presenteia com o conceito de "interiorização da metrópole", constituído pela Corte, instalando uma prática de exploração e controle colonial das demais regiões do Brasil, principalmente a região Norte. A partir da concepção da autora, é possível compreender que, as contradições vivenciadas nas diferentes regiões brasileiras, observadas na política imposta pela Corte e por Portugal, abalaram a estrutura de possível unicidade de espaço, visto o território grande e plural, conflitante em interesses diversificado.

O trabalho de Boris Fausto foi incorporado na pesquisa deste trabalho como norteador na busca por compreender o Brasil Colonial e Imperial, principalmente através da esfera política e econômica.[22] O referido autor, sintetiza a incumbência do Brasil pela Coroa, sustentação econômica da Metrópole. Reverbera que o processo organizacional da economia, propiciou o processo de autonomia financeira colonial promovendo a consolidação do entendimento emancipacionista, posterior à chegada do pensamento ilustrado. Outro item basilar para o entendimento sobre o processo separatista, é apresentado pelo autor quando este discorre sobre a transformação ocorrida na mentalidade das elites e sobre a importância da ascensão do poder político e social que lhes fora deferida. A compreensão é expandida quando o autor expõe o estremecimento exibido, primeiramente, em conflitos regionais, agravado pelas divergências com Portugal e seguidamente caminhar para a ruptura plena, que, ainda segundo o autor, possuía conceitos múltiplos nas classes sociais.

O entendimento perpetrado por Iara Souza,[23] possibilita ampliar a discursão sobre as relações constituídas a partir das ambições políticas e capacidade

---

[21] DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A Interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.
[22] FAUSTO, Boris. **História do Brasil**: História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias. São Paulo: Edusp, 1996.
[23] SOUZA, Iara Lis Carvalho. **A Independência do Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

econômica que foram enraizadas nas elites as quais buscavam prestígios díspares que incluía uma importante concepção imperial. A autora discorre sobre a função da geração letrada que, inebriado com o pensamento liberal defendia mudanças organizacionais e pautava, nas conversações acirradas, questionamentos sobre o papel que o Brasil então desempenhava. Minuciosamente, salienta a autora, que as inquietações estremeceriam as relações envolvendo o Brasil com a Coroa e com Portugal, caracterizando as irrupções dispostas em revoluções regionais nos citados espaços territoriais que teceriam a ruptura imutável. A autora consolida o pensar compartilhado de vivência como processo da ação separatista.

A escrita de Hamilton Monteiro,[24] expandiu a nossa pesquisa com o esmiuçar das ações organizacionais do aparelhamento governativo com a transferência da Coroa, aliado aos atos exercidos na sede da Corte de forma continuada e recebido como sentimento de ser preterido, pelos lusitanos, expondo o temor que pairava nos indivíduos na probabilidade que se apresentava em uma fragmentação do Brasil. Interessante ponto a destacar, quando o autor apresenta a aderência de linhas políticas diferentes, visando evitar o esfacelamento, em torno do Príncipe Pedro. Essa adesão também constitui base financeira para o possível enfrentamento.

Outros autores memorialistas contribuíram,[25] visando o entendimento construído com estas fontes primárias que transcrevem sobre as relações tecidas no seu cotidiano com o entrosamento da temática que discorre sobre história política, visto que as transformações e as permanências apreendidas do processo de Independência são permeadas de ações coletivas e individuais.

A historiografia piauiense contempla nomes de grandes pensadores, e nos propiciamos a beber dessas fontes de valores preciosos e imperecíveis.

O estudo à obra de Abdias Neves[26], permitiu perpetrar a amplitude na narrativa regionalista. O autor centraliza o processo em estudo a partir das tensões ocorridas entre o norte e o sul.

---

[24] MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Da Independência à Vitória da Ordem. In: LINHARES, Maria Yedda **História geral do Brasil** / Maria Yedda Linhares. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2016

[25] Ver as obras de: COSTA, F A Pereira da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí desde os seus primitivos tempos até a Proclamação da República em 1889**. Recife, PE: Tipografia do Jornal do Recife, 1909; NEVES; Abdias. **A Guerra do Fidié**. 4 ed. Teresina: FUNDAPI, 2006; ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. Teresina: Cia. Editora do Piauí, 1981.

[26] NEVES, Abdias. **A Guerra do Fidié.** 4 ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.

Estudamos Odilon Nunes[27], historiador piauiense, que discerne sobre os primórdios deste território abordando desde a tipologia, os nativos, as primeiras incursões, o trabalho jesuítico, os conflitos entre sesmeiros e posseiros, os embates tribais, as contendas com as terras limítrofes desta Capitania e também sobre o período emancipacionista. Odilon Nunes, compreende o processo de independência, politicamente, como desconexa, visto o interesse em manter fidelidade a D. João VI. No Piauí, escreve sobre as tensões vivenciadas como caos.

O Historiador Monsenhor Chaves[28], prioriza os eventos de Parnaíba e Campo Maior, enfatiza nas temáticas e espacialidade, resignifica e dilata sobre o evento da Batalha do Jenipapo e de seus partícipes.

Wilson Brandão[29], interpreta que o momento separatista adveio do campo das ideias, tendo como pilar os ideais liberalistas, chegando às massas letradas da época que as propoagaram.

A importância da concepção de um processo emancipatório tem possibilitado incidir para as variações de articulação das ações no âmbito interno e conjuntural agregando sua atuação no ciclo em estudo elementos basilares para a compreensão das configurações da dissipação da dominação colonial e atentar em apreciações de particularidades regionais em sua dinâmica e complexidade próprias. Implica também na compreensibilidade dos alicerces em que se incidiram os atrelamentos ao centro de poder pelas regiões.

As novas análises corroboram para o entendimento de não haver práticas em concepções, amplas e estruturantes de questionamentos do modelo de sociedade colonial de conteúdo capaz de deteriorar, a ponto de atentar para o desmoronamento das estruturas de poder político e econômico metropolitano.

A análise sobre o processo de autonomia do Brasil não se limitará a um movimento micro. Mesmo tendo como centro da pesquisa cartas que circulavam dentro da Província do Piauí, o estudo se dará enraizado em um contexto regional pulsante para as sinuosidades entrelaçadas às relações políticas, sociais e

---

[27] NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Vol. 1. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007.

[28] CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da Independência do Brasil**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005.

[29] BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da independência no Piauí.** Teresina: FUNDAPI, 2006.

econômicas desencadeadas em solo brasileiro, que por sua vez estavam emaranhadas e influenciadas por um contexto externo. Pela compreensão da importância do estudo voltado para as dinamicidades, as diferenças e similitudes regionais das práticas locais no aspecto econômico, político demandam uma apreciação pormenorizada e cuidadosa para as interligações entre o contexto geral e as particularidades das ações ocorridas nas capitanias, buscando peças evidenciais distintivas e diversas nas práticas locais. [30]

A pesquisa sobre o processo de Independência foi analisada a partir do contexto externo, caminhando depois e concomitantemente como o contexto interno e particularmente regional possibilitando ilimitar as probabilidades do conhecimento sobre a acepção das alterações históricas da percepção das experiências locais, que se proporcionam como panoramas emaranhados em complexidade, de abastadas nuanças e interpretações múltiplas.

O Capítulo I aborda o contexto nacional e externo que propiciou o enraizamento das ideias emancipacionistas no Brasil, analisando as deliberações administrativas e políticas e observando o processo de mudanças e continuidades; o poder político e econômico exercido pela classe dominante e pelas famílias da elite colonial; a geração ilustrada como base importante na ação separatista; o processo de interiorização da metrópole; a política joanina, que revezava entre o velho e o novo, beneficiando regiões em detrimento das demais Capitanias e as práticas que levaram a um esgotamento de forças que culminaram na Independência.

No Capítulo II, trataremos sobre a importância da Província do Piauí para a manutenção do poder lusitano; como as ideias libertárias, que desnorteavam os poderes consumados, estremeceram as bases desta Província e a insurreição das Vilas em adesão ao movimento independente rompendo definitivamente com a Corte Portuguesa.

O Capítulo III irá abordar os passos dados na Província do Piauí para a construção das bases que definiram a vitória contra o poder português; as ações perpetradas visando conter o Comandante português; como foi definido o processo de arregimentação para o aumento do contingente militar e a ação empreendida pelos independentes do Piauí na Província do Maranhão.

---

[30] COSTA, Wilma Peres. **A Independência na Historiografia brasileira**. IN: JANCSÓ, Istvan (org.). Independência: História e historiografia. São Paulo: FAPESP/Hucitec, 2005.

Por fim, a título de Considerações Finais, fazemos uma síntese diante do apanhado de informações discutidas e analisadas no decorrer desta pesquisa, reafirmando os pontos centrais objetivados neste estudo.

1 DA COLÔNIA A CHEGADA DA FAMILIA REAL

O Brasil, por um período duradouro, careceu de pesquisas mais aprofundadas que compreendessem a emancipação política como o resultado de um processo, desfazendo a ideia já consolidada de que a Independência resultou de uma disputa ferrenha entre a Colônia e Portugal assentado em um nacionalismo. O referencial de conceitos que amparava essa elucidação tem sido disposto por enfoques que auxiliam a escortinar uma conjuntura diversa que até pouco tempo assentou caracterizar este período.[31]

Nessa pesquisa é presumível compreender que as inquietações que culminaram com a Independência no Brasil surgiram bem antes de 1822. A partir das leituras realizadas, elucida-se que há muito já era ensaiado o coro da Independência, desde o século XVIII e de forma mais intensa a partir da transferência da Corte com a instalação de um aparelhamento administrativo no Brasil,[32] e através da implantação de diferentes atitudes políticas e sociais, que foram decisivas em uma convergência do todo, contribuindo para a fragmentação das relações existentes entre a Colônia e Portugal que suscitaram o desenvolvimento de um Brasil independente.[33]

1.1 Rupturas e permanências

As rupturas e permanências que se revezaram na passagem e na constituição da Colônia como espaço independente serão trabalhadas com a intercalação e inserção dos acontecimentos administrativos, políticos e sociais que ocorriam no território piauiense nesse contexto elas se traduzem em transformações e continuidades.

Os agrupamentos humanos no território do Piauí foram formados ao longo dos rios que entrecortavam toda a sua jurisdição. Inicialmente, os povos nativos que viviam nessa terra, habitavam a bacia do rio Parnaíba e eram constituídos dos Tremembés, Aróas, Cupinharões, Tabajaras e Amoipiras,[34] com o tempo, inúmeros povos de diferentes nações indígenas, tiveram como assento o solo do Piauí. A

[31] FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Homens de Grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.
[32] MONTEIRO, 2016
[33] SOUZA, 2000.
[34] NUNES, 2007.

ocupação e povoamento, do espaço de terras que hoje compõe este Estado, pelos enviados lusitanos, tem registo no ano de 1676 segundo Nunes.[35] A luta duradoura e constante pelo domínio foi a base da estrutura criada aqui com consequência beirando o extermínio do nativo.

Ainda segundo Nunes,[36] a disputa contínua produziu a incorporação da então freguesia ao Maranhão legitimando melhorias que alvitraram alavancar, judicialmente e administrativamente, essa região como "estabelecimento da primeira vila e sua elevação à categoria de capitania [...]". O referido autor ressalta que "como consequência de sua bacia hidrográfica, o Piauí, sempre foi um corredor de migrações",[37] o que favoreceu o crescimento de uma agricultura de subsistência e a organização da criação de gado

Efetivamente era do Piauí quase todo o gado que se consumia até então nas Minas Gerais, pois era muito reduzido o do Alto São Francisco, quase nenhum o de São Paulo, do Rio de Janeiro e Espírito Santo. E ainda não havia sido de todo aberta a estrada que ligava a região aurífera às vacarias do Sul. Esse tráfico seria veículo da evasão do ouro para o Piauí.[38]

A Capitania do Piauí, nas três últimas décadas do século XVIII, já constituía ações, como solicitação de implantação de uma alfândega do porto de Parnaíba, visando transações comerciais diretamente com Portugal evitando a circulação pelos demais postos da Colônia, o que possibilitaria em lucro maior dos produtos. [39]

Segundo Brito, a Capitania do Piauí, era habitada por todo o seu extenso território, com grandes distâncias entre as Vilas, entrecortadas por fazendas, distribuídas em seis vilas. Oeiras fora estabelecida no núcleo do território, pois permitiria segurança essencial para o caso de necessidade de uma tática ofensiva de proteção às demais vilas, dispondo da necessidade de um amparo belicoso e visando uma atuação econômica comunicativa com as Capitanias vizinhas. [40]

A área da Capitania mais movimentada era o Norte, próxima ao litoral, corredor fluvial comercial, emanava as probabilidades de desenvolvimento, possuidora do

---

[35] Ibid.
[36] Ibid.
[37] Ibid., p. 55
[38] Ibid., p. 125.
[39] Ibid., p. 168
[40] BRITO, Bugyja. O Piauí e a Unidade Nacional (Panfleto, Palácio, Gente). In: **O Piauí e a Unidade Nacional**. Organização R. N. Monteiro de Santana e Cineas Santos. –Teresina: FUNDAPI, 2007.

maior índice populacional era a Vila de São João da Parnaíba.[41] As demais vilas eram constituídas de Parnaguá (sul), Marvão (leste), Campo Maior (centro-norte), Jerumenha (centro-oeste) e Valença (centro-leste).

A criação de gado tem primazia na economia do Piauí e aliado ao seu limite territorial, será basilar para o entendimento da importância de garantir esse espaço pertencente ao poder lusitano no movimento emancipacionista.

O Brasil, enquanto Colônia desempenhou o papel que lhe fora cabido, servir como suporte financeiro à Metrópole a partir da exploração de seus recursos e potencialidades. O objetivo da Coroa consistia em organizar a economia colonial de tal forma que a produção em grande escala para a exportação geraria ganhos e acumulação de capitais na Metrópole. [42]

As modificações impetradas pelas reformas pombalinas como a criação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão sugerem vultoso peso visando diferenciar o cenário colonial na inovação do comando do governo lusitano,[43] pela ação assentada em ocupações de espaços territoriais em atividade de exploração da terra presente, mas sem possuírem oficialização de posse destas, e pelo acréscimo de atividade agrícola, caracterizada de gêneros tradicionais de exportação e abastecimento.

Essas reformas de recuperação econômica, essenciais e imperativas, ligadas ao pensamento iluminista do século XVII, aludiam em manter as reservas da colônia, expandir a potencialidade de produção, ocasionando importantes alterações na economia colonial do Brasil com privilégio nos lucros destinados à Coroa e aos portugueses.

> Racionalizar a estrutura empresarial favoravelmente aos comerciantes portugueses maiores e estabelecidos dando-lhes privilégios monopolistas [para que] lhes fossem possíveis acumular capital suficiente para competir efetivamente com o crédito estrangeiro em todas as áreas do comércio luso-brasileiro.[44]

---

[41] NUNES, 2007, p. 26
[42] FAUSTO, 1996
[43] Sobre o que foram as Reformas e sobre a Companhia e sua importância para o norte do Império Colonial Português, ver: MARCOS, Rui de Figueiredo. **As Companhias Pombalinas**: Contributo para a História das Sociedades por Acções em Portugal. Coimbra: 1997.
[44] MAXWELL, Kenneth. **Marques de Pombal. Paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 35

Consistiu no período pombalino o envio para o Piauí, o qual mesmo com o alcançado relevo com a criação de gado, continuava dependente do Maranhão, João Pereira Caldas para a governança desta Capitania, com o encargo de aprovisionar a ereção de vilas e regimento de cavalaria.[45] Início da jornada para separação efetiva do Maranhão e consolidação da importância do território do Piauí nas fases colonial e imperial do Brasil.

No tocante a Colônia, o papel desempenhado no âmbito econômico foi extremamente exitoso que a permitiu dar os primeiros passos em direção a liberdade financeira e automação que começava a ser percebível e concebida.

> Nesta linha, os trabalhos de Jorge Caldeira foram os que levaram mais longe a tese do significado relevante do mercado interno e, portanto, do desligamento cada vez maior da Colônia com relação à Metrópole. O autor lembra a importância da produção gaúcha (gado, carne seca, trigo, muares enviados à feira de Sorocaba, no interior de São Paulo), o caso de Minas Gerais, já apontado, no período de decadência da mineração, o abastecimento interno de escravos provenientes dos portos etc., concluindo que o Brasil já caminhava com seus próprios passos bem antes do que se imagina.[46]

O final do século XVIII foi intenso no campo das ideias e na ruptura de sistemas pré-estabelecidos no ocidente a partir dos filósofos franceses e dos economistas ingleses, o pensamento ilustrado e o liberalismo começaram a se implantar e a ganhar terreno.[47] A Colônia também bebeu dessa fonte e lançou bases que estremeceriam, em um primeiro momento, para depois, romper as estruturas vigentes. Embora modificada em sua essência, visto uma incompatibilidade da realidade do preceito vigente, as ideias deixaram os livros e se abrigaram no cotidiano dos encontros e debates velados.

Pensadores acordam sobre o fato da transposição da Corte para a então Colônia constituiu mais do que um largo passo para a autonomização, “a vinda da Corte para o Brasil e a opção de fundar um novo Império nos trópicos já significaram por si uma ruptura interna nos setores políticos do velho reino”.[48] As transformações advindas da transferência da Corte redefiniram a Colônia nas relações sociais, econômicas e políticas, interna e externamente.

---

[45] NUNES, 2007
[46] FAUSTO, 1996, p. 57
[47] Ibid.
[48] DIAS, 2005, p. 12

Essa transformação inicia-se com a alteração do status que possuía o Brasil, no qual “o Rio de Janeiro [...] torna-se a importante capital de um vasto império mundial que, além de Portugal e Brasil, compreendia também possessões em mais outros dois continentes, como a África e a Ásia”.[49]

Como capital de um grande reino modificou-se a estrutura urbana, sendo necessária uma reorganização dos espaços visto que

> [...] acarretou, de imediato, sérios problemas para a vida da cidade, relativos à urbanização, crise de abastecimento, carência de moradias, aumento dos preços dos aluguéis e dos gêneros de subsistência. [...] Uma série de instituições político-administrativas do Estado português foi instalada na nova sede do Império ultramarino, como o Ministério e o Conselho de Estado, o Desembargo do Paço, a Casa de Suplicação, a Intendência da Polícia, a Mesa de Consciência e Ordens, o Erário Régio, O Conselho Real de Fazenda, a Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, o Banco do Brasil, a Real Academia Militar e a Real Academia dos Guardas-Marinhas, a Biblioteca Real, o Museu Real, a Imprensa Régia, o Observatório Astronômico, o Real Jardim Botânico, as Academias Médico-Cirúrgicas (1813-1815) e a Academia Real de Belas Arte (1820).[50]

Ao analisar a gerência colonial na América portuguesa é perceptível o exercício de reedificação da autoridade metropolitana pela liberdade vivenciada com ausência de referência política especificada no rei, mediante o esforço sobre a figura real a partir de ações convergentes que compusessem e enraizassem fortalecendo a alusão deste como o cerne do domínio imperial ibérico, em uma proposta de reaver a ação de afirmação e estabilização das composições administrativamente que teve o processo principiado com a conquista, urgia o domínio colonial visando assegurar a execução das obrigações relacionadas à produção colonial e cobranças de impostos.

A apreensão dos benefícios ocorridos com a chegada da Corte ao Rio de Janeiro e o acréscimo da responsabilidade desse custeamento a ser pago pelas capitanias foi experimentada sobretudo pelas capitanias do Norte que advieram a dispor de conveniências de mercados cerceados e soltos, visto que não participavam, de forma permanente e fiel, dos pactos que abrangiam os contratos econômicos e políticos, mantendo a impressão de visibilidade nas cobranças de impostos.[51]

---

[49] BASILE, 2016, p. 280
[50] Ibid., p. 281
[51] MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817-1824.** São Paulo: Editora 34, 2004.

Outra transformação que redirecionou as ações da Corte nascente foi no comportamento e na mentalidade de seus membros, principalmente da elite política e econômica que apesar de, desde a colonização passando pela Era Pombalina que, “colocou membros dessa elite nos órgãos administrativos e fiscais do governo, na magistratura e nas instituições militares”,[52] e embora mantendo a continuidade na estrutura administrativa, vislumbrou a oportunidade de composição do seu poder econômico com uma atuação política mais direta a partir da aproximação que a presença do rei proporcionava.

Para as elites da colônia, a presença do rei na colônia brasileira avivou para a fixação de interesses políticos e de ações econômicas que excitavam ensejos de enriquecimento através dos negócios, condicionando, principalmente na região sudeste, um espaço de disputa entre as elites brasileira e portuguesa emigrante que disputavam mercês, incumbências, vantagens e elevação social. Esse movimento não alcançou as elites de regiões afastadas, pois estas permaneciam com o sentido de continuarem preteridas em relação aos privilégios.

> Ocorreram uma mudança na população no Rio de Janeiro e uma redefinição da conduta de sua elite. Em primeiro lugar, a população diversificou-se com a presença de negociantes ingleses e estrangeiros, funcionários graduados na burocracia, aristocracia e comerciantes lusos, oficiais, diplomatas, negociantes de terras, fazendeiros, proprietários de terras e escravos e donos de áreas urbanas, [...]. A elite local, com escravaria, lavouras em grande escala, casas de comércio, construções navais e seguradoras, estava disposta a ocupar a cena pública e viu na presença do monarca, e na consequente instalação de um amplo e poderoso aparelho burocrático e jurídico, uma maneira de efetivar seus anseios. Descobriu na corte uma forma de sociedade que respondia à sua vontade de conciliar sua força econômica com atuação política [...] A transferência da corte instaurou uma nova interdependência [...] entre o rei, os nobres emigrados e essa elite fluminense, cadenciando essas relações [...].[53]

A distância territorial com o poder administrativo e político inserido no Rio de Janeiro modificou, de forma tensa, as relações entre as capitanias e a sede governativa significando densos comprometimentos no desempenho assertivo nas estratégias de relacionamento, de alinhamento, de resolução efetivas de pendências entre os grupos abastados das demais regiões e o rei.

---

[52] FAUSTO, 1996, p. 68
[53] SOUZA, 2000, p. 26

Mais uma alteração importante e definidora na autenticidade e na construção da soberania com a transportação da estrutura governativa para o Brasil perpetrou a historiadora Odila Dias a desenvolver o conceito de “metrópole interiorizada”,[54] que significa dizer que a chegada da Corte solidificou a edificação de um reino no Brasil com uma nova colonização a partir do Rio de Janeiro e deste com as demais Capitanias.

> A vinda da Corte com o enraizamento do Estado português no Centro-Sul daria início à transformação da colônia em metrópole interiorizada. Seria esta a única solução aceitável para as classes dominantes em meio à insegurança que lhes inspiravam as contradições da sociedade colonial. [...] Como metrópole interiorizada, a corte do Rio de Janeiro lançou os fundamentos do novo Império português chamando a si o controle e a exploração das outras ‘colônias’ do continente, como o Nordeste. [...] o enraizamento dos interesses portugueses no Brasil não só em construções de luxo, mas também e, sobretudo, na compra de terras e no estabelecimento de firmas de negócios.[55]

As transformações ocorreram dotando de realizações e mudanças estruturais de povoação e exploração principalmente na região onde a Corte fora abrigada. Objetivando um funcionamento eficaz para facilitar a centralização administrativa, atentou-se em abrir estradas, aprimorar a comunicação entre as capitanias, favorecendo o povoamento e incentivando a adoção de sesmarias, esboçando a ideia de um comando central forte.[56]

D. João empregava uma administração oscilante, “a política joanina no Brasil pode ser definida como um constante e hesitante movimento pendular entre o *velho* e o *novo*” [grifos do autor].[57] Ao mesmo tempo em que se efetivavam transformações estruturais de melhoramento de povoação, reconheciam-se práticas coloniais em um processo de continuidades contínuo.

> Reservavam privilégios para o Centro-Sul, onde se instalara a Corte. A fim de custear as despesas de instalação de obras públicas e do funcionalismo, aumentaram os impostos sobre a exportação de açúcar, tabaco, algodão e couros, criando ainda uma série de outras tributações que afetavam diretamente as capitanias do Norte, que a Corte não hesitava ainda em sobrecarregar com a violência dos recrutamentos e com as contribuições para cobrir as despesas da guerra no reino, na Guiana e no Prata [...] em sobrecarregar [...] de despesas que viriam acentuar as características regionais de

[54] DIAS, 2005, p. 12
[55] Ibid., p. 19
[56] Ibid., p. 35.
[57] BASILE, 2016, p. 283

> dispersão; mas, como esses recursos não bastavam, preferia introduzir reformas econômicas e sociais no reino a fim de evitar sobrecarregar a Corte que começava a enraizar-se no estreitamento de seus laços de integração no Centro-Sul. Para governadores e funcionários das várias capitanias, parecia a mesma coisa dirigirem-se para Lisboa ou para o Rio de Janeiro.[58]

A política adotada por D. João VI abrangia privilégios e restrições que foram mantidos visando à garantia dos interesses da Coroa, dos estrangeiros e dos portugueses em decisões que hora faziam concessões, hora impunham reservas em um agir contraditório que descontentava a muitos e gerando conflitos na política interna e externa. As Leis formuladas permitiram alterações no sistema colonial sem modificá-lo em sua essência. A junção do liberalismo implantado e do mercantilismo, acomodado no reino que crescia, propicia uma leitura de um importante componente em que foi alicerçado o movimento emancipacionista.

Com as melhorias estruturais acontecendo no Império nascente, tem destaque os ilustrados, filhos das famílias da elite colonial. Na ação de contenda entre as porções das estruturas administrativas, uma tática ocasionadora de conflitos era as implicações da inclusão de sujeitos na disputada máquina administrativa que instituía um formato, antes de tudo, de cooptação das elites locais. Para essas famílias, ter seus membros “atuando no Estado era sinal de prestígio intelectual, social e político, pois reforçava a sua importância na localidade e rendia dividendos em termos de relações políticas e sociais”. [59]

A consolidação do acesso aos empregos públicos, estabelecia uma abertura para avaliar os limites, aliciar benefícios, a abrangência e as decorrências de seu domínio e competência de autoridade amparados e prevalecendo-se de autoridade ou inclusão nas composições oficializadas de domínio do Estado. A elite colonial era formada por comerciantes que atuavam no comércio externo, traficantes de escravos e grandes proprietários de terras.

> Na cúpula da pirâmide social da população livre, ao lado da elite de traficantes, ficavam os grandes proprietários rurais e os comerciantes voltados para o comércio externo. Este era um quadro típico do litoral do Nordeste e mais tarde do Rio de Janeiro. Desempenhando um papel estratégico na vida da Colônia. [...] descreveram uma curva de ascensão social e política a partir de meados do século XVII. Participaram cada vez mais das Câmaras e irmandades de prestígio e ocuparam postos elevados nas milícias. Entre os dois setores da

[58] DIAS, 2005, p. 35
[59] SOUZA, 2000, p. 14

> cúpula, houve pontos de aproximação e de rivalidade. De um lado, eles constituíam em conjunto as forças socialmente dominantes da Colônia, diante da massa de escravos e homens livres de condição inferior.[60]

Sobre os processos de formação das elites coloniais é possível verificar a significação da inclusão dos grupos abastados na estrutura administrativa colonial, visto que se o Estado os apreciava como partícipes, avaliando positiva para constituir as linhas definidoras da administração e seu implemento numa região, desponta a agudeza pelo monarca da possibilidade intimidante, dessas elites locais, de mando no reino de potencial desarticulador para as práticas centralizadoras do projeto político, visto serem a concretização regionalizada da autoridade real.

> A ascensão econômica dos comerciantes facilitou seu ingresso na elite colonial. Por meio do casamento e da compra de terras, muitos comerciantes se tornaram também senhores de engenho no Nordeste. [...] A família ou as famílias em aliança da classe dominante surgem como redes formadas não apenas por parentes de sangue, mas por padrinhos e afilhados, por protegidos e amigos. Para a Coroa, o Estado é um patrimônio régio e os governantes devem ser escolhidos entre os homens leais ao rei. Por sua vez, os setores dominantes da sociedade tratam de abrir caminho na máquina estatal ou de receber as graças dos governantes em benefício da rede familiar.[61]

A ação desses ideais se mostrou limitada pela estrutura socioeconômica basicamente agrária que possuía como pilar de sustentação, o sistema escravista. Mesmo com adaptações, as novas ideias abalaram a tranquilidade colonial semeando o desejo de autonomia nas decisões.

> [...] surgiram na Colônia várias conspirações contra Portugal e tentativas de independência. Elas tinham a ver com as novas ideias e os fatos ocorridos na esfera internacional, mas refletiam também a realidade local. Podemos mesmo dizer que foram movimentos de revolta regional e não revoluções nacionais. Esse foi o traço comum de episódios diversos como a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração dos Alfaiates (1798) e a Revolução de 1817 em Pernambuco.[62]

A notícia da Revolução de 1817 chegou à Capitania do Piauí e a administração local não ficou inerte, adota aprovisionamentos intentando coibir o seu alastramento ordenando reforço da soldadesca em Parnaíba, determina destacamento para a

---

[60] FAUSTO, 1996, p. 42
[61] Ibid.
[62] Ibid., p. 70

fronteira com Pernambuco, comanda sobre impedimento de saída de gado e qualquer item comercial para o território sedicioso. Essas ordenanças houve legitimidade até o recebimento noticioso do insucesso da insurreição. [63]

Esses movimentos eclodidos no Brasil foram desfeitos antes que se realizassem de fato, com alguns de seus membros condenados à morte, mas demonstram além do conhecimento a atualização das ideias que corriam o mundo ocidental. Percebe-se "também que uma eventual independência da América portuguesa já se tornara algo que podia ser imaginado, sendo objeto de cogitação em certos círculos e circunstâncias".[64]

Com esse cenário de conflitos internos, potencialidade econômica "prejudicada pelas mazelas de má administração, dos costumes viciados de corrupção e desleixo e da ignorância generalizados"[65] e com o redirecionamento de pensamento e mentalidades,

> [...] A sociedade que se formara no correr de três séculos de colonização não tinha alternativa ao findar do século XVIII senão transformar-se em metrópole, a fim de manter a continuidade de sua estrutura política, administrativa, econômica e social. Foi o que os acontecimentos europeus, a pressão inglesa e a vinda da corte tornaram possível.[66]

A sociedade modificada após as inquietações sofridas na Colônia desejava a liberação das restrições coloniais que impediam uma independência nas transações, principalmente econômicas, a partir da necessidade assentada no crescimento e desenvolvimento crescente do Brasil, sem prejuízo da estrutura colonial de produção.

As ideias liberais foram regadas, na colônia e na metrópole, pela ambiguidade da política econômica adotada, embora com objetivos diferentes. Esse pensamento libertário entrou no Brasil através da literatura, da entrada de estrangeiros e dos que saíam do Brasil em busca de conhecimento e para cá retornavam.

A geração letrada era possuidora do conhecimento das ideias circulantes no mundo e defendiam uma participação mais efetiva, não mais apenas no plano econômico e administrativo, mas principalmente no âmbito político, da então Colônia nas decisões da Coroa portuguesa, visto que esses assuntos "[...] norteavam a visão

---

[63] NUNES, 2007
[64] CARDOSO, 2016, p. 180
[65] MESGRAVIS, Laima. A Sociedade Brasileira e a Historiografia Colonial. In: FREITAS, Marcos C. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 49.
[66] DIAS, 2005, p. 19

dessa geração luso-brasileira e a sensibilizava quanto à rediscussão da posição do Brasil dentro do Império português [...]. No início do século XIX, via-se o Brasil como uma colônia emancipada e ligada à metrópole".[67]

Com a chegada da Corte ao Brasil, os letrados participaram de forma ativa nas reformas que se iniciavam e que serviriam de base posteriormente à automatização do Brasil, "essa 'tarefa' de reforma e construção absorveu os esforços dos ilustrados brasileiros a serviço da Corte portuguesa e nela se moldaria a geração da 'independência'".[68] A participação dos ilustrados na reordenação do Brasil tem a marca do saber adquirido assentado na ideologia das correntes de pensamento vigente,

> Sem necessariamente concordarem sobre as reformas a serem implantadas ou sobre a maneira de fazê-lo, engajarem-se num programa de reforma ilustrada do império, tentando reorganizá-lo, tornando-o mais produtivo, abrindo novas frentes na produção agrícola e repensando sua estrutura política. Estes homens tinham um forte senso prático para lidar com a política e as mudanças realizadas pelo Estado, sempre guiadas pelo saber. [...] Admiravam a *república das letras*, e muitos se envolveram com a maçonaria, as sociedades secretas, as polêmicas intelectuais, buscando defender uma noção de *bem-comum* propiciado pelo Estado, que levaria a sociedade *a felicidade geral*. [grifo da autora][69]

Como foi mencionada nos parágrafos anteriores, a geração ilustrada de 1790 teve segundo alguns autores, destaque no processo de autonomia do Brasil, essa geração que questionava o sistema colonial, engrossando o coro por mudanças políticas e também econômicas, era a mesma que participava de cargos administrativos postando-se em um lugar privilegiado da ação e da disseminação de ideias.[70] Uma geração que se organizava em sociedades secretas, a qual ganhava espaço sendo implantada por todo o Brasil e se firmando com um caráter elitista, e que, mesmo depois de algum tempo sofrer perseguição, não se extinguiu.

Mesmo com atitudes, por parte do governo joanino, as quais apontavam que "a Coroa tomava medidas no sentido de integrar Portugal e Brasil como partes de um mesmo reino",[71] começava-se a repensar sobre as conexões construídas e

---

[67] SOUZA, 2000, p. 17
[68] DIAS, 2005, p. 34
[69] SOUZA, 2000, p. 15
[70] Ibid.
[71] FAUSTO, 1996, p. 81

desgastadas entre o Brasil e Portugal, crescia a defesa sobre o direito de autonomia e de uma política voltada para as necessidades plurais do novo Reino.

As reclamações acometiam também Portugal, pois se ressentia de uma permuta de papéis crescente, "[...] Dizia-se que se tornara *colônia do Brasil"* [72] desde a transferência de todo aparato administrativo para o Brasil e a partir da política joanina adotada, que redesenhava e consolidava ao mesmo tempo as relações sociais, políticas e econômicas.

Para Portugal, a preferência da parte americana, anverso ao reino europeu, foi intensificada e consolidada aos interesses administrativos, políticos e econômicos, delimitando uma complexidade de tensões internas concernentes aos reinos, brasileiro e lusitano, caracterizado e decomposto pela inversão de papeis.[73] A percepção de dependência financeira do Brasil, aliada à visibilidade das táticas deliberadas pela Corte do Rio de Janeiro propendiam nitidamente à reorganização do Império Luso, impetrando o Brasil como cerne dessa ação política, em detrimento dos interesses portugueses, movimento que feriu o orgulho nacionalista português.[74]

> Embora os principais postos do governo permanecessem quase sempre nas mãos dos portugueses, e apesar da forte carga fiscal que pesava sobre os brasileiros, particularmente nas capitanias – obrigadas agora a sustentar, não apenas a Corte no Rio de Janeiro, mas também os gastos relativos à recuperação de Portugal – dom João não deixou também de acenar com certos benefícios para as elites brasileiras. [...] demonstra com as políticas de construção e reforma de estradas e de doação de sesmarias e concentração de terras contribuiu, não só para integrar as zonas produtoras e consumidoras daquele comércio de abastecimento da Corte. [...] analisando o desenvolvimento de outro setor da classe dominante – os negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro – chamou a atenção para a rede de relações pessoais que então se constituiu entre estes e a aristocracia rural e a burocracia da Corte, e para o papel fundamental que desempenharam os capitais privados daquele setor (investidos em companhias de seguros, navegação abastecedora de cabotagem e tráfico negreiro) na esfera de atribuições de um Estado incapaz de arear com todas as suas despesas: em contrapartida, o Governo concedia mercês, honrarias, títulos de nobreza, cargos de importância, privilégios e monopólios (mediante o sistema de arrematação de contratos da Coroa a seus fiéis colaboradores).[75]

---

[72] SOUZA, 2000, p. 20

[73] OLIVEIRA, Cecília H. Salles**. A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)**. Bragança Paulista: Edusf/Ícone, 1999

[74] ALEXANDRE, M. V. O nacionalismo vintista e a questão brasileira: esboço de análise política. In: PEREIRA, Miriam H.(et alli). **O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira metade do século XIX.** Lisboa: Ed. Sá da Costa, 1981.

[75] BASILE, 2016, p. 283

Os benefícios concedidos por D. João à elite brasileira, que aceitava de bom grado, amenizavam as animosidades entre estes e os portugueses, mas não erradicavam as tensões, além de construir uma relação de fidelidade relativa, mantendo as transformações em passos mais lentos.

1.2 Conflitos e instabilidades na coroa portuguesa

As transformações que ocorriam emaranhadas em um processo de continuidades de práticas coloniais causaram conflitos mesmo depois da elevação, em 1815, do Brasil na condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Apesar de condescender o Rio de Janeiro como cerne do Império Português, essa moção atendeu a sustentação de modelo clássico de manutenção de poder, visto que a continuidade de práticas coloniais, como a carga fiscal para as capitanias, foi ampliada e incitado o crescente descontentamento de grupos partícipes das elites regionais.

> A política desenvolvida por dom João, contudo, beneficiava muito mais o Centro-Sul da Colônia do que as demais regiões. Para estas, mesmo a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido à Portugal e Algarves, em 1815 – reconhecendo formalmente uma situação que, pelo menos quanto ao Rio de Janeiro, há muito já se verificava de fato – pouco significou em termos de mudança efetiva de sua condição colonial, permanecendo sujeitas aos arbítrios políticos e administrativos da nova Corte, que nomeava e destituía livremente governadores militares com plenos poderes para governa-las. A interferência do poder central em tais regiões, especialmente no Nordeste, dava-se também no plano econômico, onde, além dos pesados encargos fiscais, e a despeito de liberalização do comércio a partir de 1808, a Coroa continuava como intermediária nos negócios de exportação, e os comerciantes lusitanos seguiam monopolizando as atividades comerciais.[76]

Havia um claro descontentamento aliado ao sentimento de distanciamento em relação à Corte, principalmente nas Províncias do Norte. O ano de 1817 foi decisivo para o “processo de autonominação do Brasil”.[77] Em Pernambuco, na Paraíba e no Rio Grande do Norte, em meio às inquietações crescentes a partir das ideias iluministas, “aliada a um quadro conjuntural de queda acentuada nos preços dos dois principais produtos brasileiros de exportação na época – o açúcar e o algodão – e de

[76] Ibid., p. 284
[77] SOUZA, 2000, p. 30

escassez dos gêneros alimentícios de subsistência",[78] proclamou-se a Independência e a República.

A revolta eclodida em Pernambuco surgiu revelando as contradições de seus mentores, visto que calculavam o rompimento do projeto político com a permanência da prática do sistema de produção, conservando a estrutura colonial baseada no trabalho escravo. Essa revolta republicana pode ser considerada como umas das revelações de desagrado com a política joanina e denunciativa de um anseio regionalista intenso. Com particularidades de indisciplina militar, amparada por religiosos e maçons, que aliados a proprietários opostos ao governo colonial cortaram os vínculos políticos.[79]

A ação limitada na consciência revolucionária teve como principais líderes "proprietários de terras, comerciantes brasileiros e clérigos, que contou também com o apoio das tropas, e com ampla participação popular, inclusive de libertos e escravos".[80]

> Pela primeira vez em toda história da monarquia portuguesa, uma porção de seu território e um grande número de seus súditos quebravam politicamente os tradicionais laços de submissão e negavam a soberania real. Até então, nenhum movimento de tal ordem ousara praticar tal crime de lesa-majestade [...] esta dimensão de 1817 manifestou - se para os contemporâneos sob a forma de uma assumida transgressão para os que a praticaram e, sob o sentimento de um espantado horror, para os que mantiveram fiéis a soberania real.[81]

Importante salientar a gravidade desses movimentos regionais para aclarar como o governo joanino estava sendo apreendido em acepções peculiares entre os grupos constituídos e diversificado de poder político nas distantes e distintas regiões nesta colônia. Os partícipes, a partir desse movimento, ressaltam as ideias circulantes na colônia, demonstrando as fendas no alinhado a uma concepção de disposição política de ruptura do sistema implantado.

> Ao transferir-se para o Brasil, a Coroa não deixou de ser portuguesa e de favorecer os interesses portugueses no Brasil. Um dos principais focos de descontentamento estava nas forças militares. Dom João

[78] BASILE, 2016, p. 284
[79] CARVALHO, Marcus J. M. de. **Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v.18, n.36, 1998.
[80] BASILE, 2016, p. 285
[81] BERNARDES, Denis. **O Patriotismo constitucional. Pernambuco, 1820-1822**. São Paulo: Hucitec/Fapesp; Recife: UFPE, 2006, p. 206

> chamou tropas de Portugal para guarnecer as principais cidades e organizou o exército reservando os melhores postos para a nobreza lusa. O peso dos impostos aumentou, pois agora a Colônia tinha de suportar sozinha as despesas da corte e os gastos das campanhas militares [...]. Acrescente-se a isso o problema da desigualdade regional. O sentimento imperante no Nordeste era o de que, com a vinda da família real para o Brasil, o domínio político da Colônia passara de uma cidade estranha para a outra, ou seja, de Lisboa para o Rio de Janeiro. [...] Outro dado importante da Revolução de 1817 se encontra no fato de que ela passou de Recife para o sertão, estendendo-se a Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. [...] Os diferentes grupos sociais não tinham, porém os mesmos objetivos. Para as camadas pobres da cidade, a independência estava associada à ideia de igualdade. Já o principal objetivo dos grandes proprietários rurais era acabar com a centralização imposta pela Coroa e tomar em suas mãos o destino, se não da Colônia, pelo menos do Nordeste.[82]

A revolta pernambucana possuía atitude política e estava carregada por um sentimento antilusitano que não ambicionava, em um curto espaço de tempo "provocar mudanças na estrutura social" e que "a bem-sucedida repressão ao movimento não apagou, contudo, as aspirações latentes de liberdade que estavam, então, em gestação em algumas províncias brasileiras".[83]

Em Portugal, um movimento intenso e decisivo é planejado visando deliberar ações políticas e administrativas futuras que contemplassem os interesses pendentes lusitanos, pelo distanciamento do monarca de Portugal, apurando submeter à prova a força e o poder do rei. Nos dois episódios, D. João usou a força derrotando Pernambuco e prendendo os organizadores de Portugal, "[...] Esses movimentos revelam a insatisfação da localidade e do súdito com o poder central a ponto de romperem com o rei".[84]

A corte nascente estava voltada para a consolidação do novo Império sediado no Brasil, que servisse de sustentáculo para o absolutismo e não conseguiu em tempo minimizar "as tensões internas e inerentes ao processo de reconstrução e modernização de Portugal" [85] acentuando em ordem crescente os desacordos de interesses com os portugueses instalados ou nascidos no Brasil. De acordo com Dias (2005,) "[...] ante a miséria desse período de crise e de extrema decadência, confrontava-se o reino com a relativa prosperidade e otimismo de perspectivas que se

[82] FAUSTO, 1996, p. 79
[83] BASILE, 2016, p. 285
[84] SOUZA, 2000, p. 31
[85] DIAS, 2005, p. 17

abriam então para o Brasil".[86] Diante dessas insatisfações em 1820, mais um movimento surge, a "*revolução liberal"* no Porto,[87] cidade portuguesa.

> Desde a transferência da Corte, Portugal vivia uma situação de penúria e caos, decorrente da devastação provocada pela invasão do país pelas tropas francesas, da aguda crise econômica e da perda dos antigos privilégios de que gozava enquanto metrópole de um vasto império colonial. [...] A nobreza, por sua vez, reclamava a recuperação das regalias e do *status* perdidos com a transferência da Corte, pretendendo, ainda, manter, para o seu sustento, o sistema de impostos extraordinários que recaía sobre comerciantes e funcionários citadinos, sobretudo de Lisboa e do Porto, o que, naturalmente, era rechaçado pelos mesmos. A desvalorização da moeda portuguesa em relação à brasileira, acarretando a fuga crescente de capitais para a nova Corte, contribuía ainda mais para aumentar a crise. Além disso, o governo do país estava entregue a um Conselho de Regência, que, além de ter que prestar contas ao Rio de Janeiro, ainda era presidido pelo marechal inglês Beresford, o qual, depois do fim da guerra com a França, continuou comandante-em-chefe do exército português, ao passo que a Corte não dava sinais de que pretendia retornar.[88]

O Vintismo, como ficou conhecido a revolução portuguesa, possuía aspectos colidentes "podia ser definida como liberal, por considerar a monarquia absoluta um regime ultrapassado e opressivo e por tratar de dar vida a órgãos de representação da sociedade, como é o caso das Cortes"[89] e, possuía também aspectos coloniais, pois aspirava igualmente "promover os interesses da burguesia lusa e tentar limitar a influência inglesa, pretendia fazer com que o Brasil voltasse a se subordinar inteiramente a Portugal", como aponta ainda Fausto.[90]

Esse sentimento em relação explica-se por, na prática o Brasil utilizar, de fato, o status de Metrópole "[...] os portugueses, em Portugal, sentiam-se preteridos em relação aos brasileiros, e protestavam contra a *inversão colonial* que de fato vinha se produzindo". [grifos do autor].[91] Portanto,

> Nestas condições, as ideias liberais, em franca difusão pela Europa ocidental, encontraram um terreno fértil para sua recepção, fomentando a revolução vintista. Iniciada esta com uma ação militar, logo generalizou-se por setores mais amplos da sociedade, sobretudo entre a burguesia comercial do Reino. O objetivo, em primeiro lugar, era introduzir um sistema e governo em Portugal, transformando as Cortes consultivas do Antigo Regime em Cortes deliberativas, que

[86] Ibid., p. 141
[87] SOUZA, 2000, p. 31
[88] BASILE, 2016, p. 286
[89] FAUSTO, 1996, p. 71
[90] Ibid., p. 81
[91] BASILE, 2016, p. 287

> elaborassem uma Constituição, subordinando a Coroa ao Poder Legislativo e garantindo o direito dos cidadãos: em segundo lugar, objetivava-se promover o desenvolvimento econômico do Reino, a fim de superar a crise econômica em que se encontrava.[92]

Com a Revolução do Porto, analisavam ser essa forma o acesso eficaz e célere para reaver a remota riqueza lusitana, visto que propiciariam o soerguimento de Portugal da inalterável crise que assolava o país produzida pela paralização da economia, pelas guerras, pela interferência britânica em questões internas e pela vacância da figura do rei, exilado na América, contribuindo para a execução dessa revolução, o assentamento nos ideários da Ilustração.

> Para tanto, duas condições colocavam-se como necessária: o retorno da Corte à Portugal e o restabelecimento dos antigos vínculos coloniais com o Brasil. [...] Interessados na preservação da estrutura absolutista de governo, quase todos os segmentos sociais saudaram e se mostraram mesmo francos defensores do movimento, embora nem sempre pelos mesmos motivos. Enquanto os brasileiros, em geral, e comerciantes estrangeiros, em particular, se prendiam à face liberal da revolução, nela vendo o fim do Absolutismo, a preservação das prerrogativas do Reino Unido e a eliminação dos monopólios e privilégios ainda existentes, os comerciantes portugueses, por outro lado, viram na face colonialista e no traço antibritânico da mesma um meio para a restituição dos monopólios e privilégios comerciais de que antes gozavam.[93]

Com o aceno positivo da população portuguesa, principalmente, “no fim de 1820, os revolucionários estabeleceram em Portugal uma Junta Provisória”,[94] e deliberaram “[...] convocar as Cortes, a serem eleitas em todo o mundo português [...]”, visando “redigir e aprovar uma Constituição. Previu-se a criação no Brasil de juntas governativas leais à revolução nas várias capitanias que passavam a se chamar províncias” pontua Fausto. [95]

Esse movimento redimensionava o poder do rei, descentralizando-o, pois, as Cortes Constituintes tinham poder decisivo. A Ilustração adotada por Portugal perpassava pela continuidade da tradição monárquica com pontos importantes modificadas, permanecendo a autoridade real, redefinida e ressignificada em sua ação imperante, mas abancado em uma monarquia constitucionalista aprimorada em princípios constituídos de domínio e atribuições limitantes.

---

[92] Ibid.
[93] Ibid.
[94] FAUSTO, 1996, p. 81
[95] Ibid., p. 71.

> Os militares descontentes iniciaram o movimento de 1820 em Portugal. Foi também entre os militares, inclusive portugueses, que ocorreram as primeiras repercussões do movimento no Brasil. As tropas se rebelaram em Belém e em Salvador, instituindo ali as juntas governativas. No Rio de Janeiro, manifestações populares e das tropas portuguesas forçavam o rei a reformular o ministério, a criar Juntas onde elas não existiam e a preparar as eleições indiretas para as Cortes. As Cortes começaram a se reunir em janeiro de 1821, meses antes da chegada dos deputados eleitos no Brasil. Tomou-se uma série de medidas que produziram profundo descontentamento na Colônia. Os governos provinciais passariam a ser independentes do Rio de Janeiro, subordinando-se diretamente a Lisboa. Houve uma tentativa de revogar os acordos comerciais com a Inglaterra que eram do interesse tanto dos ingleses quanto dos grandes proprietários rurais brasileiros e dos consumidores urbanos.[96]

As Cortes Constituintes instauradas em Lisboa, concebiam uma modificação da resolução política e social atingindo pontos basilares da estrutura vigente por isso anteviam a participação parlamentar de emissários enviados dos impérios lusitanos, versavam em debater e determinar, na reforma liberal portuguesa, acerca de temas e questões que, decompostas em princípios, seriam transcritas para a missiva constitucional, e subsequentemente expandiria às conglomeradas partes do Comando Português além-mar.

As nascentes determinações poderiam possibilitar densas transformações que impactariam de maneira impositiva a vida das pessoas. As inquietações avolumaram-se em Portugal e no Brasil, tendo como ponto central das cisões a volta da Corte à Portugal. Na região Centro-Sul, a rejeição a esta ideia se deu pelos que já estavam instalados e que aqui haviam investido. Na região Nordeste a tensão se deu por vislumbrarem a chance de desfrutarem da liberdade do domínio do Rio de Janeiro,

> As divergências, porém, começaram a aparecer com maior nitidez no tocante a questão do retorno da Corte à Portugal. Tal medida contrariava os interesses do Rio de Janeiro e das demais províncias do Centro-Sul, particularmente, de fazendeiros, negociantes, burocratas e membros do Judiciário de origem brasileira, e de todos aqueles portugueses que se enraizaram no Brasil, constituindo negócio, família, investindo em terras e propriedades urbanas ou que, na condição de funcionários públicos, gravitavam em torno da Corte; [...] Para todos esses grupos, a transferência da sede do Reino Unido representaria uma ameaça não só aos seus interesses privados, como também às liberdades e vantagens políticas e econômicas nos últimos tempos conquistadas. Defendendo o regresso da Corte à Portugal, encontravam-se, por outro lado, as províncias do Norte e Nordeste do País – desejosas de se verem livres do domínio exercido pelo Rio de Janeiro sobre elas -, as tropas portuguesas sediadas nas mais

[96] Ibid., p. 81

> diversas partes do território brasileiro, os comerciantes lusitanos cujos negócios dependiam de Portugal e que ansiavam pelo restabelecimento dos laços comerciais exclusivistas, e uma parcela da alta burocracia estatal e dos ministros e conselheiros de Estado. [...] Observa-se, portanto, que nas duas posições – a favor ou contra a permanência de dom João VI no Brasil – encontravam-se elementos identificados ao constitucionalismo monárquico, seja em prol dos interesses brasileiros, seja em fidelidade às decisões das Cortes portuguesas".[97]

Constata-se que os primeiros quatro meses de 1821 distinguiu-se por intensas ações vindas das Cortes portuguesas, entre essas demandas, reclamavam a volta do rei, fato que se deu no final de abril. O ato do retorno do rei, deixando seu filho como Príncipe Regente, fortaleceu as ações, até então propostas pela Corte portuguesa e enfraqueceu as relações que norteavam o sistema político do Brasil. Outro ato perpetrado pelas Cortes propendia corroborar a ação constitucionalista e consistia na alteração da relação das regiões do Brasil com a antiga metrópole.

> No dia 26 de abril de 1821, o rei embarca de volta para Lisboa, malgrado sua própria vontade, atendendo aos interesses das Cortes, da burguesia metropolitana e dos elementos áulicos, com a rainha à frente, componentes da máquina governamental. Ganhava a burguesia liberal e "revolucionária" de Portugal e, de certa forma, os elementos mais avançados do Brasil, que continuavam a ver no rei um impedimento para a emancipação do país. Perdia a facção portuguesa residente no Rio de Janeiro, que por seu enraizamento no país não estava disposta, ou não podia embarcar de volta ao reino e os moderados brasileiros, temerosos da República e da fragmentação política do país.[98]

Depois do retorno de D. João VI a Portugal, "[...] nas províncias procedia-se, em diferentes datas, as eleições das Juntas de Governo que passavam a administrá-las em caráter de Governos Provisório e dos deputados constituintes".[99] Com as Cortes já congregadas era necessário que esses deputados fossem à Portugal pois as discussões e as atividades já tinham iniciado. A chegada dos deputados à Corte portuguesa marcou um passo diante das propostas almejadas por Portugal. Os representantes do Brasil tiveram destaques nas Cortes, solicitaram "a flexibilização das relações entre Brasil e Portugal, exigindo reciprocidade, postulando uma autoridade específica para o Brasil com atuação abrangente e certa autonomia diante

[97] BASILE, 2016, p. 288
[98] MONTEIRO, 2016, p. 195
[99] BASILE, 2016, p. 290

dos tribunais e burocracia lusos".[100] Os debates versavam sobre a importância da valorização das particularidades regionais do Brasil pautada na união e funcionalidade eficaz e promissora dos reinos luso-brasileiro.

Nas vilas das Províncias brasileiras, as Câmaras passaram a ter a importância de serem mediadoras entre as localidades e o poder real, papel antes ocupado pelas elites locais. Sobre as Câmaras no Brasil colonial, estas conquistaram destaques e importância aos quais foram apreendidos por pensadores de diferentes bases metodológicas e teóricas. Para Evaldo Cabral de Mello,[101] a particularidade essencial das referidas câmaras municipais que sobressai é enquanto recintos excepcionais de negociação política, ponto de vista que permitiu uma evolução apreciando as práticas locais com expressivos proveitos indutivos na apreensão da organização do então poder metropolitano.

Já Raimundo Faoro,[102] entende que o papel das Câmaras, mesmo sem autonomia, foi fundamental nas articulações de poder por se constituir parte importante de um prendo na complexa engrenagem de domínio do rei. Para Caio Prado Jr, compreende as Câmaras como instituições de poder, sendo o mecanismo adequado e fundamental entre a população e os órgãos administrativos coloniais.[103]

Ocupar cargos da Câmara ultrapassava à composição de um ambiente de elevação e de hierarquização do colono, mas também de um espaço de representação e atuação institucional na vida política colonial, possibilitando vislumbrar práticas de transação adjacente ao governador geral. É possível apreender também que o papel da Câmara sugeria em se compor numa ferramenta, um espaço que consentia aos colonos expressar o que incomodava e expor sobre as necessidades recorrentes.

> [...] A partir dela, organizava-se uma hierarquia local, designando quem participava ou não da administração nesse nível. Na localidade, essa hierarquia funcionava como uma espécie de continuidade do poder real, atuando na mística de sua figura e aproveitando-se de sua força simbólica. Consequentemente, a população local sentia mais a incidência da Câmara nas suas vidas do que o monarca distante.[104]

---

[100] SOUZA, 2000, p. 42
[101] MELLO, Evaldo Cabral de. A fronda dos Mazombos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
[102] FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**, v.1. 10. ed. Rio de Janeiro: Globo; São Paulo: Publifolha, 2000.
[103] PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)**. São Paulo: Brasiliense, 1976
[104] SOUZA, 2000, p. 45

Os representantes do Brasil em Portugal trabalharam para que as Coroas permanecessem unidas, mas fixando um centro de poder que carecia de ser validado pelas Cortes, respeitando as diferentes necessidades, garantindo autonomia administrativa e as regalias adquiridas, que significaria a aceitação de uma independência econômica acrescida, inclusive, de liberdade comercial.

1.3 Dissensões que definiram o caminho para a ruptura com Portugal

As diferenças postas à mesa inflamavam os representantes brasileiros e os portugueses. As bancadas brasileiras despertavam no que poderia vir a ser a submissão do Reino do Brasil, novamente à condição de colônia. Duas decisões, tomadas pelas Cortes, transformariam a dinâmica econômica e de poder no Brasil. A alteração no sistema de arrecadação de impostos para as mãos de burocratas portugueses desloca do cenário social as elites do Brasil, atingindo diretamente a vida pessoal dos mesmos.

O Liberalismo instituído e expandido entre os grupos abastados que constituíram a elite no Brasil foi alicerçado especialmente na recriminação ao colonialismo, esses grupos, aparelhados na estrutura administrativa e econômica, não concebiam a usurpação das mercês, e defendiam combativamente a sustentação dos moldes clássicos de poder e política, dos quais gozavam de benefícios e privilégios.

Ao redefinirem a estrutura de poder, transformando as capitanias em províncias e dividindo o poder local entre o Governador de Armas designado pelas Cortes, compreendido como submissos à Corte e autônomas em relação as Juntas governativas (eleita na localidade), impuseram uma divisão entre o poder executivo e o poder militar, objetivando minar as práticas de poder local, pelo domínio apresentado na proposta referida, dos recursos econômicos e das forças armada locais, propiciando o controle imperioso, volvendo dispensável a presença do regente no Brasil.

A instauração dessas medidas denotou, a implantação de práticas estruturantes e governativas novas, com entrelaçamentos nas formas liberais e absolutista.[105] Os governadores das Províncias possuíam privilégios na autonomia de

[105]LEME, Marisa Saenz. A construção do poder de governo na Província de São Paulo e o estado em formação no Brasil independente: entre a Revolução do Porto e a outorga constitucional. In: CALDEIRA,

governança pela amplitude dos papéis atribuídos, principalmente o comando militar. Souza discorre que “essa decisão soou como uma profunda intervenção nos negócios públicos locais”,[106] o vínculo das províncias seria fortalecido com as Cortes e não mais com o Rio de Janeiro, que perdeu uma posição importante que outrora ocupara. Os conflitos existentes entre brasileiros e portugueses ganhou força e as juntas foram criando rivalidade com os comandos militares (SOUZA, 2000).

> As Cortes constituintes, liberais para Portugal, mostraram-se profundamente reacionárias para com o Brasil. Uma série de atos são baixados, todos tendentes a suprimir a autonomia do país conseguida com a instalação do Império no Rio de Janeiro. Por decreto de 24 de abril, as Cortes anulam o ato do rei que designara Pedro como regente. A 29 de setembro, dois atos extinguem importantes tribunais e várias repartições sediadas no Brasil, determinando, também, que o príncipe voltasse à Europa. A 19 de outubro, as Cortes designavam para cada capitania [...] um Governador de Armas, diretamente subordinado a Lisboa, em flagrante restrição à autoridade do príncipe-regente. Pelo decreto de 18 de outubro, as Cortes decidem enviar tropas para o Rio de Janeiro e Pernambuco, cujo propósito, no primeiro caso, era submeter o Príncipe e fazer o Brasil voltar à condição de Colônia.[107]

Essa ação adotada pelas Cortes de transferência de órgãos administrativos, de envio de tropas portuguesas ao Brasil e da exigência para o retorno do Príncipe Regente, serviu de impulso para uma separação definitiva.[108] As ambições portuguesas tropeçaram na resistência de brasileiros e de estrangeiros que já estavam radicados aqui dispostos a defenderem os laços e os bens que haviam conquistados. As pessoas que se uniram anteriormente, com o objetivo de defender a permanência de D. João VI no Brasil, reagrupavam-se ao redor do Príncipe para convencê-lo a permanecer aqui.

Nas ações dos grupos que cercam o Príncipe não é percebido ainda um ideal que defenda a separação total,[109] mas um receio de que no solo que os abrigava se instituísse o caos. O temor incidia na ida do Príncipe a Portugal que poderia acentuar as cisões latentes nas Províncias e o esfacelamento do Reino do Brasil devido à ausência de uma prática revolucionária que possibilitaria a união em torno de algo comum, acrescida às distâncias e diferenças territoriais e sociais entre as Províncias.

João Ricardo de Castro e ODALIA, Nilo (orgs.). **História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista**. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP/Arquivo do Estado, 2010. 3 volumes.

[106] SOUZA, 2000, p. 43

[107] MONTEIRO, 2016, p. 196

[108] FAUSTO, 1996

[109] BASILE, 2016

> [...] o elemento português enraizado nos portos, nas casas comerciais e mesmo na agricultura teme que o retorno do jovem príncipe o deixe só frente ao elemento nacional hostil; os brasileiros temiam, com a partida do príncipe, o fortalecimento dos movimentos radicais, de cunho republicano, que levariam o Brasil a uma "via latino-americana" de autonomia, com a formação de várias repúblicas independentes. Para o setor dominante do Sudeste, os fazendeiros e comerciantes do Rio, São Paulo e Minas Gerais, um governo radical apresentaria a possibilidade de extinção da escravidão e, talvez, uma alteração do regime fundiário. Tal temor ecoava nas capitanias como Pernambuco, Bahia ou Maranhão, onde os grupos dominantes temiam o acesso à cena política dos grupos subalternos (negros, libertos, mestiços), que poderiam repetir aqui um perfil "haitiano" de independência. A cisão dos grupos dominantes era compreendida como a forma mais fácil de promover a aparição dos grupos subalternos como protagonistas políticos.[110]

Os grupos que se uniram em torno do Príncipe, liberal e conservador, formaram uma aliança pela situação que estava sendo apresentada e não por ideias comuns, objetivando a automatização do Brasil sem uma revolução.[111] Temendo-se que as medidas das Cortes exaurissem a legalidade do poder de D. Pedro estremecendo sua autonomia, podendo acarretar o fracionamento das províncias, constituiu-se uma ação com o desempenho de atuantes e influentes políticos da região sudeste pois coexistia, entre outras preocupações, uma intensa aflição sobre o vindouro político do Brasil.[112]

> A própria estrutura social, com o abismo existente entre uma minoria privilegiada e o resto da população, polarizaria as forças políticas, mantendo unidos os interesses das classes dominantes. O sentimento de insegurança social [...] o pavor de uma insurreição de escravos ou mestiços [...] não devem ser subestimados como traços típicos da mentalidade da época, reflexos estereotipados da ideologia conservadora e da contrarrevolução europeia. Eles agiram como força política catalisadora e tiveram um papel decisivo no momento em que regionalismos e diversidades de interesses poderiam ter dividido as classes dominantes da colônia.[113]

Os agentes políticos em volta do Príncipe assumiram o propósito de um plano no espaço político que privilegiava a estabilidade e liderança do mesmo, ambicionando avalizar a disposição de fixação de centralidade do poder de um reino no Rio de Janeiro. Esses grupos fortaleceram a disposição do Príncipe Regente que

---

[110] MONTEIRO, 2016, p. 198
[111] Ibid.
[112] LYRA, Maria de Lourdes Vianna. **A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil – bastidores da política**. 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
[113] DIAS, 2005, p. 23

fragmentaria a relação entre Brasil e Portugal, visto que “a decisão do príncipe de ficar no país, solenizada no ‘dia do fico’, representou a escolha de um caminho sem retorno. Os atos do príncipe regente posteriores ao ‘fico’ foram atos de ruptura”.[114] A determinação em permanecer no Brasil pode ser analisada como admissão da tática de reconstituir politicamente, por meio das Câmaras, o fortalecimento da região Sudeste como base de uma concepção central em um passo emancipacionista.

A partir de então, o sistema político no Brasil começa a modificar-se, o Príncipe Regente, com o apoio dos grupos dominantes das províncias, principalmente da região sudeste, “volta-se cada vez mais para a defesa dos interesses brasileiros” [115] as quais garantem um suporte financeiro na contratação de mercenários e para as tropas, instituindo estratégia de formação de um corpo para a luta que advinha.[116]

Os debates em torno do ajustamento e de uma identificação coletiva no campo político, aliadas às reivindicações sobre o respeito a uma soberania do Brasil não reconhecida por Portugal, tomou corpo por todas as regiões do Brasil, principalmente Sudeste, Norte e Nordeste, um discurso que penetrava os mais diversos lugares, minando os laços antes celebrados. Urgia uma dinâmica que impetrasse a adesão das demais províncias no ideário separatista, na escolha entre a obediência ao Rio de Janeiro ou Lisboa, visto que as tensões impetradas no território luso e no Brasil despontava incoerência em uma união dual.

> O debate acerca do contrato social acontecia em diferentes âmbitos: nas Cortes, câmaras, opinião pública, imprensa, em cada localidade, nas praças públicas, nas tavernas, boticas, reuniões de sociedades secretas, lojas maçônicas, no palácio real; enfim, atravessava o universo social, adensando a experiência política e colocando em questão a criação de uma identidade política coletiva. [...] No Brasil, primeiro negou-se a autoridade das Cortes; depois, falou-se em ruptura definitiva com Portugal.[117]

As ideias inquietantes circulavam, por todo o solo da colônia, a autonomização do Brasil foi sendo costurada nas vilas, e, de acordo com Souza, “intensifica-se a partir de maio de 1822, com a requisição de uma Assembleia Constituinte e uma Constituição própria proposto pelo Senado da Câmara do Rio, sendo o palco as *Cortes Brazilianas*, sede da soberania brasileira” [grifos da autora].[118] A interpretação da

[114] FAUSTO, 1996, p. 73
[115] BASILE, 2016, p. 293
[116] MONTEIRO, 2016
[117] SOUZA, 2000, p. 46
[118] Ibid., p. 47

convocação de uma Assembleia brasileira, pelo então Príncipe Regente, foi de separação definitiva pelos portugueses. Para as Cortes portuguesas, o agravante era que estava [...] “pairando, portanto, a ameaça não apenas de Independência dos dois reinos, mas também, em caso de morte de dom João VI e de restabelecimento da sede da monarquia no Rio de Janeiro”.[119]

No Brasil, o Príncipe Pedro passou a investir de forma mais ousada em suas determinações, assumindo as rédeas da administração, procurava expandir os apoios que pudessem dar suporte à sua Regência como ao decretar no início do mês de agosto, que fosse classificada como inimiga qualquer tropa enviada pelo poder Lusitano, também perpetrou “um empréstimo de um milhão de cruzados para preparar a defesa em caso de um cada vez mais provável conflito armado com o Rei lusitano” como aborda Basile.[120] Ainda em agosto, no dia 5, ordenou que não se cumprissem determinações advindas de Portugal com mais um decreto no qual “os governos provinciais receberam a recomendação de não dar posse a empregados despachados de Portugal” discerne ainda Basile.[121]

As notícias do Rio de Janeiro e os últimos acontecimentos que chegavam às Cortes geraram mais indignação e revolta, por isso as Cortes fizeram um decreto no qual revogavam a convocação da Constituinte brasileira e intimaram ao Príncipe seu retorno imediato a Portugal. Restava ao Regente, duas alternativas, aceitar às ordens de Portugal ou romper definitivamente proclamando a emancipação total.

> O pacto social foi firmado entre as câmaras e D. Pedro e inaugurou um governo regulado pelo liberalismo constitucional, reforçando o ânimo político das câmaras nas vilas e a participação das elites. Esse pacto social era o ‘apoio à D. Pedro’, promulgavam enviando à Corte um documento assinado por muitos no qual fazia o juramento de fidelidade, juntamente com a Aclamação de D. Pedro como autoridade única no Brasil e ‘presentificava’ a Independência do Brasil, depois era enviado para publicar nos jornais do Rio de Janeiro para a propagação das aderências. As adesões eram atos públicos, que tinha como palco, a praça da vila ou em frente à Câmara, com gritos de felicitações à terra que se tinha por berço, discursos inflamados de amor à pátria recorria à união dos brasileiros, ‘salvas de tiro, missas, *Te Deum*’. Aconteceram adesões voluntárias e à força. [grifo da autora][122]

[119] BASILE, 2016, p. 299
[120] Ibid., p. 300
[121] Ibid.
[122] SOUZA, 2000, p. 49

Os grupos sociais do centro-sul do Brasil eram base essencial para a afirmação de uma corporação política e autônoma no Brasil. Em algumas regiões e, especialmente do Norte, existia um desagrado das coligações dessas províncias com a ordem recém-instalada, dificuldade que carecia ser torneada para concretizar a emancipação com a coesão das seções do Brasil. A nova realidade necessitava de encarar, por parte do governo nascente e estabelecido no Rio de Janeiro, o desafio de convergir a adesão do contíguo da coletividade social e essas forças políticas que compunham as particularidades do Brasil.

Surgiam, em várias partes do Brasil, manifestações de rompimento definitivo com as Cortes Portuguesas. Mostras calorosas, as quais enalteciam o Príncipe Regente como cerne das soluções almejadas e Comandante da nação que surgia, começavam a brotar.

> Pequenas independências' ocorreram em todas as partes do Brasil, desvinculando a localidade das Cortes e estabelecendo o governo de D. Pedro. Surgiram nas vilas diversas soberanias, as quais foram se plasmando ao corpo do imperador diante da necessidade de fundar um novo corpo político com uma única autoridade, capaz de significar o Brasil e aludir a um Estado centralizado. Nesse sentido, a preferência pela monarquia constitucional barrava as tendências autonomistas e federalistas dentro da grande unidade territorial nascida do domínio português. Assim, D. Pedro aparecia como solução política. [123]

A propagação da ideia de Independência e as adesões, assim também como as pressões, cresceram e motivaram o Príncipe Regente a oficializar a ruptura, que já se apresentava, com Portugal.

> Entre junho e setembro de 1822, D. Pedro foi saudado com a festa de entrada em Minas e São Paulo" [...] Somente depois de ser assim recepcionado, de ouvir a imprensa e as representações pedindo a permanência, a Constituição e a Assembleia Constituinte; de saber de parte das adesões das Câmaras e das discordâncias nas Cortes entre os interesses brasileiros e portugueses – somente após tudo isso D. Pedro proclamou a divisa do Brasil: "*Independência ou Morte*". A aclamação oficial, na cidade do Rio de Janeiro, aconteceu no dia 12 de outubro de 1822. [124]

[123] Ibid., p. 53
[124] Ibid., p. 57

A adesão das províncias à causa da Independência deu-se de forma gradual e nem sempre tranquila. Lutas ocorreram entre portugueses que aqui residiam, brasileiros de nascimento e mercenários estrangeiros.

> Tais solenidades e a declaração formal de Independência não implicaram, contudo, a adesão imediata e pacífica de todas as províncias ao Império nascente. Embora a maioria delas fosse progressivamente manifestando sua incorporação à nova entidade política em fins de 1822 e em princípios do ano seguinte, em províncias como o Grão-Pará, o Maranhão, o Piauí, o Ceará e a Bahia a situação foi mais complicada. Nestas regiões, onde havia uma forte presença de tropas e de comerciantes portugueses leais às Cortes de Lisboa e onde facções locais divergiam quanto à adesão ou não ao Rio de Janeiro, a Independência só se deu após intensa e prolongada luta. Como ainda não existia propriamente constituído um exército brasileiro, foi preciso recorrer à contratação de mercenários estrangeiros para empreender a conquista daquelas províncias.[125]

A autonomização do Brasil foi resultado de um processo longo e diverso em suas causas, de transformações e também de permanências, de tensões internas e externas, de uma mentalidade ocidental modificada pelo mundo das ideias em que muitos beberam dessa fonte e carente de um sentimento de nacionalidade.

> Consumada a separação política, que aceitaram, mas que de início não quiseram, não pareciam brilhantes para os homens da geração da independência as perspectivas da colônia para transformar-se em nação e sobretudo em uma nação moderna com base no princípio liberal do regime constitucionalista. Os políticos da época eram bem conscientes da insegurança das tensões internas sociais, raciais, da fragmentação, dos regionalismos, da falta de unidade que não dera margem ao aparecimento de uma consciência nacional capaz de dar força a um movimento revolucionário disposto a reconstruir a sociedade. Não faltavam manifestações exaltadas de nativismo e pressões bem definidas de interesses localistas. No entanto, a consciência propriamente 'nacional' viria pela integração das diversas províncias e seria uma imposição da nova Corte no Rio de Janeiro (1840-1850) conseguida a duras penas por meio da luta pela centralização do poder e da 'vontade de ser brasileiro', que foi talvez uma das principais forças políticas modeladoras do Império; a vontade de se constituir e de sobreviver como nação civilizada [...].[126]

O segundo capítulo abordará a Província do Piauí, procurando compreender a importância desta para a manutenção do poder lusitano despertado desde a nascente colônia, este território era ligado à Portugal pelo importante comércio agropecuário e seus derivados. Será inquirido, observando de início, as características de conquista

[125] BASILE, 2016, p. 302
[126] DIAS, 2005, p. 17

e ocupação da terra, aspectos contribuintes na formação de povoamento e das relações culturais, econômicas, sociais e políticas; a importância desse espaço territorial ímpar, como passagem e como interligar das bases e principalmente, a região vizinha oitocentista. Despontar essa conjuntura é embasamento para a apreensão das inserções, dos desligamentos e das experiências edificadas no processo emancipatório.

O próximo capítulo será fundamentado a partir da visão dos historiadores piauienses,[127] bem como estará respaldado por um conjunto de fontes, entre as quais, cartas, que remetem a compreensão do processo de Independência do Brasil aqui no Piauí. Atentar para as particularidades desde a ação formativa deste território, propiciará compreender meandros históricos perpetuados no Piauí colonial e imperial.

Segundo Nunes,[128] o Piauí possuía, no período colonial, comércio assentado na itinerância, na criação de gado, e de escravos, base econômica que o sustentou nos processos históricos, sem adquirir a cultura do algodão e nem da cana-de-açúcar, produtos enriquecedores de outras regiões. As convulsões impetradas no solo do Piauí desde o início da sua ocupação, implicará na percepção de pacificidade impetrada e apercebida, nessa região, o conflito foi item constante de interesse, conseguido através da coerção e violência. O padrão dominante econômico amoldou a sociedade e suas relações, a implantação de fazendas de gado e a localização territorial privilegiada, propiciarão apreender a importância desta província no processo separatista.

No Piauí, como nas demais regiões, a elite econômica detinha o controle também político, assentados nos cargos administrativos e emaranhado em teias tecidas nos arranjos matrimoniais entre as famílias de posses as quais subsidiavam a manutenção do poder em pouca alternância. A distância territorial com a nova Corte impelia a firmar relações com a parte Norte e com além-mar lusitano, inclusive no investimento, nas diversas áreas do conhecimento, dos filhos da elite piauiense, ativos e inseridos em organizações sociais e secretas.

[127] Ver os trabalhos de: ARAUJO, 2022; BRITO, 2007; CHAVES, 2005; NETO, 2007; NUNES, 2007
[128] NUNES, 2007

2 A PROVÍNCIA DO PIAUÍ NO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA XX

Neste capítulo, buscar-se-á também compreender, o acesso às ideias ilustradas, absorvidas de forma primeiramente velada para depois emergir, reparando para os passos construídos do pensamento libertário que sacudiu esta Província e contribuiu na solidificação da Independência, visto que a relação com Portugal era profícua, valorizada e eficaz economicamente, o território do Piauí constituía uma pequena colônia de exportação.



Fig. 1: Mappa geographico da capitania do Piauhy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará (Biblioteca Nacional do Brasil)

Apresar, ainda neste capítulo, a partir da análise de cartas balizadoras essa pesquisa, e que circulavam nesse período em solo piauiense, sobre os percursos dos

fatos ambíguos que assolaram a Província em favor de Portugal e depois de episódios com ideal de rompimento, as reações ante o fervilhamento das notícias dos acontecimentos nas demais Províncias, as formas utilizadas para o compartilhamento célere das informações, as estratégias utilizadas para, em alguns momentos, refrear e em outros para excitar as perturbações políticas, os movimentos de inquietação que despertou a insurreição das Vilas do Piauí, a lástima de desamparo obtida pela partida dos autores da Proclamação em Parnaíba para a vizinha Província do Ceará, identificar elementos impetrados para a adesão ou refutação das Câmaras e também da população da Província à luta separatista. As correspondências estudadas arrazoam sobre o cenário conturbado e as ações que careciam de caráter imperioso e imprescindível.

O Piauí por sua particularidade principal de campos de criação de gado, apresentava um território extenso com distâncias consideráveis entre as Vilas dificultando a construção de espaços definidos como militares, praticamente inexistente na Província à época em investigação. Neste segundo capítulo também se esquadrinhará observar que estratégias foram esboçados, com as análises dos autores e as cartas norteadores dos estudos efetivados para esta pesquisa, visando estruturar militarmente o Piauí com a instauração de quartéis e o desafio bélico insuficiente para resguardar o território de invasores adversos à causa emancipacionista e adesão ao movimento independente de rompimento definitivamente com a Corte Portuguesa. A análise das missivas trocadas entre a elite política, econômica e militar desta província permitirá apreender o processo construído e vivenciado que resultou na Batalha do Jenipapo e as consequências incididas do desejo de escrever um capítulo da sua própria história.

2.1 A província do Piauí nos planos da Corte Portuguesa

No início do ano de 1822 parecia cada vez mais difícil para o estado português a conciliação e manutenção de sua colônia na américa, A construção de um projeto português, levaria a uma ideia radical, que seria tomada a partir das cortes em Lisboa

Por outro lado, a teórica divisão entre portugueses e brasileiros de fato não deve ser tomada ao máximo rigor.

A historiadora Maria do Amparo Carvalho, nos indica que se havia disputa entre portugueses e brasileiros, eram menos acirradas entre dois domínios de

nacionalidade, “[...]pois tanto de um quanto de outro lado lutaram brasileiros e portugueses a favor e contra a separação entre Brasil e Portugal. O que havia era o que se poderia caracterizar atualmente de forças políticas divergentes”.[129]

O que existia de fato eram diversos projetos e vários conflitos no seio da população brasileira nos anos de 1821-1823.

Um conflito particular entre Lisboa e o Rio de Janeiro, teve maior dimensão do que em qualquer outro no período antes de 1822-1823, tornando-se fator de influência e pressão sobre todas as províncias, o que acabou por conduzir a um conflito militar. A preocupação principalmente girava em torno da demarcação territorial das duas partes em disputa, e a corte no Rio de Janeiro por meio de uma combinação de meios políticos e militares, realizou seu plano de expandir o Império do Brasil para o mesmo território do primeiro o Reino do Brasil.[130]

A sustentação desse projeto esbarrava em outro, o da possibilidade de manutenção do território do norte do Brasil, aquilo que os portugueses acreditavam que poderiam salvar em decorrência da fidelidade das elites econômica, e políticas do norte, em especial, o Maranhão e o Grão Pará, caso houvesse uma ruptura entre Brasil e Portugal.

Dentro desse bojo existia a Provincia do Piauí, cuja ideia era a anexação do território dentro desse projeto, como ressalta o historiador, Johny Araújo. Segundo o qual,

> Isso se daria muito por conta da proximidade das elites comerciais e políticas das provinciais do Maranhão e do Grã Pará. a ideia de incluir o Piauí nesse projeto derivava da concepção de que a região era detentora de um grande rebanho de gado, e que historicamente no passado o Piauí já havia feito parte do Maranhão.[131]

Durante a segunda metade do século XIX, o IHGB trabalhou com o sentido de arrefecer a ideia de conflito havendo uma subvalorização da importância ou a construção de uma ideia de conflito a partir de uma única frente, a Bahia.

---

[129] CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. “A cultura material da Batalha do Jenipapo”. In: XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, RN, 22-26/07/2013.

[130] Ver Franchini

[131] ARAUJO, Johny Santana de. O combate que decidiu o futuro do Brasil. A batalha do Jenipapo e a consolidação da independência do Brasil no Piauí 1823. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 74, n. 1, p. 1-9, mar. 2022. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252022000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 ago. 2023. http://dx.doi.org/10.5935/2317-6660.20220004.

Houve ações e essas se deram para exatamente com a função de decidir o destino dos locais onde ocorreram. E o Piauí se insere exatamente nesse processo.

Pode-se argumentar que a origem das divisões políticas piauienses se deveu a conflitos internos entre as elites, exacerbados pelas incertezas e turbulências durante a "Revolução" do Porto que haviam causado desentendimentos anteriores e levado a uma cisão no governo português e em alguns setores. O sentimento que pode existir na corte nas elites em torno de D. Pedro não deve ser subestimado, nem o potencial apelo que o Rio de Janeiro já pode ter em alguns grupos. Os conflitos tiveram o início como embates locais, mas relacionando-se com as questões mal resolvidas entre essas elites regionais e as Cortes em Lisboa.

O projeto de algumas elites do Piauí de se vincular ao Rio de Janeiro, é fortalecido por uma reação da população contra o "português" como muito bem observado por Claudete Dias.[132] Diante desse contexto e com dois grupos políticos com pensamentos diferenciados um sentimento antilusitanismo já parecia evidente já em julho de 1822, ou seja, antes dos endurecimento e da tensão propriamente ditos que acabaram levando ao conflito.

O que corrobora essa tese do antilusitanismo era a existência de pasquins que circulavam na vila da Parnaíba com palavras de ordem como "viva a tropa do Rei, morram os europeus", "vivam os americanos, morram os marinheiros", "vivam os brasileiros". [133]

Os prováveis autores da circulação desses pasquins faziam parte do grupo familiar de um coronel das milícias chamado Manoel Antônio da Silva,[134] a distribuição estava a cargo de seu filho Domingos, e do genro do coronel de nome Honório, e de um amigo próximo chamado José Ferreira Meirelles, que segundo consta teve seu nome incluído em uma lista de "colaboradores da revolução" que foi divulgado posteriormente. [135]

---

[132] Ver: DIAS, Claudete Maria Miranda. **O outro lado da independência do Brasil**: aspirações e manifestações, natureza e formas de luta da população do Piauí – 1789-1850. Teresina: Nova Aliança, 2023.

[133] Arquivo Público do Estado do Piauí, Seção de Manuscritos, Palácio do Governo, Códice 401, sem numeração.

[134] Sobre a produção de panfletos e pasquins sediciosos, ver o trabalho de: CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello. (Org), **Às armas, cidadãos**! Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823) São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012

[135] Ibid.

A sociedade que compunha o Piauí nessa época tinha base rural, com a terra controlada por famílias, que constituíam as oligarquias locais. Parte dessas famílias tenderão a oscilar entre um lado e outro. Havia dois grupos políticos muito bem estruturados, um no Norte e outro no centro Sul que sofreram influências tanto de Lisboa quanto do Rio de Janeiro.[136]

Diante desse quadro de instabilidade, o Governo português demonstrou, desde o começo do movimento do vintismo, o forte empenho em fortalecer militarmente a Província do Piauí. Nesse interim foram enviadas cargas de material bélico entre armas e munições para o Piauí, despachados de São Luís, e recebido em Oeiras pelo Tenente Joaquim Themóteo de Brito na data de 10/04/1821. Entre os equipamentos se encontravam, machadinhas, alabardas, espingardas, sabres e espadas. Havia ainda um documento dando ciência do equipamento,

> "Ilmo. Senhor Comandante da Companhia Palácio do Governo de Oeiras, 5 de novembro de 1821. Tendo-me ordenado o Ilmo. Governador que foi desta Província que lhe remetesse uma relação do Armamento, Ferramenta, e mais utensílios que se fossem precisos para a Companhia do meu comando, satisfiz ao mesmo Sr. Governador em 10 do corrente, e como não me fosse deliberado a esse respeito, tenho a bondade de remeter a V.S. A cópia da dita relação, para V.S. ter a bondade de fazer chegar ao conhecimento da Exma. Junta Provisória e ordenar-me o que for a Ima. Exma. Junta julgar conveniente. Deus Guarde. a V.S. Quartel de Oeiras, 28 de Abril de 1821". [137]

Assim ficava claro que o Governo Português em Lisboa, detinha uma consciência estratégica de onde se encontrava os pontos mais sensíveis entre o Norte do Brasil e o que hoje chamamos de Nordeste, quais províncias realmente estavam com Lisboa, e quais não estariam. É possível seguramente afirmar, que o local onde as elites eram mais flutuantes era o Piauí.

Lembrando que apesar da criação da Companhia de Comercio do Grão Para e Maranhão, que subitamente levou ao desenvolvimento das duas respectivas províncias do mesmo nome que a Companhia, o Piauí teve como garantia uma maior autonomia em relação ao Maranhão.

---

136 CAVALCANTE, Juliana Rodrigues & DE MORAES, Maria Dione Carvalho. "Da tradição oral da Batalha do Jenipapo e dos diálogos com a política nacional de patrimônio imaterial". In: Revista FSA – Teresina – nº 8, 2011. In: http://www4.fsanet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/449 (acesso em 24/07/2014). P. 51

137 PIAUI, Independência 1822, Códice 001. 1821-1824. Arquivo Público do Estado do Piauí, APEPI, Teresina.

Entende-se ainda que essa autonomia não parecia contemplar a todos, principalmente as vilas do norte do Piauí, cuja influência da elite que circundava a Simplício Dias da Silva, cuja visão de mundo liberal e profundamente influenciada pelo iluminismo garantia a ideia de que se houvesse ruptura o seu grupo político econômico iria aderir.



Fig. 1: Mapa com a representação da proposta portuguesa de anexação da porção Norte do seu império colonial no Brasil (Arquivo Histórico Ultramarino Português)

O projeto português contaria então com as elites do centro sul, e estaria muito bem constituída em torno do grupo Rural, centralizado com a família Sousa Martins, ademais a justificativa para ficar com o Piauí era bem clara e bem apontada por Chaves.

> “Há muito que a posição geográfica do Piauí havia despertado a atenção do Governo de Lisboa para o caso de uma emergência. (...) Estrategicamente falando, o Piauí teria muita importância (no plano português), pois que se comunicava por terra com o Ceará, com a Bahia e com Pernambuco, onde o movimento dos independentes era

> bem forte. Também o Piauí era fornecedor de carnes para essas Províncias. Firmar-se militarmente nele seria cortar o abastecimento de carnes para os rebeldes e ficar em posição de poder ataca-los por terra, numa contra-ofensiva, se o movimento independente ali enfraquecesse. (...) Se os portugueses pretendiam realmente ficar com o norte após a independência, a ocupação militar do Piauí seria então uma questão de vida ou morte para eles. [138]

A medida militar significativa foi, a escolha do oficial para comandar as tropas no Piauí, o Major João José da Cunha Fidié que assumiu o Governo das Armas da Província. Como nos fala Araújo, era um Militar com muita experiência de combate nas guerras napoleônicas, tendo feito toda a campanha peninsular, ao lado do duque de Wellington, até a perseguição às forças francesas ao longo do Pirineus, o major João José da Cunha Fidié era considerado militar excepcional. [139]

Fidié havia sido nomeado em 9 de dezembro de 1821, sendo enviado imediatamente ao Piauí, como ele deixou claro em suas memorias, "Vária Fortuna de um Soldado Português"

> "sem ter recebido o Posto, nem a Ajuda de custo, achando-me ainda por indemnizar de um e outra... (...) Parti imediatamente, por ser essa a vontade do mesmo Augusto Sr. ordenando que o Commandante da Charrua Gentil Americana me recebesse a seu bordo, e conduzisse ao Maranhão, não obstante achar-se destinada para o Pará"[140].

No caminhar do processo, o novo Governador das Armas do Piauí recebeu instruções explícitas de D. João VI para comandar militarmente a província e protegê-la de movimentos políticos dentro do reino.

O major Cunha Fidié em sua entrevista com D. João VI ressalta a ideia de preservação do Norte brasileiro para Portugal. Pois de acordo com ele, "Sua Magestade me ordenou muito positivamente, que me mantivesse, dizendo-me – mantenha-se! Mantenha-se!".[141]

Fidié deixou claro a junta governativa do Maranhão, quando chegou em São Luís sobre a garantia da efetivação de suas instruções, de que "em quanto tivesse quatro homens que me obedecessem, o terreno que elles pisassem seria constitucional, e pertenceria ao Reino". [142] Ao chegar em Oeiras capital da província

---

[138] CHAVES, 2006, p. 29.
[139] Ver: ARAÚJO, Johny Santana de. Verbete: João José da Cunha Fidié. In: Cecília Helena de Salles Oliveira; João Paulo Pimenta. (Org.). **Dicionário da Independência do Brasil**, História, Memória e Historiografia. 1ed.São Paulo: EdUSP, Publicações BBM., 2022, v. 1.
[140] FIDIÉ, 2006, p. 159
[141] Ibid.
[142] Ibid.

do Piauí, Fidie tratou rapidamente de se constituir como autoridade militar, e na extensão de suas obrigações, não tardou a encontrar ação.

Foi nesse sentido, que Fidié organizou uma força militar considerável e marchou contra a Vila da Parnaíba ao saber que ela havia se juntado ao Rio de Janeiro. Como acreditava na fidelidade das forças no Norte Fidié possivelmente percebia, a causa de D. Pedro como aventureira.

Joaquim Chaves indica, que tantas ações por parte do Governo português, com relação a fortalecer o comando de Fidié, são indicativas de que também ele tinha como missão conservar para além do Piauí, também o Maranhão. [143]

Diante dessa situação há efetivamente indicações de que o Governo de Lisboa procurou na medida em que o conflito ia tomando corpo, projetou a possibilidade de separação o Norte do Brasil do resto do reino, mantendo a porção norte do Brasil vinculado a Portugal.

Seja como for, o major Cunha Fidié abona essa interpretação em uma observação que fez em suas memorias.[144] Principalmente por demonstrar quais seriam as suas intenções estratégicas para operação com as suas tropas, que era de seguir além da intenção de proteger o Piauí e do Maranhão contra a influência dos "facciosos" do Ceará, a sua intenção era passar à ofensiva em direção a Bahia.

Fidié, quando chegou a Parnaíba para sufocar a declaração de Independência, propôs duas ofensivas. A primeira era perseguir os "facciosos" no Ceará, enfrentando também o Governo provisório dessa Província, que apoiava a causa de Simplício Dias e seus aliados na vila de São João da Parnaíba. E como um segundo desdobramento, planejou atacar Cachoeira, na Bahia, a fim de levantar o cerco contra Salvador, e apoiar o general madeira de melo.[145]

Esse plano foi comunicado às autoridades do Maranhão e ao General Madeira. Tivesse sido levado a cabo, havia chances de que teria tornado a posição brasileira no Nordeste frágil, ameaçando o projeto de D. Pedro de unidade do Império com base no traçado do antigo Reino do Brasil. O projeto de Fidié revela que o Sargento-Mor desenvolveu visão estratégica sobre a situação no Norte-Nordeste, provavelmente relacionando-se com as instruções de Lisboa, reforçando a tese de que o Governo

---

143 CHAVES, 2005.

144 FIDIE, 2006. "Vária Fortuna de um Soldado Português"

145 Ibid. Ver também os trabalhos de Johny Araújo sobre a dimensão estratégica das operações militares dos portugueses no Piauí e a possibilidade de estabelecer uma conexão com as suas forças portuguesas na Bahia sob comando do general Madeira de Melo.

português procurou, no conflito com o Rio de Janeiro, adotar as medidas – políticas e militares – para conservar parte importante do Brasil a seu lado.

Tropas chegaram a ser mobilizadas, mas houve hesitação em São Luís, que negou autorização para que Fidié passasse à ofensiva. Essa hesitação tornou-se vantagem para os partidários do Rio de Janeiro, que puderam se organizar, principalmente no Ceará. Todo esse drama se desenrolou a partir da chegada do major a Oeiras, em 8 de agosto de 1822. Fidié tomou posse no cargo de Governador das Armas do Piauí no dia seguinte. Ao chegar à Capital piauiense, encontrou uma realidade paradoxal. A situação após a eleição da Junta de Governo, no início de 1822, havia voltado a aparentar calma, sem grandes acontecimentos.[146] Como apontou o próprio Fidié.

2.2 Constituição espacial do Piauí antes da guerra

Os agrupamentos humanos na Província do Piauí foram formados ao longo dos rios que entrecortavam todo o seu território o que favoreceu o crescimento de uma agricultura de subsistência e a organização de um comércio, tendo como destaque a criação de gado. A Província do Piauí nos anos que antecederam à Independência era consideravelmente tranquila economicamente para o interior do Brasil. A Coroa Portuguesa detinha, no Piauí, um patrimônio que só aumentava com o passar dos anos,

> [...] eis que o gado [...] dava-lhe destacada posição perante outras Províncias do país. [...] o Piauí fizera-se exportador em larga escala, de gado e cereais; Foi a Província que teve a primazia de ter as primeiras charqueadas no Norte do Brasil. Só com destino a Portugal existiam, antes e depois de 1808, 5 vapores encarregados de conduzir carnes e bois, em pé. Fora os subprodutos do boi, inclusive os couros, e de matérias-primas como algodão, o fumo em bruto e a madeira, existia a exportação de cereais: O Piauí mandava para Lisboa e Porto gêneros alimentícios, de que se destacavam o milho e o arroz [...][147].

A Província era habitada por todo o seu extenso território, com grandes distâncias entre as Vilas, entrecortadas por fazendas, distribuídas em seis vilas:

[146] Após a eleição da junta, a relação com os novos membros foi enviada ao governo português, PIAUÍ. Ofício da Junta Governativa do Piauí, ao Presidente do Soberano e Augusto Congresso das Cortes, sobre as eleições feitas para a escolha dos membros da referida Junta e enviando os autos da nomeação. Em 19 de abril de 1822. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1632.
[147] BRITO, 2007, p. 66.

Parnaíba (norte), Parnaguá (sul), Marvão (leste), Campo Maior (centro-norte), Jerumenha (centro-oeste) e Valença (centro-leste), Oeiras estava no centro do território, era a Capital "[...] e o seu centralismo indicava uma estratégia necessária, não só para a defesa militar como para uma ação irradiadora de progresso"[148]. A área da Província mais movimentada "[...] era o Norte, a região mais populosa, o que se justifica em virtude da proximidade do litoral, onde maiores eram as possibilidades de enriquecimento [...]"[149]. E no Norte tem destaque a Vila de São João da Parnaíba

> [...] a vila piauiense de São João da Parnaíba ganha acentuada expressão [...] notadamente pelo movimento de seu comércio, que anima o porto local de barcas, num crescente. É, então, uma vila já cinquentenária (criada em 1761/62), que desde cedo nutriu e encaminhou iniciativas industrialistas e que dispõe de homens de empresa, com ouvidos nas acelerações de fora, e enleiados na burocracia capitanial local [...][150].

A administração da Província, não diferia das demais regiões, onde uma elite econômica abarcava as esferas múltiplas e decisivas do comando no Brasil[151], na Província do Piauí, os cargos administrativos eram ocupados por integrantes portugueses que compunham a elite piauiense que detinha, por conseguinte, o poder político, visto que "a população do Piauí, por ocasião da Independência, era mais ou menos de *cem mil habitantes, sendo setenta mil constituída de portugueses* [...][152]"[grifos da autora]. O entendimento entre o Piauí, Pará e Maranhão, era mais satisfatória do que com as demais regiões, principalmente a região sul, facilitando o acesso de Portugal, "[...] Lisboa e Porto tinham influências nelas, mais ativa e cordial do que tinha o Rio – sede política do país[153]". Onde desde o início da sua povoação

> Ao longo do rio, nos lugares em que se cruzavam os caminhos do Piauí com o Maranhão, surgiam pequenos agrupamentos humanos possuindo todos eles suas canoas que lhes facilitavam a comunicação entre as duas Províncias. Nessas passagens já se fazia um comércio bem razoável[154].

---

[148] Ibid. p. 62.
[149] NUNES, 2007, p. 26.
[150] NETO, Antônio Fonseca Neto. O Piauí e a Independência (Panfleto, Palácio, Gente). In: **O Piauí e a Unidade Nacional.** Organização R. N. Monteiro de Santana e Cineas Santos.Teresina: FUNDAPI, 2007. p. 19-20.
[151] FAUSTO, Boris. O Brasil Colonial (1500-1822). In:_____ **História Concisa do Brasil**. Edusp. 1993. cap. 1.p. 60.
[152]BRITO, 2007. p. 71.
[153] Ibid. p. 65.
[154] CHAVES, 2005. p. 27.

A Província do Piauí possuía posição ímpar em relação às demais Províncias, fato que não passou despercebido à Corte Portuguesa que já despertara para, em uma necessidade imposta como a independência que se anunciava, se apropriar dessa parte do Brasil e integrar as Províncias do Piauí, Pará e Maranhão, cerceando o fornecimento de, principalmente, carne[155],

> [...] O Piauí teria muita importância neste plano, pois que se comunicava por terra com o Ceará, com a Bahia e com o Pernambuco, onde o movimento dos independentes era bem forte. Também era o Piauí o celeiro fornecedor de carne para essas Províncias. Firmar-se militarmente nele seria cortar o abastecimento de carnes para os rebeldes e ficar em posição de poder atacá-los por terra, numa contra-ofensiva, se o movimento independente ali enfraquecesse[156].

A ocupação do Piauí pelas forças portuguesas, em caso de concretizar a separação dos reinos, se justifica devido,

> [...] a criação de uma possessão para Portugal no Atlântico Sul da América não seria mais do que lógico, além de necessário ao prestígio e economia em terra lusitana. Acresce que a divisão do Brasil teria razão histórica: o Governo português tinha criado duas regiões no século XVII: o *Estado do Maranhão* e o *Estado do Brasil*; assim, no século XIX, a nova colônia seria uma restauração, embora alterada no tamanho e na forma de ser possuída por Portugal[157].

Era importante, em caso de separação, manter a posse de uma parte do Brasil como colônia de Portugal, pois possibilitaria a continuidade do poder português nesta parte respeitável do Atlântico, embora redefinido em tamanho e valor. O Piauí seria integrado ao Maranhão, suprindo toda região e sem romper o abastecimento já consolidado a Portugal, pois poderia escoar sua produção através do porto de São Luís, transformando assim, como outrora o fizera, o Maranhão e o Grão-Pará, uma pequena colônia de exportação.

2.3 Os ideais de sedição e libertação no Piauí

As ideias liberais[158] que rompiam estruturas, até então sólidas, chegaram ao Brasil e contagiaram a muitos, na Província do Piauí, de maneira sorrateira, foi sendo

---

155 Ibid. p. 29.
156 Ibid.
157 BRITO, 2007. p. 67.
158 Fundamento teórico econômico e político que surgiu na Inglaterra a partir dos liberais Adam Smith e David Ricardo no qual as estruturas políticas que maximizassem o mercado político estendendo o

lido e incorporado "[...] nessas agitações pioneiras surgiram representantes republicanos, e surgiram também liberais monarquistas. Parnaíba e Campo Maior foram os principais centros dessas agitações [...]"[159].

> A Revolução do Porto foi recebida com aplausos no Brasil [...]. Todo o Brasil já efervescia ao sopro das idéias liberais. A constitucionalização dos regimes políticos tornara-se a mística de todos: dos que sofriam, de republicanos e monarquistas, dos idealistas [...]. A revolução republicana de 1817 é uma dessas manifestações. Em seu espírito estava o anseio de emancipação política do Brasil, aspiração que já se vinha processando, [...][160].

A Revolução do Porto[161] possuía aspectos que colidavam, iluminada por ideias liberais e ressentimento pelo assentamento do poder no Brasil, buscava o deslocamento do poder máximo sem o rompimento das estruturas que serviam de base para sustentar esse poder.

> A criação das capitanias em províncias embute mecanismo da dualidade nada sutil entre governo civil e governo militar ("das armas"). O primeiro, como visto, com aceno popular, o segundo, de nomeação régia. Um liberalismo difuso marca as mudanças operadas pela constituinte portuguesa de então, que não consegue dissimular seus limites enquanto intenciona sustentar o mecanismo do reino unido, ou a independência por outros meios, mitigada na já aludida monarquia dual e nas intenções recolonizadoras das próprias cortes constituintes [...]. Feito Província, o Piauí articula sua Junta. É uma mudança que não é despercebida. Mas o fluxo dos acontecimentos tendentes a construir o já Reino do Brasil num estado politicamente emancipado tenderá a uma maior radicalização, indo ao ponto da ruptura[162].

A geração letrada[163] piauiense, filhos de uma elite ascendente, congregava pensamentos e participação nas organizações sociais que iam sendo criadas na

---

cálculo utilitário ao maior número possível de pessoas, e tornassem os governantes dependentes das leis de mercado, através de eleições frequentes, iriam possibilitar a máxima felicidade para o maior número de pessoas. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 la ed., 1998. p. 689.

[159] NUNES, 2007, p. 21

[160] Ibid.

[161] No fim de 1820, os revolucionários estabeleceram em Portugal uma Junta Provisória para governar em nome do rei e exigiram sua volta à metrópole. Decidiram convocar as Cortes, a serem eleitas em todo o mundo português, com o propósito de redigir e aprovar uma Constituição. Previu-se a criação no Brasil de juntas governativas leais à revolução nas várias capitanias que passavam a se chamar províncias. FAUSTO, 1993, p. 71.

[162] NETO, 2007. p. 30.

[163]Membros da geração letrada que compunham o movimento independente: Simplício Dias da Silva, João Cândido de Deus e Silva, Domingos Dias, José Ferreira Meireles, Bernardo Antônio Saraiva, Ângelo da Costa Rosal, Bernardo de Freitas Caldas, Joaquim Timóteo de Brito, Manuel de Sousa Martins, Joaquim de Sousa Martins, Leonardo de Carvalho Castelo Branco, Manoel Pinheiro de

Província, local de debates e comunhão de ideais que foram aos poucos, firmando o terreno para a adesão às ideias emancipacionistas,

> [...] No Piauí estava o Dr. João Cândido de Deus e Silva, cujo talento brilharia no parlamento brasileiro e na Escola de Direito de São Paulo, e que foi escritor e tradutor de obras de grande mérito, e sempre agiu em harmonia com Simplício Dias da Silva, homem lido que viajou pela Europa e revelou pendor pelas belas-artes e pôs a serviço da emancipação política do Brasil seus bens e prestígio social e político[164].

As ideias liberais difundidas sofreram alterações, moldaram-se pela realidade aqui vivenciada, ao contrário de Portugal, o que realmente incomodava era a ação administrativa não ter a participação dos brasileiros. O descontentamento partia do questionamento da ocupação dos altos cargos ocupados pelos portugueses, do distanciamento do poder central estabilizado no Rio de Janeiro e que o Brasil não regredisse à condição dos séculos anteriores, de simples colônia portuguesa[165]. A região que compunha o Norte se sentia órfão de ações, fato que estreitava e desenvolvia cada vez mais a proximidade com Portugal.

> O Rio de Janeiro foi metrópole do Reino Unido, isto é, de Portugal, e dos domínios portugueses, pouco mais dum decênio. Sua ação, como força coesiva, foi assaz transitória. Não oferecia mercado para o Norte que, por sua vez, não era mercado do Sul: o mercado do Norte continuava fora das fronteiras da colônia[166].

A decisão por ocupar a Província do Piauí é fundamentada por acontecimentos que se seguiu à Revolução do Porto, como o envio de “um carregamento de armas e munição exagerado para as necessidades normais da Província” assim como o despacho para ocupar o cargo de Governador das Armas, “um João José da Cunha Fidié”[167], pisando o solo piauiense em 1821, o qual descreve de próprio punho as condições de sua chegada.

> Em 1821 fui nomeado para o Governo das Armas da Província do Piauhy, por essa occazião deveria ter recebido um posto, e uma ajuda de custo porém a urgencia do serviço fez com que se expedisse ordem ao Commandante da Churrua Gentil Americana, desinada para o Pará, para me receber a seo bordo, e conduzir-me directamente á

Miranda Osório, Miguel José Ferreira, Inácio Francisco de Araújo Costa e Honorato José de Morais Rego.

[164] NUNES, 2007, p. 19.
[165] Ibid. p. 25.
[166] Ibid. p. 33.
[167] CHAVES, 2005. p. 30.

> Cidade de S. Luís do Maranhão: não podendo pois demorar-me para receber um e outro, como era de Lei, e sempre se praticou, e se verificou ainda com os Officiaes que compozerão a Divisão Constitucional Luzinata, enviada á Bahia: antepondo pois o bem da Patria ao meo proprio, parti sem mais recursos, do que as comedorias a bordo, e a Carta Regia da minha nomeação [...][168].

O envio de um Governador experiente e com tanta urgência, representava a voz e a garantia do comando das ações de Portugal nesta parte importante do Brasil, "[...] o governo das armas, agora independente do governo civil da Província, passaria a receber instruções e ordens diretamente da Corte."[169] Indica também uma preocupação real com os possíveis acontecimentos que poderiam despertar o ímpeto dos piauienses conhecedores das ideias que desnorteavam as bases até então consideradas inabaláveis para a emancipação desta Província, fortalecendo a linha divisória que estava sendo tecida no território brasileiro. Seria Fidié[170], "[...] no Piauí o representante da política inaugurada pelas Cortes Portuguesas que tinha por objetivo reconduzir o Brasil à condição de colônia."[171]

> Chegou a Oeiras a 8 de agosto de 1821 e, tomando posse no dia seguinte, tratou logo de criar novos Corpos de Milícias, além dos já existentes. Esta intempestiva mobilização de tropas em Província central, sem qualquer ameaça de luta externa, já podia revelar de certa forma a missão de Fidié entre nós: Conservar o Maranhão e sua zona de influência fiéis a Lisboa[172].

As inquietações políticas que exacerbavam os ânimos nas Províncias vizinhas, chegaram ao Piauí que não ficou entorpecido perante as agitações que pulsavam o território iniciada com a Revolução do Porto em 1820, apesar de não representar nenhum risco que justificasse as decisões recém-adotadas por Portugal, o Governador das Armas chegou à Província com um suporte de homens maior que a sua população no ano de 1822 de 100 mil habitantes "[...] vê-se que não há proporção, nas duas épocas inculcadas, entre o número de habitantes e o número de homens

---

[168] FIDIÉ, João José da Cunha. *Vária fortuna de um soldado português*/João José da Cunha Fidié. – Teresina: FUNDAPI, 2006.p. 39.
[169] NUNES, 2007, p. 36.
[170] Major João José da Cunha Fidié (Séc. VXIII – Lisboa, 1856), militar português, herói das batalhas contra a invasão de seu país pelos franceses, quando teve a oportunidade de conhecer toda a técnica de guerra. Chega em 08/08/1822 à Oeiras como Comandante das Armas da Província do Piauí, com a finalidade de manter a ordem e o domínio português no Piauí. Foi remetido preso para o Rio de Janeiro e ali libertado, regressou à Portugal em 1824, depois da consolidação do movimento independente. Faleceu em 1856 como general. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado.* Teresina: Halley S.A. Gráfica, 2003 p. 169-170.
[171] NUNES, 2007, p. 36.
[172] CHAVES, 2005. p. 30.

em armas; o desnivelamento ou desproporção não pode deixar de residir no objetivo militar que se preparou”[173], visto os números descritos abaixo,

> Pois Fidié tinha sob seu comando, em Oeiras, para manter a soberania portuguesa, 7.279 homens, que assim se dispunham: 5.161 praças de dois regimentos de cavalaria e 2.115 praças de um regimento de Infantaria e quatro companhias de pedestres. Eram homens aguerridos, alguns portugueses natos, remanescentes das guerras napoleônicas, e, quanto aos brasileiros, tinham instrução militar, pois conheciam a disciplina e o manejo de armas[174].

O cenário deparado por Fidié foi “[...] uma manifesta efervescência. É que o Brasil já dispunha, politicamente, de modo acentuado, de uma consciência emancipatória [...][175]. Em Parnaíba, Oeiras e Campo Maior apareciam pasquins que demonstrava “[...] a tendência republicana de seus autores. Daí se deduz que era a primeira manifestação emancipacionista do Piauí”[176], e instilava uma rejeição à presença portuguesa no território.

> A Província não estava tranquila. O eco do que acontecia fora chegava também até nós. Pelo menos em Parnaíba, em Campo Maior e em Oeiras já se sabia do que se passava na Bahia, no Ceará, em Pernambuco e no Sul. Pasquins sediciosos apareciam, vez por outra, nas Vilas de Parnaíba e Campo Maior, concitando o povo a rebelar-se contra os portugueses[177].

As notícias dos acontecimentos nas demais Províncias fervilhavam na mente dos que aqui moravam “notícias dessa natureza, naquela época de ebulição social e política, corriam célere. Cremos que essas lutas de Pernambuco inspiraram os parceiros de João Cândido na publicação de seu pasquim[178]”. E despertavam os ânimos dos admiradores das novas ideias que antes corriam veladas, agora já eram proclamadas de forma escrita. Pasquins continuavam a aparecer em Campo Maior, Oeiras e Parnaíba.

> No alvorecer do mês de outubro de 1821, no entanto, segundo comunicado do governador Elias Ribeiro à Corte, um fato chama a atenção na vida da capital: a suspensão e prisão do escrivão da Junta de Administração e Arrecadação da Fazenda Real, Antônio Maria Caú, aliás, já denunciado meses antes por ‘excessos cometidos’ no Piauí. Seu crime: recusar-se a jurar as ditas bases da Constituição, do Porto.

---

173 BRITO, 2007. p. 77-78.
174 Ibid. p. 77.
175 Ibid. p. 79.
176 NUNES, 2007, p. 21.
177 CHAVES, 2005. p. 31.
178 NUNES, 2007, p. 23.

> [...] o juramento tão ansiosamente buscado pelas autoridades lisboenses naqueles dias, parecia ter sabor de renúncia a aspirações de liberdade e de emancipação total do reino do Brasil[179].

O Escritor piauiense Odilon Nunes, discordando com o pensamento, acima citado, entende que a Província do Piauí, apesar de conhecedora do pensamento que iluminava a Europa, não coparticipava desses ideais libertadores, até os anos de 1821, vendo nas ações que ocorriam nas demais Províncias interesses particulares e isolados visando à manutenção de uma ordem oligárquica já estabelecida,

> Até o momento, nenhum anseio de emancipação política. As agitações de maio, setembro e outubro de 1821 eram em verdade manifestações políticas, porém de caráter e objetivos estritamente regionais. Estavam em jogo antes que tudo, senão exclusivamente, interesses individuais ou de famílias, a colimar quando muito estabelecer domínio de ordem oligárquica[180].

As fontes lidas mostram outro pensamento, a qual corria nem sempre velado, embora discreto e construído em silêncio, apesar do juramento às Cortes Constituintes em setembro de 1821 e envio de representantes para assinarem o projeto de Constituição, houve a destituição do Governador da Província.

> Enquanto se discutia o projeto, as intrigas, as conspiratas, os conluios eram constantes na Província. Daí a Junta Eleitoral, em Oeiras a 24 de outubro (1821), destituir o Governador e eleger, sob a presidência do Ouvidor-Geral, Dr. Francisco Zuzarte Mendes Barreto, uma junta de Governo Provisório[181].

A instituição da Junta foi justificada como necessária por conter um desejo expresso "[...] visto a opinião pública e a vontade geral dos povos, que, *nesta parte* [grifos do autor] manifesta cada vez maior adesão à santa causa da Constituição [...]"[182] e pela tensão instaurada "[...] com pasquins sucessivos e receando-se alguma comoção popular, que produzisse consequências funestas [...]"[183], a Província do Piauí já inquietava-se e, lentamente, fragilizava as Instituições então constituídas.

2.3 A insurreição nas vilas do norte da província

[179] NETO, 2007. p. 29.
[180] NUNES, 2007, p. 30-31.
[181] NEVES, 2006. p. 29.
[182] Ibid. p. 30.
[183] Ibid.

A partir da proximidade com o Pernambuco[184], facilita o acesso às informações e "incendeia Parnaíba de brasa e revolução"[185], onde nessa Vila "há líderes e potentados nos enleios da burocracia e da empresa locais; [...] um 'juiz de fora', fermento de intenções liberais que assoma à presidência da câmara [...] é a fagulha no palheiro do Piauí seco de outubro"[186], Dr. João Cândido de Deus e Silva que "[...] informado de que vinha correndo, já tecera comentários sobre os sucessos do sul [...], e se pronunciara a favor do movimento de separação [...]"[187].

Em 1822, as Províncias decidiram romper os laços com Portugal e tomaram as rédeas das decisões políticas e os "liberais monarquistas, com suas fileiras reforçadas com portugueses simpáticos à causa do Brasil, ergueram-se como ativos e estrênuos defensores da causa da Independência"[188]. Como nas demais no Piauí "[...] o chão em que se move a burocracia dos poderes em nível local, e mais amplo, parece está movediço [...]"[189].

> [...] havia um sentimento antiportuguês afetando a alma de muita gente; um ingrediente de subjetividade que move o Piauí, naquela exata hora, [...] de um lado o Ceará e Pernambuco, com seus caldeirões fervendo em liberdades já proclamadas; e de outro, o Maranhão e o Pará, apinhados de portugueses de nascença, zombando dos fluidos cariocas e bradando vivas a el rei de Lisboa [...][190]

No Piauí, o movimento separatista irrompe em 19 de outubro na Vila de São João da Parnaíba que "[...] além de ser um centro econômico de valia, dispunha de uma corte de bons intelectuais[191]" que "sintoniza as falas liberais do tempo"[192] e aclama a autoridade do Príncipe Pedro.

> A 19 de outubro de 1822, no Paço da Câmara, os eleitores da Paróquia proclamaram a Regência de Dom Pedro, a Independência do Brasil.

---

[184] Em 1817, proprietários de terras, comerciantes brasileiros e clérigos, reunidos em lojas maçônicas, estiveram entre os líderes do movimento, que contou também com o apoio das tropas, insatisfeitas com o atraso no pagamento dos soldos, e com ampla participação popular, inclusive de libertos e escravos. Em 06 de março, a revolta é desencadeada, com os rebeldes tomando o poder na província e proclamando a República, separada de Portugal e do Rio de Janeiro, mas logo contando com a adesão das províncias vizinhas da Paraíba e do Rio Grande do Norte, com as quais se pretendia formar uma federação. [...] a República nordestina não durou mais do que setenta e quatro dias, sendo restaurado o domínio luso-brasileiro na região em 19 de maio. BASILE, 2016, p. 192.
[185] NETO, 2007. p. 23.
[186] Ibid. p. 24-25.
[187] NUNES, 2007, p. 45.
[188] CHAVES, 2005. p. 21.
[189] NETO, 2007. p. 29.
[190] Ibid. p. 27.
[191] BRITO, 2007. p. 64.
[192] NETO, 2007. p. 20.

> O movimento de aclamação foi capitaneado pelos seguintes patriotas: Cel. Simplício Dias da Silva, Juiz João Cândido de Deus e Silva, Cap. Domingos Dias, José Ferreira Meireles, Cap. Bernardo Antônio Saraiva, Escrivão Ângelo da Costa Rosal, Bernardo de Freitas Caldas e 1º Ten. Joaquim Timóteo de Brito [...][193].

Segundo o escritor piauiense, Abdias Neves, o Piauí já sabia da Proclamação do Brasil e do movimento emancipacionista, inclusive da adesão da Província do Ceará, desmitificando a ideia de a proclamação desta Província surgir de ato instintivo ou precipitado.

> Vê-se que a 30 de setembro já se conhecia no Piauí o movimento original das margens do Ipiranga, e que o Ceará aderira à Independência. [...] sabia-se de todos os acontecimentos que abalavam o Rio de Janeiro. Sabia-se que, em Pernambuco, sangrava, ainda, o corpo das vítimas, como se sabia da viagem do Príncipe a Minas Gerais e a S. Paulo. Nem mesmo a expedição do General Pedro Labatut, em auxílio dos patriotas baianos, era desconhecida[194].

Pensamento que discorda o escritor Odilon Nunes no qual entende que a Proclamação deu-se livre "[...] Parnaíba oficialmente proclamou a 19 de outubro de 1822, sem o conhecimento exato de 7 de setembro, foi em verdade a independência do Brasil, e também foi o ato percussor de 24 de Janeiro, e da batalha do Jenipapo."[195]

O passo seguinte foi notificar às Vilas piauienses e cearenses, ao mesmo tempo que conclamava que seguissem o exemplo da Vila da Parnaíba "No mesmo dia despacharam portadores da grande nova para a Granja, o Crato e Campo Maior, solicitando o apoio desta vila [...]"[196]. Temendo que o movimento separatista iniciado espalhasse pela Província, o Governador das Armas resolveu agir.

> [...] o fato é que as autoridades portuguesas na Capital não se deixaram iludir. Concluíram que se tratava de um movimento separatista que era preciso esmagar logo, a qualquer preço. Ficou assentado que o Major João José da Cunha Fidié deveria marchar imediatamente com o Batalhão de linha e toda a tropa de Milícias que pudesse reunir para abafar a rebelião na Vila, antes que o resto da Província viesse a sofrer a sua influência[197].

Não houve a adesão das demais Vilas da Província do Piauí como fora esperado e os parnaibanos desapontados por não observar alteração concreta em

---

193 CHAVES, 2005. p. 35-36.
194 NEVES, 2006. p. 65.
195 NUNES, 2007, p. 46.
196 NEVES, 2006, p. 66.
197 CHAVES, 2005. p. 38.

seu cotidiano, temeram uma represália por parte da Junta Governativa, visto que "[...] Não tinham armas, nem munição, nem soldados, nem fortificações [...]"[198]. Fora requisitada ajuda ao Ceará, mas estes demoravam e "Quando se soube em Parnaíba que sobre ela marchavam tropas de Oeiras sob o comando do próprio Governador das Armas, houve um princípio de pânico na Vila.[199]" Desejando poupar os moradores da Vila da Parnaíba de uma invasão com consequências imprevisíveis, os separatistas, através de um Ofício solicitam suster a marcha das tropas informando o arrependimento da espontânea atitude de proclamação de rompimento com Portugal.

> [...] a situação de perplexidade e de incerteza, perdidos nesta Província central onde as notícias chegavam com grande atraso, em meio àquela confusão que ia por todo o país dividido entre partidários de Dom João VI e do Príncipe Dom Pedro, ambos portugueses, e recebendo ordens contraditórias de Lisboa e do Rio de Janeiro[200].

Os separatistas poderiam tentar uma arregimentação na povo da Vila parnaibana, incitando-os a manter o poder aos independentes visando defender a Proclamação outrora festejada, visto que o sentimento antiportuguês era presente e compartilhado por muitos, independente da classe social ou econômica a qual pertencia.

> Poderiam, é certo, levantar o povo que, em fase alguma de nossa história, mostrou tamanha adesão, mais franco e valoroso acolhimento a uma ideia. Do simples vaqueiro ao fazendeiro, do caboclo ao comerciante, todos odiavam a Portugal pela sanção à tirania de seus representantes nos vários departamentos da administração[201].

Os líderes do movimento separatista "[...] não encontrando nenhum apoio no Piauí e Maranhão [...]"[202], decidiram por evadir da Vila "refugiaram nos sertões de além Ibiapaba, deixando na Vila famílias e bens ao desamparo"[203], visando iniciar "[...] preparativos de expedições libertadoras [...]"[204]. Imaginou-se que Portugal pudesse enviar ajuda visando sobrepujar o movimento iniciado, mas "[...] em lugar de atraírem, prontamente, os soldados lusos, deixaram a Corte na expectativa dos atos do Governador das Armas"[205].

---

198 Ibid. p. 45-46.
199 Ibid. p. 21.
200 Ibid. p. 48.
201 NEVES, 2006. p. 73.
202 NUNES, 2007, p. 50.
203 CHAVES, 2005. p. 48.
204 NUNES, 2007, p. 50.
205 NEVES, 2006, p. 67.

Fidié, ao dirigir-se à Vila da Parnaíba, fez parada na Vila de Campo Maior visando montar uma estrutura de resistência, pois temia pela proximidade com a vila parnaibana, encontrar separatistas amotinados. Não encontrou as dificuldades receadas, por tanto ao dar continuidade à sua marcha, quatorze dias depois, deixou um comandante[206]. Fidié chegou à Vila da Parnaíba em 18 de dezembro

> [...] sem dar um tiro, depois de uma marcha de cerca de 600 quilômetros. Foi recebido pelo funcionalismo e pelos marujos do Brigue *Infante Dom Miguel.* Antes de tomar alojamento, formou a soldadesca na Praça da Matriz e dirigiu-se à Câmara da qual exigiu, naquela mesma hora, a renovação do juramento de fidelidade a Dom João VI. Depois assistiu a um Te-Deum na Matriz de Nossa Senhora da Graça. Em seguida determinou que se fizessem manifestações públicas de regozijo e que fossem vitoriados o Rei de Portugal e as Cortes de Lisboa[207].

O Governador das Armas, após assumir o controle da situação na Vila da Parnaíba, temendo uma reorganização dos separatistas, decidiu enviar para, a capital da Província, o Regimento de Cavalaria[208] uma decisão inconsiderada, pois alicerçou os sonhos que já estavam sendo construídos na Capital.

> Fidié cometeu uma imprudência transferindo para Oeiras o Regimento de Cavalaria sediado em Parnaíba, cujos soldados eram simpáticos ao movimento da Independência. [...] Na capital, a inércia da Junta estava sendo desafiada abertamente por acontecimentos que deviam, pelo menos, despertar suspeitas nas autoridades mais responsáveis. Os correios que chegavam regularmente de Parnaíba e Campo Maior traziam cartas com proclamações nas quais eram atacados rudemente Portugal e portugueses. Tais proclamações passavam depois de mão em mão e eram lidas aos analfabetos, acirrando os ânimos contra os Europeus[209].

A capital da Província vivia uma inquietude velada, pois as autoridades estavam mais atentas ao que acontecia no cotidiano, após a Proclamação da Vila da Parnaíba, o Correio era minuciosamente inspecionado, o que não impediu o conhecimento dos fatos que assolavam as demais Províncias e a fragmentação das relações luso-brasileiras.

---

[206] Ibid. p. 74-76.
[207] CHAVES, 2005. p. 50.
[208] Sobre a constituição de forças militares e milicias no Brasil Colonial, incluindo os Regimentos de Cavalaria ver: COTTA, Francis Albert. **Negros e Mesticos Nas Milicias da America Portuguesa.** Belo Horizonte: Crisálida, 2010; MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Forças militares no Brasil colonial*: Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.
[209] CHAVES, 2005. p. 52.

> [...] estavam-se desenrolando em Oeiras graves acontecimentos que perturbavam a beatífica inércia da Junta do Governo. As malas do correio eram, agora, cuidadosamente revistadas, abertas e lida a correspondência particular, a fim de evitar a entrega de proclamações e cartas em que patriotas anônimos clamavam contra Portugal e portugueses. [...] Mas parece que, apesar das precauções, foram algumas entregues aos destinatários, porque, dia a dia, mais se acentuou o distanciamento de brasileiros e portugueses, crescendo as antigas hostilidades[210].

A inquietude vivida pela capital da Província, revelada pelas cartas de proclamações e justificações exasperadas pelos que defendiam o desligamento com as Cortes, mostrou que o povo "[...] perdia os velhos temores e começava a fazer-se exigente e a ter audácias antes ignoradas [...]"[211], fato que começou a concretizar-se em 13 de dezembro com um ataque à Casa da Pólvora

> Às 14 horas de 13 de dezembro, dia que não era feriado mas nele não de trabalhava por ser dia de Santa Luzia, seis homens encapuzados surpreenderam a guarda da *Casa da Pólvora*, tomaram-lhes as armas e surraram-na a chibatada. Ninguém acudiu aos guardas. Abriram-se devassas, mas tudo ficou envolto em mistério[212].

Esse fato demonstrou a organização silenciosa e que advinha e o apoio disfarçado a ela dos citadinos, excluindo o Vigário, Padre Dr. José Joaquim Monteiro de Carvalho e Oliveira, que utilizava os sermões para expressar sua preocupação e solicitando atitude do Comando da Província "[...] a muito custo [...] as autoridades resolveram reunir-se a 29 de dezembro para algumas deliberações [...] recomendar ao Comandante da Guarnição que tivesse a tropa de prontidão *para o que pudesse suceder* [...]"[213]. Essa apatia diante dos acontecimentos só foi quebrada quando o Vigário fez "[...] uma representação escrita na qual pedia a convocação de um conselho civil e militar para tratar de um assunto muito sério [...]"[214].

Realizou-se então, no primeiro dia do ano de 1823, uma reunião organizada pela Junta Governativa, que teve como consequência, além de acusações e delações de nomes, dos possíveis simpatizantes do movimento independente, algumas prisões. Os dias que se seguiram foram definidores para a concretização do que se construía à surdina.

---

[210] NEVES, 2006. p. 80.
[211] Ibid.
[212] CHAVES, 2005. p. 52.
[213] Ibid. p. 52-53.
[214] Ibid. p. 53.

> [...] a 11 de janeiro um correio de Jacobina (BA) chegou a Oeiras com uma portaria e proclamações do Governo do Rio e um Ofício de Labatut. Estes documentos davam a notícia do grito do Ipiranga e convidavam os piauienses a aderirem à Independência plena do Brasil. [...] já era hora dos piauienses sacudirem também o jugo lusitano. A queda de Salvador estaria próxima. Quando isso acontecesse, suas tropas marchariam sobre o Piauí para nos ajudarem. O Ofício de Labatut fora expedido do Quartel General no Engenho Novo, no Recôncavo da Bahia, a 22 de dezembro de 1822[215].

Embora a Junta tendo respondido imediatamente àquela carta, informando "[...] que o Piauí jamais deixaria de ficar ao lado do Governado de Lisboa [...]"[216], os separatistas da capital da Província, já organizados, não esperaram muito. Já estava tudo preparado e todos conheciam as funções que lhe seriam cabíveis e onde cada um assumiria pela defesa do Brasil. Esperavam apenas o momento certo

> Ao anoitecer do dia 23 de janeiro, os conspiradores de Oeiras, chefiados pelo Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, reuniram-se, pela última vez, na residência dele, àquela hora transformada em autêntico arsenal com o armamento e as munições que os patriotas haviam surrupiado aos poucos dos armazéns nacionais. Dezenas de *jagunços, agregados* do Brigadeiro, ali se encontravam, aventureiros e truculentos, aguardando a hora da tomada da cidade[217] [grifos do autor].

E no amanhecer, do dia 24, a Província do Piauí insurreciona "[...] Quando o povo saiu à rua, pela manhã, foi para responder aos vivas que Manoel e Joaquim de Sousa Martins ergueram à Independência e ao Imperador diante da tropa formada na praça da Matriz"[218]. Convocou-se o Senado da Câmara e estando "[...] presentes representantes de todas as classes sociais, Vereadores, Juiz de Fora e Chefes Militares [...]"[219]onde foi lida a documentação recebida, "não houve opositores. Todos aclamaram, com vivo entusiasmo, a Independência e o Imperador [...]"[220]. Com uma tranquilidade ímpar "o plano teve, assim, uma execução magnífica [...] e o povo, [...] não estranhou nem temeu a aparência bélica da cidade [...][221]", ficando todos calmamente à espera da continuidade dos acontecimentos.

> O Presidente mandou que se lavrasse uma ata de vereação para perpétua memória. A ata recebeu logo a assinatura dos presentes. Em

---

[215] Ibid. p. 55.
[216] Ibid. p. 55-56.
[217] CHAVES, 2005. p. 57.
[218] Ibid.
[219] Ibid. p. 58.
[220] Ibid.
[221] NEVES, 2006. p. 96.

> seguida, procedeu-se à eleição para a constituição da nova Junta Provisória de Governo. Foram eleitos: Presidente, Manoel de Sousa Martins; Secretário, Manoel Pinheiro de Miranda Osório; Membros, Miguel José Ferreira, Inácio Francisco de Araújo Costa e Honorato José de Morais Rego. Os eleitos fizeram logo o juramento de praxe e foram empossados[222].

Correspondências[223] foram despachadas para as vilas de Valença, Parnaguá, Jerumenha, Campo Maior, Parnaíba e Marvão, conclamando à todas aderirem à causa da Independência, era importante que a adesão fosse rápida, visando o fortalecimento e a união das demais vilas piauienses e a preparação para uma possível retaliação por parte do Governador das Armas que se encontrava na Vila da Parnaíba, o qual fora intimado a deixar aquela Vila e passado o comando das Tropas.

> O Ofício dirigido às Vilas piauienses acima enumeradas dizia que a 24 de janeiro, entre o mais vivo entusiasmo do povo de Oeiras, perante a Tropa de Guarnição da cidade e os cidadãos de todas as classes que se puderam reunir nos paços dos Conselhos, onde também se achava a Corporação da Câmara, fora proclamada a adesão do Piauí à Independência e reconhecido o Governo do Imperador Constitucional e Perpétuo Defensor deste vasto Reino, o Sr. Dom Pedro de Alcântara, bem como promulgadas também foram as Cortes Brasileiras[224].

Os organizadores do movimento separatista de Oeiras, sabedores da posição, até então, da Província vizinha do Maranhão em relação à proclamação em Parnaíba, e conscientes da facilidade que teriam de adentrar o Piauí pelo rio que os separa, solicita que "[...] guardasse neutralidade a respeito do Piauí, não dando ajuda nem concorrendo direta ou indiretamente para que o povo piauiense fosse flagelado e se sufocasse a sua vontade, oprimindo-o [...]"[225]. A Junta explicitou que caso acontecesse uma intervenção por parte daquela Província, seria cessada a comunicação e infligiria uma suspensão da exportação do gado que lhe abastecia o Piauí.[226] Os independentes piauienses não esperaram a resposta e impuseram as sanções.

---

[222] CHAVES, 2005. p. 58.
[223] Ibid.
[224] CHAVES, 2005. p. 58.
[225] Ibid. p. 59.
[226] PIAUÍ, Ofício da Junta Governativa do Piauí, aos oficiais da Câmara da Vila de Parnaíba, sobre o reconhecimento do governo de D. Pedro de Alcântara, e a instalação do novo Governo na Província do Piauí. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1677.Em 25 de janeiro de 1823.

A calmaria da Proclamação na Capital da Província sedimentou as primeiras ações da nova Junta, visto que a Capital não passou nenhum constrangimento e nem teve suas atitudes posteriores, questionadas. Isso se deveu a uma

> [...] comunhão de interesses que facilitou nos primeiros dias a ação da Junta e fê-la desdobrar-se ampla sem um estorvo [...]. O povo confiava-se à Junta, que, por sua vez, se entregava às determinações do Presidente, sem assomo, sem a menor participação própria do Governo[227].

Visando a segurança da Província, pois ao proclamarem a independência, a capital "[...] quase não contava com forças militares que garantisse aquele ato [...] toda a tropa de linha [...] estavam com Fidié em Parnaíba [...][228], a Junta iniciou o envio de correspondências que eram lidas e repassadas com muita urgência, com mensagens que são oficiadas entre comandantes da Província do Piauí sinalizando mobilizações em torno de reuniões entre os comandantes[229] e nomeação de pessoas de confiança para ocupar pontos definidos como estratégicos, entendendo que poderia sofrer retaliações, principalmente da Província do Maranhão.

> Quando se proclamou a Independência em Oeiras, não se olhou para o número dos soldados existentes no Piauí. Era toda a força da Província composta de um batalhão de 1ª linha, que, além de incompleto, acompanhara quase todo a Fidié; de cinco regimentos de milícias, três dos quais de Cavalaria e dois de Infantaria, e de quatro companhias de pedestres. [...] A Junta do Governo, providenciando, então, sobre a reunião dos soldados das milícias, abriu recrutamento e chamou o povo ao serviço das armas[230].

Enquanto isso, os dissidentes da Proclamação na Vila da Parnaíba, em 19 de outubro de 1822, que buscaram apoio na Província do Ceará se juntaram aos independentes daquela Província e garimparam simpatizantes visando apoiar os separatistas piauienses. Foi assim que Leonardo de Carvalho Castelo Branco retorna ao Piauí e em 22 de janeiro, toma Piracuruca "[...] surpreendendo o destacamento local, que aprisionou, e, deixando ali uma pequena força, rumou célere sobre Campo Maior [...]"[231].

---

[227] NEVES, 2006. p. 97-98.
[228] CHAVES, 2005. p. 68.
[229] FARIA, Luiz Duarte. **[carta]** 17 fevereiro 1823, Coartel do Coquero [para] Capitão Mor João Gomes Caminha, 1p. Notificação de recebimento de Ofício remetido a todos os Comandantes para um encontro. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.
[230] NEVES, 2006. p. 104-105.
[231] CHAVES, 2005. p. 63.

Na Vila de Campo Maior, as discussões abertas acerca do rompimento com Portugal, empolgavam a população, "[...] essas ideias acabaram por contaminar a própria soldadesca fiel a Portugal. [...] que se levantaram protestando que não combateriam os rebeldes e exigindo a evacuação da Vila [...]"[232]. A adesão dos soldados proporcionou a fuga dos comandantes encarregados, por Fidié, de resguardar aquela Vila

> Leonardo em Campo Maior sem luta; no dia 5 proclamou-se, ali, a adesão da Vila ao movimento da Independência e fez-se a aclamação do Imperador Dom Pedro. Foi cantado na Matriz de Sto. Antônio um solene *Te Deum* de ação de graças, cerimônia que foi perturbada por alguns arruaceiros. [...] efetuou prisões [...]. No dia 6 a Câmara de Campo Maior oficiou à de Caxias comunicando-lhe o movimento e pedindo sua adesão. [...] escreveu Leonardo ao Comandante militar daquela vila maranhense[233].

Mais reforços chegam da vizinha Província do Ceará, fortalecendo a ideia emancipacionista e aumentando o contingente pequeno do Piauí.

> Dentro em pouco chegaria também Luís Rodrigues Chaves que entrou no Piauí com 130 combatentes aliciados em Vila Nova de El-Rei (Ceará). A 7 fizera a aclamação de D. Pedro como Imperador do Brasil, na povoação de Matões (Piauí), que ficava à margem da rota que percorrera. Chegou a Campo Maior no dia 12[234].

Em seguida, preocupada em fortalecer a Província em torno da adesão à Independência, a Junta enviou notificações às Vilas de Valença e Jerumenha para que seguissem o exemplo das demais vilas piauienses e fizesse o juramento a D. Pedro, em datas distintas, essas duas vilas fizeram suas proclamações.

> [...] mandou que Valença informasse, dentro de quatro dias, se aceitava, ou não, a separação. A resposta devia chegar o mais tarde, no dia 13 de fevereiro, às 9 horas da noite. [...] mandou que o Capitão-mor de Jerumenha, João Gomes Caminha, fosse ocupar a essa vila, nela proclamasse a Independência e aclamasse o Imperador, tomando todas as precauções que julgasse precisas à garantia de sua causa[235].

A Província do Piauí transformou sua quietude interiorana em uma efervescência jamais imaginada. Em todo o seu território, a tranquilidade das Vilas, era quebrada com o serviço dos mensageiros que galopavam para atualizar as

---

[232] Ibid. p. 64.
[233] Ibid.
[234] NUNES, 2007, p. 60.
[235] NEVES, 2006. p. 108-109.

notícias e as demandas que urgiam, além da apresentação de homens para a campanha aliada a incerteza dos ataques que povoavam o pensamento e a imaginação da população até então pacata.

Em correspondência Oficial, datada de 20 de fevereiro, a Junta nomeia Mathias de Souza Rabelo para "prestar o Seu Serviço a bem da Santa Cauza da nossa Independência[236]", encarregando-o a "defeza dos Portos Veados, e Manga, e Bomjardim do Rio Parnaíba[237]". Nota-se a clareza das demandas que estavam por vir pelo passo grande que foi dado por esta Província, na carta é solicitada a requisição aos Comandantes e Oficiais dos Distritos que inicie o processo de arregimentação de pessoas daquela região visando uma possível ofensiva do Maranhão. A obediência às determinações da Junta era ponto inegociável visto que "serão todos obrigados obedecer a sua voz, com pena de Ser por este Governo castigado como inimigo da Salvação[238]".

> O Governo Provisório do Piauí manda ocupar S. Gonçalo, Riacho Fundo, e logo em seguida, as passagens do rio Parnaíba: o Capitão-Mor João Gomes Caminha e Matias de Sousa Rabelo ficam na altura de Pastos Bons; o Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins e o Capitão Francisco Manuel Araújo Costa, em portos fronteiros a Caxias[239].

O Piauí por sua característica básica e campos de criação de gado, não possuía espaços definidos como militares, dada à estrutura militar à época, nota-se a instauração de Quartéis em áreas diversas da Província, visando resguardar o território de invasores contrários à causa da Independência. A organização da defesa da Província passava também pelo desafio bélico insuficiente no qual "[...] a Junta de Governo providenciava a aquisição de mantimentos e munições e sua distribuição às tropas aquarteladas ao longo do Parnaíba, e determinava que se fizessem chuços para apetrechar os que não tivessem armas de fogo.[240]"

> Contudo, a 24 de fevereiro, portugueses partidários de D. João, estimulados em seus propósitos pela proximidade de Caxias, e esperançados de ajuda de Fidié, em Barra do Poti (Piauí), ainda simples povoado, tramam um movimento que tinha por objetivo o

---

[236] Junta do Governo Temporário da Província do Piauhi. **[carta]** 20 fevereiro 1823, Oeiras [para] não consta, 1p. Nomeação de Mathias de Souza Rabelo. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.
[237] Ibid.
[238] Ibid.
[239] NUNES, 2007, p. 61.
[240] Ibid.

> retorno ao passado. Em tempo são feitos prisioneiros os promotores da intentona. Dentro em pouco, só em S. Antônio e Poti estão destacados perto de 700 combatentes fiéis à causa brasileira[241].

A preocupação maior da Junta era o ataque que poderia vir da Província do Maranhão, utilizando o rio Parnaíba, por isso sua ação maior estava sendo de guarnecer as passagens mais utilizadas pelo comércio que já existia entre as duas Províncias, visto que acreditavam na providência dos organizadores do 19 de outubro e tinham "[...] a esperança de que as forças do Ceará, estimuladas pelos separatistas de Parnaíba, voltar-se-iam em peso contra o chefe militar, foi-se paulatinamente extenuando.[242]"

> Com o decorrer do tempo, o Governo fortaleceu-se ao longo do rio Parnaíba, pelo menos até a altura dos portos fronteiros a Campo Maior, apesar de penúria de apetrechos bélicos. Todas as vilas já haviam aderido à independência. Até mesmo Jerumenha, que chegou a despertar receio a Oeiras pela demora em aderir ao movimento de emancipação, já se pronunciara a favor. Agora restava apenas a que estava sob o jugo de Fidié, que retinha todo o Governo militar organizado da Província[243].

Com o passar dos dias e a saída de Fidié da Vila da Parnaíba unida à demora do envio de contingente pelas Províncias já independentes, notou-se que a ação da Junta deveria ser voltada para a região norte.

O major Fidie ao tomar conhecimento da ruptura ocorrida em Oeiras sob a liderança de Manoel de Sousa Martins em 24 de janeiro de 1823, membro da elite senhorial do Piauí, tratou de informar ao secretário Candido José Xavier sobre ter convocado um Conselho Militar que deliberou para que ele abandonasse a vila de Parnaíba e marchasse contra os insurrectos para recuperar a cidade de Oeiras, ao tempo em deveria ocupar Campo Maior, e realizar outras diligências para restabelecer o governo português.[244]

Os capitães do povoado de Piracuruca e da Vila de Campo Maior que comandavam as tropas ali estacionadas "[...] formavam uma ideia mais clara da situação e davam o grito de alarma [...][245]".

---

[241] Ibid.
[242] Ibid. p. 62.
[243] Ibid.
[244] PIAUÍ, Ofício do governador das Armas do Piauí, João José da Cunha Fidié, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Cândido José Xavier. Em 5 de março de 1823. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 32, D. 1683.
[245] NEVES, 2006. p. 112.

> [...] o capitão Luís Rodrigues Chaves mandava o Alferes Francisco Xavier Torres entender-se com a Junta e pedir reforços, por ser Campo Maior um dos pontos 'mais importantes, já por acudir às tropas de Piracuruca, quando pretendesse atacar o Major Fidié'. [...] Vê-se que os dois Comandantes se sentiam fracos e previam os funestos acontecimentos que se seguiriam, logo, ensanguentando o leito do Jenipapo[246].

Em uma correspondência com data de 07 de março, discorre sobre as fraquezas do esquadrão formado nesta Província, que já não era tão grande, como as deserções. Remetida pelo Sargento-mor e Comandante Francisco Ignácio da Costa ao Comandante Chefe Luís Rodrigues Chaves, consta a solicitação que suste a marcha para encontrarem-se na Vila de Piracuruca, relata sobre a deserção de quatrocentos homens que estavam sob seu comando, quando souberam da aproximação de Fidié e de sua guarnição em marcha para combatê-los e que um grande desânimo abateu os que ficaram sendo preciso um trabalho para reanimá-los.

Na mesma carta, nota-se que o cumprimento de ordens militares é considerado sagrado. Apesar do episódio da deserção, toda a rotina militar é mantida como, estratégias de vigilância do inimigo para conhecimento das suas intenções e passos[247].

A Junta organizou a defesa da Província pelo caminho das águas do rio Parnaíba, julgando a parte norte está provida de forças do Ceará, fato que não aconteceu. Com as guarnições deficientes de homens, armas e munições, a história do Piauí começava a ser definida pelo braço do piauiense que decidiu mudar o seu próprio destino e escrever a sua história.

3- A CONSTRUÇÃO DA VITÓRIA CONTRA O PODER LUSITANO

3.1 – As ações militares na tentativa de conter o Exército Português

---

[246] Ibid.

[247] COSTA, Francisco Ignácio da. **[carta]** 07 março 1823, Fazenda da Imburanas [para] Comandante Chefe Luíz Rodrigues Chaves, 1p. Solicitação de suster a marcha da Tropa até a chegada do mesmo em Campo Maior. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.

A historiografia piauiense[248] aponta o início do processo de Independência nesta Província na parte norte, na Vila da Parnaíba com a Proclamação em 19 de outubro de 1822, episódio suprimido pelo então Governador das Armas, Fidié. A continuidade dessa ação foi assumida pela região centro-sul que tomou as rédeas da causa desencadeando a Batalha do Jenipapo e culminando com a rendição do Governador das Armas, Fidié, em 31 de julho, que se encontrava sitiado no Morro das Tabocas, em Caxias, Província do Maranhão. Foi um processo longo que levou ao esgotamento financeiro a Província e a exaustão física dos envolvidos, mas que não foi capaz de sucumbir à determinação dos Independentes.

Após o encontro sangrento no leito do Jenipapo, as forças piauienses dispersam, e apesar de batidos na Batalha, conseguiram manter o controle das ações nas mãos dos separatistas visto que "[...] embora carregando o revés tático, conseguiram um dos seus objetivos: deter Fidié na marcha para Oeiras, assim preservando a vitória da revolução nessa capital [...] e o estrangulamento da rota de Fidié"[249]. Alguns líderes ficam no entorno da Vila de Campo Maior enquanto outros retornam à Oeiras para orientação de ações. A inquietude reina pelas perdas humanas na Batalha, por saber que a tomada da Capital da Província por Fidié era agora mais real, pela possibilidade de um ataque do Maranhão e pela consciência da fragilidade do exército constituído.

> Foram improfícuas as tentativas feitas pelos cabecilhas separatistas, logo após o choque armado, para agrupar as forças dispersas. [...] Enquanto isso, o Governo Provisório, angustiado com o temor de possível invasão provinda do Maranhão, e também com a marcha de Fidié sobre a capital, onde pretendia restaurar o domínio português,

---

[248] ARAÚJO, Johny Santana de. O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do império em 1823. Clio, Recife, n. 33, v. 2, p. 29-48, jul./dez. 2015. ARAUJO, Johny Santana de. O combate que decidiu o futuro do Brasil. A batalha do Jenipapo e a consolidação da independência do Brasil no Piauí 1823. Cienc. Cult., São Paulo, v. 74, n. 1, p. 1-9, mar. 2022. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252022000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 ago. 2023. http://dx.doi.org/10.5935/2317-6660.20220004. BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da independência no Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2006; BRITO, Bugyja. O Piauí e a Unidade Nacional (Panfleto, Palácio, Gente). In: **O Piauí e a Unidade Nacional.** Organização R. N. Monteiro de Santana e Cineas Santos. Teresina: FUNDAPI, 2007; CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da Independência do Brasil.** Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005; DIAS, Claudete Maria Miranda. **O outro lado da independência do Brasil**: aspirações e manifestações, natureza e formas de luta da população do Piauí – 1789-1850. Teresina: Nova Aliança, 2023; FONSECA NETO, Antônio. O Piauí e a Independência (Panfleto, Palácio, Gente). In: **O Piauí e a Unidade Nacional***.* Organização R. N. Monteiro de Santana e Cineas Santos. –Teresina: FUNDAPI, 2007. NEVES, Abdias. *A Guerra do Fidié.* Abdias Neves. 4 ed. Teresina: FUNDAPI, 2006; NUNES, Odilon. **Pesquisa para a História do Piauí**. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007. (Coleção Grandes Textos, v.II).

[249] BRANDÃO, 2006. p. 183-185.

> espalha espias pelas estradas e toma precauções para defender e resguardar a sede do Governo[250].

Era necessária a reorganização das ações visando à defesa da Província em tempo ágil, possibilitando a manutenção do comando do Piauí aos independentes. Portanto, "[...] agentes do governo tomam medidas acauteladoras da segurança pública, enviando espiões a pontos diversos das estradas, que dão acesso à Capital, organizando tropas [...]"[251]. A Junta começava a traçar de forma mais detalhada, os passos para proteção de Oeiras,

> Ao meio-dia de 22 de março, quando o Governo Provisório e o Governo das Armas avaliavam os recursos de resistência à entrada de Fidié em Oeiras, cuja defesa já dispunha duns quatrocentos combatentes, chega ofício do Capitão Francisco Manoel de Araújo Costa, Comandante de S. Antônio, informando que constava Fidié desviara a rota de sua marcha para Estanhado (União), às margens do Parnaíba, em rumo de Caxias. Se verdade, seria um desafogo. Em seguida vieram confirmações. Novo ofício de Araújo Costa já diz que o Militar português ocupava de fato o povoado Estanhado [...][252].

A saída de Fidié da Província do Piauí suscitava a desistência de, naquele momento, tomar a Capital, mas não de abdicar a posse da Província para os independentes. Por isso "[...] deliberou a Junta descentralizar o comando com a formação de uma Comissão Militar que funcionaria ali, à qual o Governo cederia muitos dos poderes, para que ela pudesse agir com certa independência e mais rapidez [...]."[253]A Junta temia um desfecho como o de Jenipapo, caso a Província fosse atacada, por tanto urgia a organização militar e o compartilhamento rápido das informações, que era realizada através de cartas com cópias repassadas aos Comandos espalhados por toda a Província.

> [...] Fidié abandonara o Piauí, e devia esperar-se que não mais voltaria. Longe das ameaças de sua permanência no Estanhado, remoçavam na Província as energias. Fidié, no entanto, mantinha espiões que lhe informaram o rumo da força brasileira e a sua determinação. Conheceu que era tempo de aceitar o convite da câmara de Caxias e abandonar, para sempre, as suas pretensões sobre esta Província. [...] Caxias tornava-se, de agora em diante, o ponto de convergência de todas as nossas forças. Não era mais a afirmação da Independência no Piauí o que se desejava: a luta abria-

[250] NUNES, 2007, p. 69.
[251] BRANDÃO, 2006. p. 197.
[252] NUNES, 2007, p. 71.
[253] CHAVES, 2005. p. 101.

> se em uma segunda fase, mais interessante, além das fronteiras da Província[254].

A notícia da saída de Fidié do solo piauiense, foi um refrigero às tenções vivenciadas, embora conscientes do perigo ainda iminente que oferecia à Província do Maranhão, agora tendo em seus domínios o Comandante português, a Junta Governativa do Piauí, voltou toda a sua atenção, defesa e planejamento de ações para, principalmente a Vila de Caxias.

As decisões são tomadas e postas em práticas com urgência visando a "Salvação da Pátria"[255], são passos conscientes da necessidade do desenvolvimento de uma ação que advinha a partir da posição adotada por Fidié, calcados na incerteza. Decidindo por não esperar que a iniciativa seja dada pelo Comandante Português, "[...] começa, então, a concentrar recursos bélicos em terras fronteiras ao Maranhão, e também já proclama a necessidade de preparar elementos para a invasão dessa Província. [...]"[256]. Visto que

> [...] Fidié no dia 17 de abril já estava em Caxias e ocupava o monte das Tabocas, excelente ponto estratégico. [...] Caxias tornou-se então, centro de resistência à independência do Brasil, e os separatistas já têm a convicção de que os partidários de Portugal, quando fortalecidos pelos reforços que aguardam de São Luís, e até mesmo da Europa, fariam a invasão do Piauí. Efetivamente já era esse o propósito, e também esperança de Fidié.[257]

A continuidade do movimento separatista, é liderado pela elite política da Província, tendo a frente a Junta do Governo Temporário, mas é cingido por todos que aqui residem, imbuídos de uma consciência de cada passo que é dado, assim como o desejo de lutar pela libertação do domínio português e a disposição para o enfrentamento, além dos limites territoriais, adentrando a vizinha Província do Maranhão.

> É impossível desconhecer que essa Província e o Piauí, ligadas por incondicional solidariedade de interesses, formam o teatro comum das cruentas refregas, que edificarão o Império e firmarão o prestígio da Coroa brasileira. À época da Independência, os piauienses estão absolutamente convencidos da imensa responsabilidade que lhes

---

[254] NEVES, 2006. p. 182-198.
[255] Junta do GovernoTemporário da Província do Piauhí. **[carta]** 20 fevereiro 1823, Palácio do Governo de Oeiras [para] não consta, 1p. Nomeação de Mathias de Souza Rabelo. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.
[256] NUNES, 2007, p. 73.
[257] Ibid, p. 76.

> cabe. Por isso mesmo, liberto o seu território, não tem como realizada ainda a missão que se impuseram[258].

A ideia de libertação do jugo português necessita ser expandida à Província maranhense e os Independentes piauienses tomam pra si a responsabilidade, por isso redefinem rotas e metas. A dinâmica da guerra é continuada com nomeações de pessoas com qualidades imensuráveis, destemidas e defensoras do ideal libertário para defesa e proteção de espaços considerados vulneráveis a ataques, essas nomeações dão poder total aos Comandantes e liberdade de ação no caso de oposição à sua ordem, como o encaminhamento à prisão.

3.2 – A organização das forças para invadir o Maranhão

A organização para a entrada no Maranhão, passa pela urgência de possuir um regimento grande para suprir as fronteiras, cuidar da Província e adentrar as terras vizinhas. Essa informação, consta nas cartas estudadas, onde é presente a clareza da necessidade de pessoal para engrossar fileiras, por isso é desenvolvido o processo de arregimentação de pessoas. As cartas não oficiais suscitam o encaminhamento de pessoas para o combate, onde os patriarcas apresentam e fazem o envio dos filhos rogando por proteção. Como atesta a carta abaixo

> Illmº, Snr. Raimundo de Oliveira Falcão
> Primeiro q tudo hei de estimar q esta axé V.S. desfrutando hua feliz saúde, igoal ao dezejo de V.S., Meu estimadíssimo Amigo grande sentimento e pezar tive quando sube q V.S. estavão para se retirar aos seos coartes q só Deos sabe o desgosto q me fica de eu não poder nesta ocazião hir aos péis de V.S. Com esta vou rogar a V.S. para q haja dever .....o nosso Cap. Mór a ver se o dito se arezolve a ficar até o fim q V.S. vierão destinado a ver o fim q nisso teremos hum grande sumo gosto, tão bem rogo a V.S. sendo q V.S. de todo não possa redozir o nosso Cap. Mór a ficar nesse cauzo rogo a V.S. aja de me fazer o favor deixar recomendado os Amigos de V.S. o meu filho Luiz Placido de Queiroz afim de olarem por elle sendo que seja vivo, na entrada q V.S. pertendem fazer na dita Villa e juntamente dois negros Manoel e Domingos q cujo favor lhe ficarei sumamente agradecido a V.S. Tão bem rogo a V.S. me queira mandar sulusão da minha recomendação q fiz ao nosso Cap. Mór respeito ao dito meu filho Luiz pois dezejo saber se he vivo ou se he morto para ter um alivio o grande cuidado q tenho e tão bem lhe rogo quaira fazer o favor recomendarem aos senhores do governo que estão em Pindoba e Passagem Funda o dito esposto em sima afim de o dito remir a vida de tudo, espero resposta de V.S. e ter o gosto de o ver nesta caza seguno do o q V.S

[258] BRANDÃO, 2006. p. 205.

> tratou comigo. Vai o negro Manoel Francisco para trazer a resposta desta e de outra q escrevo ao nosso Cap. Mór e tão bem quaira mandar dizer as novidades pois hontem houvimos muitos tiros de pessa e não sei o q terá ávido pois estamos aqui com grandes cuidados pois seu servo
>
> De V. S.
> Amº. Attº. Verº e Crº
> Francisco Masimo Queiroz[259]

O processo de arregimentação para o serviço à causa independente é realizado em toda a Província, sem atentar para o preparo militar, a disciplina, a falta de armamentos e sim para o aumento do contingente, para aumentar as linhas não foi feito distinção entre as classes sociais, todos foram chamados ao serviço.

O encaminhamento dos filhos pelo próprio fazendeiro remete a uma relação de proximidade e confiança, concretizada nas palavras de respeito e consideração. O indivíduo aqui nascido, acostumado à lida da roça e ao convívio familiar, sente o apartamento dos filhos, por isso é presente a preocupação em pedir recomendação aos que vão substituí-los no cargo, e informações que constem se os filhos estão vivos ou mortos, e o provimento em suas necessidades, sendo assim devedores para sempre.

Os fazendeiros enviam também seus escravos para comporem os regimentos, os quais apresentam apenas pelo primeiro nome. Mesmo com o envio dos filhos e escravos dos fazendeiros, a Junta Governativa tinha consciência do pouco contingente com capacidade militar como também, do escasso armamento, por isso enviava solicitações de auxílios às províncias fronteiriças de ideais separatistas, visando o estabelecimento da ordem e proteção desta conturbada Província.

> Tão graves e urgentes eram as circunstâncias que a Junta, sentindo que, de repente, podiam as tropas abandoná-la e se tornarem perigo de maior conflagração, tratou de obter esforços de outras províncias. Já, e para esse fim, se mandara à Bahia [...] e a Pernambuco [...] oficiando ao Governador das Armas dali pedindo um batalhão de primeira linha com o respectivo armamento e oficiais [...]. Tudo isto deveria ser mandado para o Ceará, de modo que fosse entregue aos caboclos piauienses na Granja. [...] pediu à administração de Pernambuco que interviesse obtendo novos auxílios do Governo da Paraíba[260].

---

[259] QUEIROZ, Francisco Massimo. **[carta]** 03 julho 1823, Alegre [para] Capitão Raimundo de Oliveira Falcão, 1p. Recomendação de Luiz Plácido de Queiroz e dois escravos, Manoel e Domingos, para o serviço militar. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.
[260] NEVES, 2006. p. 172.

A turbulência que passava a Província do Piauí desnorteava o modo pacato até então vivenciado, o levantamento de quartéis nas mais diversas fronteiras com a vizinha Província do Maranhão, decompunha o cenário geográfico e dava a dimensão da luta encampada, apontando para um término que poderia ser demorado.[261] Percebendo a necessidade de resguardar suas fronteiras, fez com que fosse organizado, ao longo do rio Parnaíba uma "[...] manutenção ostensiva de tropas em muitos pontos estratégicos da região cisparnaibana. Os pontos militares assim instalados têm, inicialmente, objetivos defensivos [...]."[262]

Durante toda a empreitada de ocupação da Província vizinha e mesmo depois da capitulação de Caxias, os piauienses ajudaram como puderam com o envio de mantimentos, pois visando a incerteza do tempo para a concretização da prisão de Fidié, a Junta dá a orientação de obrigatoriedade de contribuição aos fazendeiros, feitores e vaqueiros de suprimentos, gados e mantimentos seguida da promessa de ressarcimento pelo "Cofre da Thezouraria Geral", é notável a consciência da importância em contribuir, participar e defender a segurança não apenas da Província, mas esse sentimento é estendido ao território "Pátria".

As contribuições eram variadas e a partir do que possuíam. Por onde as Tropas passavam tinham elas a certeza de provisões, mesmo que os suprimentos já tivessem destino para os quartéis, a prioridade era acudir quando os independentes estivessem precisando[263]. Documentos relatam a doação de, principalmente, aguardente, vinho, milho, arroz pilado e farinha, essas doações estão também registradas através de Relação em que consta o nome dos (as) doador (as) e a quantidade doada.

Com os novos contingentes, reforço militar vinda das demais províncias e apoio da população em mantimentos e desejo de expulsão do poder lusitano, as atuações militares estavam voltadas agora para a ocupação da Província do Maranhão, ações essas que estavam sendo consolidadas aos poucos. As bases

---

[261] Ver: ARARIPE, Tristão de Alencar. "Expedição do Ceará em Auxílio do Piauhi e Maranhão. Documentos relativos á expedição cearense ao Piauhi e Maranhão para Proclamação da Independência nacional". In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XLVIII, Parte I, 1885.

[262] BRANDÃO, 2006. p. 212.

[263] Junta do GovernoTemporário da Província do Piauhí. **[carta]** 20 fevereiro 1823, Palácio do Governo de Oeiras [para] não consta, 1p. Nomeação de Mathias de Souza Rabelo. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.

organizadas militarmente guardavam as fronteiras com o Maranhão, enquanto outras avançavam em várias frentes.

> [...] enquanto a coluna do norte, [...] se preparava para fazer a proclamação no Brejo, e a Junta Comissária se aprestava para seguir também contra a força do Morro das Tabocas, reunia-se o Capitão-mor João Gomes Caminha, na Manga, às tropas de Parnaguá e às dos Capitães Francisco José de Sousa e Matias Rabelo, constituía a coluna do sul, tomava sua chefia e marchava contra Pastos Bons. [...] Logo que fosse aclamado o Imperador em Pastos Bons, devia Caminha seguir sem demora para S. José a juntar-se às tropas enviadas em auxílio dos independentes, a fim de correrem todos sobre Caxias[264].

A situação de conflito que vivencia a Província do Piauí gera um caos na ordem até então estabelecida. Após a Batalha acontecida no Riacho Jenipapo, em Campo Maior, as forças voltam-se para a Vila de Caxias na Província do Maranhão, deixando as Vilas daqui desapoiadas, sem a presença de seus Comandantes maiores, gerando instabilidade e autoridades questionadas nas representações de poder fincadas neste chão[265]. A observância às normas e à disciplina militar, modificava o cotidiano de muitos, incorporando aos recrutas recém-alistados um aprendizado a partir dos acontecimentos e imprevistos, o que representava no dia-a-dia, ações inesperadas, incluindo as deserções, de um contingente que já não era grande.

Nesse ambiente calçado de tensões, prisões são realizadas, as correspondências registram ações prisionais nas duas Províncias, do Piauí e do Maranhão, historiam questionamentos com pedidos de apresentação de motivos e de provas que as justifiquem, concessão de declaração de bom comportamento militar, liberação de prisão realizada. Os crimes apresentados são em sua maioria, roubo de armas, extravio de bens sequestrados, perseguições políticas, insubordinações. Roubos de animais são frequentes e estão denunciados nas cartas assim como o pedido para as devidas providências. Em uma carta enviada a Fidié, solicitando anuência, a resposta consta no mesmo papel, assim como a assinatura do Comandante português.

Ilmo. e Exmo. Senhor

---

[264] NEVES, 2006. p. 204.

[265]Não consta o remetente. **[carta]** 18 mayo 1823, Quartel dos Pastos Bons [para] Juiz Presidente e Officiaes da Câmara da Vila de Pastos Bons, 1p. Solicitação de eleição de Capitão-Mor para a referida Vila. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.

> Diz Fernando Luiz Ferreira, 2º Tem. do Corpo de Artilharia do Maranhão, q achando-se Destacado nesta Villa, teve a desventura de ser prezo no dia 7 do corrente de Ordem e mandado do Exmo. Snr. Governador das Armas da Prov. e por q o Supte. Tem examinado o seu comportamento tanto Militar como Civil, assim na Capital do Maranhão, como em Caxias, não o achando em nada offensivo das Leis existentes, reconhessendo ser alguma perseguição cavilosa d'aqueles fracos, que por officio cotediano crotatão no credito alheio, devendo em taes cazos o Supte. mostrar a delecadeza do seu porte em toda extensão, e o quanto se tem enteressado neste Paiz a bem do Serviço Nacional, percizando deste documento para revindicar as suas cauzas, e contratar todas as fúteis arguições de homens desprezíveis, He por isto que o Suplicante
> Pa. V. Exa. Se digne Attestar lhe seu comportamento Militar, bem como conceder o seu beneplacito pa. q. os Offcs. de 1ª e 2ª Cia. da Guarnição lhe confirmem de uma maneira nada equivoca, de cuja Graça,
> E e R. Mcê.
> Fernando Luiz Ferreira
> Concedo o beneplácito Requerido
> para que os Snres. Offciaes attestem,
> querendo. Quartel do Morro das Tabocas 10 de Junho de 1823.
> Fidié[266]

As insubordinações aliadas às indisciplinas elevavam os ânimos de quando vez, nos dois Comandos dessa disputa, dos independentes e dos portugueses. Era necessária habilidade para conter os excessos advindos da vontade do enfrentamento, da liberdade almejada e das inquietações dos longos dias de espera pelo momento certo. Por isso do Comando central dos separatistas

> [...] organizava a Junta um corpo numeroso que, orientado com segurança, seria um fator de primeira ordem na afirmação da Independência em ambas as províncias. [...] para que agissem sem tropelos e sem embaraços, era preciso nada esquecer nas instruções que se iam enviar-lhes. [...] desde a proibição de se aproximarem de Caxias, até às condições em que os quartéis seriam feitos, respectivamente, nas estradas do Poti e de Santo Antônio. As instruções determinavam que do quartel de uma para outra Divisão a distância não devia ser maior de 4 léguas e alvitravam que se estabelecessem sentinelas avançadas a fim de impedir qualquer surpresa [...][267].

O registro do cotidiano e das instruções concedidas envolve a descrição de códigos utilizados para a comunicação o que define que as ações aconteceram de maneira ordenadas, visando a preservação de informações consideradas valiosas,

---

[266] FERREIRA, Fernando Luiz. **[carta]** 10 junho 1823, Não consta [para] Fidié, 1p. Solicitação de beneplácito para preso. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.
[267] NEVES, 2006. p. 210.

além de uma segurança que demonstrasse, em meio à turbulência vigente, quem era aliado e quem era inimigo.

Junho de 1823
Sexta-feira 27, Santo = S. Antonio
Dº , Dº Senha = Jardim
Dº , Dº Contra Senha = Memoria
_____,,_____,,_____,,_____
Sábado 28, Santo = S. Domingos
Dº , Dº Senha = Flor
Dº , Dº Contra Senha = Alegria
_____,,_____,,_____,,_____
Domingo 29, Santo = S. Roberto
Dº , Dº Senha = Pindoba
Dº , Dº Contra Senha = Atenção
_____,,_____,,_____,,_____
Segunda-Frª 30, Santo = S. Luiz
Dº , Dº Senha = Valença
Dº , Dº Contra Senha = Caratiús
_____,,_____,,_____,,_____
Terça 1º de Julho, Santo = S. Honorio
Dº , Dº Senha = Ciará
Dº , Dº Contra Senha = Jacobina
_____,,_____,,_____,,_____
Quarta 2, Santo = S. Agostinho
Dº , Dº Senha = Queimadas
Dº , Dº Contra Senha = Alecrim
_____,,_____,,_____,,_____
Quinta 3, Santo = S. Antão
Dº , Dº Senha = Guimarãinz
Dº , Dº Contra Senha = Vasco
_____,,_____,,_____,,_____
Sexta 4, Santo = S. Paulo
Dº , Dº Senha = Piauhy
Dº , Dº Contra Senha = Piauhilino
_____,,_____,,_____,,_____
Sábado 5, Santo = S. Joaquim
Dº , Dº Senha = Marvão
Dº , Dº Contra Senha = Pajahú[268]

A segurança das informações encontra-se demonstrada nessa carta onde está contida uma lista que se destacam duas relações. Uma com o mês de junho e outra com o mês de julho. O dia da semana está relacionado com o nome de um santo, uma senha e uma contrassenha, identificados com nomes variados, não obedecendo a alguma lógica e não se repetem, representando uma organização e estratégia.

[268] LOPES, Manoel. **[carta]** junho/julho 1823, não consta [para] não consta, 1p. Lista com senhas e contra senhas para os meses de junho e julho. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.

3.3 – Assédio e conquista da vila de Caxias

Aos poucos, em meio a muita turbulência, o Comando dos independentes vence barreiras na Província vizinha maranhense, vilas capitulam, "[...] Alargava-se o raio de ação dos brasileiros"[269]. A Vila de Caxias estava cadê vez mais próxima e desarticulada, os reforços vindos do Ceará fortalecem as ações para o rompimento da dominação europeia, a qual não seria possível "[...] sem o concurso de forças diversas, habilmente conjugadas. Piauienses e cearenses unem-se para a execução dessa tarefa notável [...]"[270]. A Junta decide aumentar o cerceamento de, principalmente alimentos.

> Neste ínterim, não era menos agitada a situação de Caxias. O cerco se mantinha com alguma dificuldade, em consequência de não poderem as forças, mesmo depois das medidas tomadas, estabelecer vigilância rigorosa nas múltiplas veredas que divergiam dos arredores da vila. Escasseavam além disso as munições. Corria atrasado o pagamento dos prés. [...] No dia 11 de julho, soldados que fugiram do quartel das Tabocas e se passaram para as fileiras dos independentes anunciaram que as tropas de Fidié, desde três dias, só tinham de ração uma quarta de carne e esta obtida dos bois de carro [271].

A Vila de Caxias vai assim, modificando o cotidiano dos seus moradores com a produção de víveres não refeita e, sitiada, perdendo o contato externo.

> A 21, conforme se previa, chega a Divisão Expedicionária, sob o controle de uma Junta organizada em Oeiras, e constituída do presidente, Coronel José Pereira Filgueiras, cumulativamente Comandante-em-chefe, por ato do Imperador, do secretário, Tenente-Coronel Luís Pedro de Melo e César, e dos vogais, Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, Presidente da Junta de Governo Província do Piauí, e Coronel Joaquim de Sousa Martins, comandante das armas da Província do Piauí[272].

A partir da chegada da Divisão Expedicionária aliada à Junta Governativa, dá-se início de envio de correspondências visando à rendição do Comandante Português. O anseio de liberdade urgia nos homens da Província do Piauí e nos que tinham chegado, em carta datada de 29 de julho, um ultimato foi dado ao inimigo pela "Junta Expedicionária do Ceará e Piauhi". Neste documento é registrado que são

[269]NEVES, 2006. p. 229.
[270] BRANDÃO, 2006. p. 213.
[271] NEVES, 2006. p. 263-273.
[272] BRANDÃO, 2006. p. 225.

conhecedores do “estado de coação” porque passa a Vila de Caxias e por isso precisam expressar o que pensam. Instigam a Câmara da vila, informando que a tinham como autônoma, mas perceberam que esta se transformou no quartel de Fidié e que, em resposta a um ofício recebido, datado de 25 do mês, não negociarão contra os “Direitos do nosso Amavel Imperador” e nem contra a Independência e os interesses da “Nação Brasílica”.[273]

Nesta carta, é registrado nas expressões, o sentimento que toma conta de todos como a disposição em “quem protestamos a face de Deos, e do Mundo derramar a última gota do nosso sangue” pela causa. Salientam que, pelos enfrentamentos já acontecidos devem estar convencidos da disposição para luta “nossa firmeza de caracter e da resignação com que sustentamos o juramento da Independência ou Morte”. Enfatizam que o inimigo abusa da “boa fé inseparável dos brasileiros” solicitou mantimentos para “poder alimentar sua louca porfia”. [274]

Na correspondência fica claro que para os separatistas é nítida as vantagens para o Brasil em se tornar independente a partir da “excluzão desses Nocivos, esses Pachás, esses Neros, esses Tarquinios, e esses Lobos sdentos de sangue”. A utilização de declarações fortes denota o anseio pela liberdade, descrevem o exército português como “falanges” e “corja de facciozos”. Compreende a justiça da causa da libertação do poderio português aos brasileiros, e que todos os meios de “moderação” foram esgotados, por isso a tomada da decisão de agir para a resolução do intento libertário[275].

> O objetivo imediato do movimento de tropas independentes para o Maranhão consiste na tomada de Caxias. Não se trata, porém, pelo menos nas primeiras cogitações, de atacar a importante vila. [...] A partir de 19 de junho, Caxias perde todos os contactos exteriores. [...] A provisão de víveres não havia sido regulada. [...] O sítio, entretanto, exaure Caxias[276].

Com a capitulação de Caxias, em 31 de julho, os independentes rompem os laços com Portugal, mas ainda continuam a ocupação do território vizinho, reorganizando metas, definindo as ações do retorno e tentando equacionar as

---

[273] Junta da Delegação Expedicionária do Ceará e Piauhi. **[carta]** 29 julho 1823, Quartel do Atoçeiro [para] Câmara da Villa de Caxias, 1p. Notificação de ação contra a Villa de Caxias. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.
[274] Ibid.
[275] Ibid
[276] BRANDÃO, 2006. p. 223-224.

pendências de uma ocupação tão demorada, “Fidié é preso e conduzido a Oeiras, donde seria remetido para o Rio de Janeiro”[277] e depois, já livre, à Portugal.

A Província do Piauí de quando da sua adesão à causa emancipacionista, assumiu o controle das ações de guerras na sua terra e depois na vizinha Província do Maranhão, aliados aos contingentes militares do Ceará. A vontade de ser livre do elemento português originou na Província do Piauí, um levante contra a dominação lusitana e ajudou a escrever um grande capítulo na História do Brasil.

[277] NUNES, 2007, p. 86.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou como se deu o processo de Independência do Brasil a partir de um conjunto de cartas às quais formam um acervo documental que contém a memória do período e informações, de próprio punho, das impressões dos que contribuíram na escrita de um capítulo da história juntamente com as obras contidas na historiografia nacional e piauiense sobre o tema.

Para alcançar os resultados almejados, iniciamos a pesquisa com o estudo a partir da historiografia nacional, sobre a política adotada pela Corte portuguesa à Colônia até o rompimento Oficial. Identificou-se que a transferência do aparato administrativo para o Brasil ocasionou, com o passar do tempo e o crescimento da Colônia, medidas que estremeceram as afinidades com Portugal. As práticas políticas adotadas pelo governo joanino, que oscilavam em transformadoras e continuidades, proporcionaram descontentamentos pela proteção proporcionada aos portugueses em relação aos brasileiros, despertando disputas e acirramentos.

Outro componente importante apontado pela pesquisa são as ideias libertárias que desbancavam governos considerados sólidos na Europa chegam ao Brasil, semeando primeiramente e principalmente, nos filhos da elite ascendente, que ocupava cargos na administração pública, o desejo de poder decidir a partir de necessidades próprias do Brasil, para depois estremecer, em convulsões regionais, a ordem assentada e em seguida irromper para uma ruptura. Observou-se que o distanciamento, administrativo e político, imposto às Capitanias mais distantes do Centro-oeste, foi importante para as ideias independentes se consolidarem, partindo do desgaste impetrado da relação com a capital do reino instalado no Brasil e a ideia de transformar o Brasil novamente em Colônia pela Corte portuguesa.

A análise do processo de Independência do Brasil no Piauí se deu a partir da indagação das práticas usadas para consolidar o pensamento separatista vigente no contexto histórico nacional que possibilitou a construção das bases que definiram a vitória sobre o poder lusitano. Essa análise foi compreendida pelas obras de autores piauienses e pelo estudo de cartas particulares e oficiais de participantes do processo nesta Província. A pesquisa permitiu perceber os caminhos que foram percorridos para a formação e construção do processo que culminou com a Batalha do Jenipapo, conhecendo os procedimentos engendrados para o enfrentamento do combate e

identificando os resultados encontrados diante dos desafios impostos pela carência presente no cotidiano do sertão à espera da luta.

A pesquisa a partir da historiografia piauiense proporcionou uma visão minuciosa do processo e do movimento separatista. Compreendeu-se que a Província do Piauí nos anos antecedentes à independência era economicamente tranquila, possuidora de um comércio intenso, principalmente de gado, com as Províncias limítrofes e com Portugal. Esse fato, aliada à posição geográfica da qual é detentora, despertara na capital lusitana, já no início do movimento emancipacionista, o desejo de manter sob o seu domínio esse pedaço importante do Brasil, visando dar continuidade ao poder português, integrando essa Província ao Maranhão e à região norte.

O estudo mostrou que as inquietações que convulsionavam outras Províncias sacudiam sorrateiramente o Piauí, a geração letrada piauiense assumiu na parte norte da Província a adesão ao movimento separatista, logo após o Grito do Ipiranga, desnorteando o Comando Português central instalado na Capital Oeiras. Esse gesto, apesar de ter sido abatido depois com os autores debandando para o Ceará, mostrou que a Província do Piauí não ficaria à margem do processo independente. Meses depois a insurreição das demais Vilas em adesão ao movimento emancipacionista rompe definitivamente o vínculo com Portugal. A Batalha do Jenipapo, episódio sangrento que abateu a muitos piauienses em detrimento do arsenal bélico do Comando português atestou a determinação desta Província em quebrar os grilhões portugueses.

A pesquisa realizada com as dez cartas particulares e oficiais, mostram que o processo de Independência na Província do Piauí foi caracterizado por ações e luta. As correspondências trocadas neste período descrevem com riqueza de detalhes minuciosos as ações após o confronto do Jenipapo que atestam a determinação do povo piauiense em participar da luta pela liberdade do Brasil, está presente nas correspondências o sentimento vivenciado e registrado em declarações e palavras pelos participantes deste processo histórico. Os documentos estudados mencionam as dificuldades vividas pelos que decidiram pela luta que, além de contar com uma maioria despreparada militarmente, ainda tinha as deserções, mas demonstram estratégias de luta armada.

Através da leitura das cartas se entendeu as nuanças contidas no contexto histórico piauiense antecessor ao momento de ruptura definitiva com Portugal

facilitando a compreensão do envolvimento e da participação efetiva dos habitantes, de níveis sociais diferentes, libertos e cativos, da Província do Piauí, a partir do cotidiano descrito pelos mesmos, está presente também como de deu a organização diária de estratégias militares para o enfrentamento do inimigo português, identificando elementos e agentes não contemplados pela historiografia oficial piauiense.

As fontes utilizadas como objeto de pesquisa e estudo como cartas, é item novo colocado na historiografia, concedendo um novo olhar na reconstrução do passado. A partir da leitura das cartas percebe-se o quanto essas fontes são preciosas para a historiografia brasileira que não tem valorizado suficientemente as histórias regionais como pilares de sustentação da história do Brasil, nem percebida a sua contribuição na construção da identidade nacional. Fica claro o determinismo do povo piauiense em romper as amarras e ficar livre do governo português, é percebido um sentimento forte demonstrado na escrita em cumprir as ordens do Imperador, levando a compreender melhor a importância da Batalha do Jenipapo na consolidação do processo de Independência do Brasil.

REFERÊNCIAS

Fontes

Arquivo Público do Estado do Piauí - APEPI

PIAUI, Independência 1822, Códice 001. 1821-1824. Arquivo Público do Estado do Piauí, APEPI, Teresina.

PIAUÍ, Arquivo Público do Estado do Piauí, Seção de Manuscritos, Palácio do Governo, Códice 401, sem numeração.

Arquivo Histórico Ultramarino Português

Ofícios:

PIAUÍ. Ofício da Junta Governativa do Piauí, ao Presidente do Soberano e Augusto Congresso das Cortes, sobre as eleições feitas para a escolha dos membros da referida Junta e enviando os autos da nomeação. Em 19 de abril de 1822. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1632.

PIAUÍ, Ofício da Junta Governativa do Piauí, aos oficiais da Câmara da Vila de Parnaíba, sobre o reconhecimento do governo de D. Pedro de Alcântara, e a instalação do novo Governo na Província do Piauí. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 31, D. 1677.Em 25 de janeiro de 1823.

PIAUÍ, Ofício do governador das Armas do Piauí, João José da Cunha Fidié, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Cândido José Xavier. Em 5 de março de 1823. In: Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_ACL_CU_016, Cx 32, D. 1683.

Mapa:

Mapa com a representação da proposta portuguesa de anexação da porção Norte do seu império colonial no Brasil (Arquivo Histórico Ultramarino Português)

Biblioteca Nacional do Brasil

Mapa:

Mappa geographico da capitania do Piauhy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará (Biblioteca Nacional do Brasil)

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB

ARARIPE, Tristão de Alencar. “Expedição do Ceará em Auxílio do Piauhi e Maranhão. Documentos relativos á expedição cearense ao Piauhi e Maranhão para Proclamação da Independência nacional”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XLVIII, Parte I, 1885.

Museu Ozildo Albano

COSTA, Francisco Ignácio da. **[carta]** 07 março 1823, Fazenda da Imburanas [para] Comandante Chefe Luíz Rodrigues Chaves, 1p. Solicitação de suster a marcha da Tropa até a chegada do mesmo em Campo Maior. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.

FARIA, Luiz Duarte. **[carta]** 17 fevereiro 1823, Coartel do Coquero [para] Capitão Mor João Gomes Caminha, 1p. Notificação de recebimento de Ofício remetido a todos os Comandantes para um encontro. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.

FERREIRA, Fernando Luiz. **[carta]** 10 junho 1823, Não consta [para] Fidié, 1p. Solicitação de beneplácito para preso. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.

Junta da Delegação Expedicionária do Ceará e Piauhi. **[carta]** 29 julho 1823, Quartel do Atoçeiro [para] Câmara da Villa de Caxias, 1p. Notificação de ação contra a Villa de Caxias. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.

Junta do Governo Temporário da Província do Piauhi. **[carta]** 20 fevereiro 1823, Oeiras [para] não consta, 1p. Nomeação de Mathias de Souza Rabelo. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.

LOPES, Manoel. **[carta]** junho/julho 1823, não consta [para] não consta, 1p. Lista com senhas e contra senhas para os meses de junho e julho. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.

QUEIROZ, Francisco Massimo. **[carta]** 03 julho 1823, Alegre [para] Capitão Raimundo de Oliveira Falcão, 1p. Recomendação de Luiz Plácido de Queiroz e dois escravos, Manoel e Domingos, para o serviço militar. Acervo Documental Museu Ozildo Albano, Picos-PI.

Memorias de época

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. Teresina: Cia. Editora do Piauí, 1981.

COSTA, F A Pereira da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí desde os seus primitivos tempos até a proclamação da Republica em 1889**. Recife, PE: Tipografia do Jornal do Recife, 1909.

FIDIÉ, João José da Cunha. **Vária fortuna de um soldado português**. Teresina: FUNDAPI, 2006.

Bibliografia

ALEXANDRE, M. V. O nacionalismo vintista e a questão brasileira: esboço de análise política. In: PEREIRA, Miriam H.(et alli). **O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira metade do século XIX.** Lisboa: Ed. Sá da Costa, 1981.

ARAÚJO, Johny Santana de. Verbete: João José da Cunha Fidié. In: Cecília Helena de Salles Oliveira; João Paulo Pimenta. (Org.). Dicionário da Independência do Brasil, História, Memória e Historiografia. 1ed.São Paulo: EdUSP, Publicações BBM., 2022, v. 1.

ARAÚJO, Johny Santana de. O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do império em 1823. Clio, Recife, n. 33, v. 2, p. 29-48, jul./dez. 2015.

ARAUJO, Johny Santana de. O combate que decidiu o futuro do Brasil. A batalha do Jenipapo e a consolidação da independência do Brasil no Piauí 1823. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 74, n. 1, p. 1-9, mar. 2022. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252022000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 ago. 2023. http://dx.doi.org/10.5935/2317-6660.20220004.

BASILE, Marcello Otávio N. de C. O império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda **História geral do Brasil** / Maria Yedda Linhares. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

BERNARDES, Denis. **O Patriotismo constitucional. Pernambuco, 1820-1822**. São Paulo: Hucitec/Fapesp; Recife: UFPE, 2006.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 la ed., 1998

BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da independência no Piauí.** Teresina: FUNDAPI, 2006.

BRITO, Bugyja. O Piauí e a Unidade Nacional (Panfleto, Palácio, Gente). In: **O Piauí e a Unidade Nacional**. Organização R. N. Monteiro de Santana e Cineas Santos. Teresina: FUNDAPI, 2007.

CAMINHA, João Borges. Ipiranga do Piauí: **Recordações da cidade e do campo:** terra de Brejo e Buritizais. / João Borges Caminha. Teresina: Gráfica do Povo/EDUFPI, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. A crise do Colonialismo Luso na América Portuguesa (1750-1822). In: LINHARES, Maria Yedda **História geral do Brasil** / Maria Yedda Linhares. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello. (Org), **Às armas, cidadãos**! Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823) São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v.18, n.36, 1998.

CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da Independência do Brasil**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005.

COSTA, Wilma Peres. **A Independência na Historiografia brasileira**. IN: JANCSÓ, Istvan (org.). Independência: História e historiografia. São Paulo: FAPESP/Hucitec, 2005.

COTTA, Francis Albert. **Negros e Mesticos Nas Milicias da America Portuguesa**. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Forças militares no Brasil colonial**: Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.

CRUZ, Marcia Terezinha Jeronimo Oliveira. “Era para já ter te escrito...” A correspondência epistolar entre duas irmãs durante a Ditadura Militar de 1960, no Brasil. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 127 –149, set./dez.2015.

DALL’AGNOL, Rafael. Entre história e biografia e as experiências de tempo no Brasil oitocentista (c. 1847-1898) **História, memória e historiografia**./ Francisco Régis Lopes Ramos. (Org.). – Sobral, CE: Sertão Cult, 2020.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **O outro lado da independência do Brasil**: aspirações e manifestações, natureza e formas de luta da população do Piauí – 1789-1850. Teresina: Nova Aliança, 2023.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A Interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

DOSSE, F. **A história**. Bauru, SP: Edusc, 2003.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**, v.1. 10. ed. Rio de Janeiro: Globo; São Paulo: Publifolha, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**: História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias. São Paulo: Edusp, 1996.

FAUSTO, Boris. O Brasil Colonial (1500-1822). In:_____ *História Concisa do Brasil.* Edusp. 1993.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Homens de Grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. **Revista Projeto História: trabalhos de memória**. SP: PUC, n.17, p. 213- 221, nov.,1998.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado.* Teresina: Halley S.A. Gráfica, 2003

LEME, Marisa Saenz. A construção do poder de governo na Província de São Paulo e o estado em formação no Brasil independente: entre a Revolução do Porto e a outorga constitucional. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro e ODALIA, Nilo (orgs.). **História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista**. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP/Arquivo do Estado, 2010. 3 volumes.

LYRA, Maria de Lourdes Vianna. **A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil – bastidores da política**. 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MARCOS, Rui de Figueiredo. **As Companhias Pombalinas**: Contributo para a História das Sociedades por Acções em Portugal. Coimbra: 1997.

MAXWELL, Kenneth. **Marques de Pombal. Paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817-1824.** São Paulo: Editora 34, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. A fronda dos Mazombos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MENESES, Ulpiano T. B. de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 34, 1992.

MESGRAVIS, Laima. A Sociedade Brasileira e a Historiografia Colonial. In: FREITAS, Marcos C. **Historiografia brasileira em perspectiva***.* São Paulo: Contexto, 1998.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Da Independência à Vitória da Ordem. In: LINHARES, Maria Yedda **História geral do Brasil** / Maria Yedda Linhares. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

NETO, Antônio Fonseca Neto. **O Piauí e a Independência** (Panfleto, Palácio, Gente). In: *O Piauí e a Unidade Nacional/* Organização R. N. Monteiro de Santana e Cineas Santos. –Teresina: FUNDAPI, 2007.

NEVES, Abdias. **A Guerra do Fidié.** 4 ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Vol. 1. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007.

OLIVEIRA, Cecília H. Salles**. A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)**. Bragança Paulista: Edusf/Ícone, 1999

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)**. São Paulo: Brasiliense, 1976

QUEIROZ, Teresinha. A historiografia da independência no Piauí. **INFORME ECONÔMICO (UFPI)**, v. 24, n. 2, 2010.

RÉMOND, Renê. **Por uma História Política I**. Renê Rémond; tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **A Independência do Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

TRAVESO, Enzo. **O passado, modos de usar**: história, memória e política. Lisboa: UNIPOP, 2012.

VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. **História: Questões & Debates**, Curitiba-PR, n. 50, p. 217-235, jan./jun., 2009.

VIANA, Nildo. Historiografia, totalidade e fragmentação. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 17, n. 5, p. 865-879, 2007.

WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de janeiro, n.338, p.7-16, 1983.